

RICARDO CORRÊA COELHO

**A LINGUAGEM DA CAMPANHA PARA A PREFEITURA DE SÃO PAULO  
DE 1985**

Uma análise dos discursos dos três candidatos mais votados

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de  
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de Campinas

Este exemplar corresponde à redação final da disserta-  
ção defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em  
19/11/91.

*Shiguenoli Miyamoto*  
Shiguenoli Miyamoto †  
Orientador

setembro de 1991

C651L  
15296/BC

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

## AGRADECIMENTOS

- Agradeço a Pedro Nunes Filho, Ana Lúcia Müller, Lúcia Helena Müller, Leila Hernandez e Daniel Milmam pelas indicações de leitura.
  
- Agradeço a Dina Amêndola por ter me facilitado o acesso às fitas de vídeo-cassete da Rede Globo de São Paulo.
  
- Agradeço a Fátia Pinho, Maria Amélia Cupertino, Paula Picciafuocco, Margaret Baroni e a Hélène pelos auxílios prestados na pesquisa, leitura e revisão das diferentes partes desta dissertação.
  
- Agradeço a Gabriela García, Ramón García, Gilberto Sampaio, Maria Helena de Castro Lima, Laura Parente, Vasti Ruiz, Aymoré e Graça da Silveira, Orlando Figueiredo Filho e Miguel, da Acesul Computadores, pelos diversos auxílios que me ofereceram durante o período de redação.
  
- Agradeço a Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP - e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo pelos incentivos oferecidos para a conclusão desta Dissertação.

- Agradeço a CAPES e ao CNPq pelos 18 meses de bolsa que me concederam durante a fase de cumprimento dos créditos do Mestrado.
  
- Agradeço a Edu Bastos e a Paulo Costivelli pelos vigorosos estímulos que me deram nas fases mais difíceis.
  
- Agradeço a minha mãe, meus irmãos, cunhados, sobrinhos, amigos, colegas, professores e alunos que, de diversas maneiras, me estimularam a concluir este trabalho.
  
- Agradeço, finalmente, a Hélène por todo o carinho e compreensão que me deu e continua me dando.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO.....   | 1   |
| O objeto de estudo.....   | 10  |
| A Metodologia de análise.....   | 14  |
| As fontes de dados.....   | 18  |
| <br>  |     |
| CAPÍTULO I. O Contexto da campanha.....   | 21  |
| O cenário político nacional.....  | 21  |
| O Governo Sarney em 1985.....   | 32  |
| O cenário político regional.....  | 36  |
| <br>  |     |
| CAPÍTULO II. A construção dos discursos dos candidatos.....   | 42  |
| Jânio Quadros.....  | 45  |
| - Varrer a cidade.....  | 56  |
| - Montoro: o inimigo número um.....   | 64  |
| - A questão da violência e da segurança pública.....  | 71  |
| - Contra o comunismo ateu.....  | 85  |
| - O candidato e seus interlocutores.....  | 89  |
| Fernando Henrique Cardoso.....  | 98  |
| - Consolidar a transição para a democracia.....   | 102 |
| - Na luta pela democracia e na defesa do governo.....   | 111 |
| - O candidato e seus interlocutores.....  | 117 |
| Eduardo Suplicy.....  | 130 |
| - O PT é a única solução para o povo de São Paulo.....  | 132 |
| - Contra as irregularidades.....  | 139 |
| - O candidato e seus interlocutores.....  | 144 |
| <br>  |     |
| CAPÍTULO III. Os discursos comparados.....  | 153 |
| - A luta contra a corrupção e contra as irregularidades<br>nos discursos de Jânio Quadros e Eduardo Suplicy.....      | 154 |
| - A questão da democracia nos discursos de Jânio Quadros<br>e Eduardo Suplicy.....                                    | 164 |
| - a questão da violência e da segurança pública nos dis-<br>cursos de Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy.... | 180 |
| - Os discursos no tempo.....  | 196 |
| <br>  |     |
| CONCLUSÃO.....  | 208 |
| <br>  |     |
| BIBLIOGRAFIA.....   | 217 |
| <br>  |     |
| ANEXO I.....  | 223 |
| <br>  |     |
| ANEXO II.....   | 226 |

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar e comparar os discursos de campanha dos três candidatos mais votados para Prefeito de São Paulo nas eleições de 1985. Os discursos desta campanha merecem especial atenção tanto pelo significado que esta eleição teve naquele contexto político, quanto pela importância dos candidatos envolvidos e dos grupos por eles representados.

No que diz respeito à política nacional, as eleições de 1985 representaram um importante passo no processo de transição democrática. Há mais de uma década, as eleições no Brasil vinham sendo marcos de significativos avanços institucionais. As eleições para senador de 1974, quando o MDB venceu a ARENA na maioria dos estados, e as eleições para governador de 1982, quando os governos de nove estados da Federação passaram para o controle das oposições, são exemplos eloquentes desta importância. As eleições de 1985, por sua vez, marcaram uma nova etapa de avanços institucionais dentro do quadro da Nova República, então recém iniciada.

As eleições de 1985 figuram no bojo de um processo que se inicia com o movimento por eleições diretas para a Presidência da República, em 1984, e que resulta na eleição de Tancredo Neves e José Sarney, pelo Colégio Eleitoral, para Presidente e Vice-Presidente da República, em janeiro daquele ano. Entre os compromissos assumidos pelo principal articulador da transição negociada, Tancredo Neves, estava a revogação de toda a

legislação de conteúdo autoritário, a convocação de uma assembleia nacional constituinte - que deliberaria sobre a data das eleições diretas para o próximo Presidente da República - e a realização de eleições para prefeito das capitais estaduais e municípios até então considerados áreas de segurança nacional, ainda em 1985.

Empossado na Presidência da República em março de 1985 em caráter provisório, e em abril, depois da morte de Tancredo Neves, em definitivo, José Sarney envia ao Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 25, que é aprovada com algumas modificações na madrugada do dia nove de maio. Essa emenda constitucional colocou as eleições de 1985 num quadro legal substancialmente distinto daquele da ditadura.

Em primeiro lugar, a campanha eleitoral de 1985 transcorreu livre dos constrangimentos impostos pela Lei nº 6.339, de 19 de julho de 1976. Esta lei, também conhecida como Lei Falcão, interditava a fala dos candidatos no horário reservado aos partidos políticos para propaganda eleitoral gratuita por rádio e televisão. Em 1985, pela primeira vez desde as eleições municipais de 1976, os candidatos voltaram a ter direito a voz nesses meios de comunicação social, o que fez aumentar a importância do seu discurso no bojo da campanha.

Em segundo lugar, as eleições de 1985 realizaram-se dentro de um quadro partidário bem mais amplo<sup>(1)</sup> e bem menos rígido que o existente sob a legislação anterior. Com a Emenda Constitucional nº 5, ficou abolida a fidelidade partidária, permitida as coligações de partidos e proibida a candidatura dos prefeitos nomeados, o que, em São Paulo, teve importantes desdobramentos. Se por um lado, os partidos conservadores (leia-se PDS, PFL e PTB), isoladamente fracos e minoritários na Capital, puderam coligar-se em torno da candidatura de Jânio Quadros, formando uma força político-eleitoral expressiva, por outro, o poderoso partido da situação no Estado e no Município, PMDB, viu-se privado da candidatura daquele que seria seu candidato "natural" à Prefeitura de São Paulo: o Prefeito nomeado Mário Covas.

Em terceiro lugar, as eleições de 1985 marcaram o fim do que LAMOUNIER & MUSZYNSKI (1986) chamaram de "fraternidade plebiscitária", que vinha caracterizando os processos eleitorais no Brasil desde 1974<sup>(2)</sup>. Esse plebiscitarismo, surgido durante a vigência do bipartidarismo, organizava-se em torno do apoio ou repúdio ao regime militar. Nos sucessivos "plebiscitos" desde

- 
1. Nas eleições de 1985 em São Paulo participaram, ao todo, dezoito partidos, coligados ou não. A saber: PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); PDS (Partido Democrático Social); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); PT (Partido dos Trabalhadores); PDT (Partido Democrático Trabalhista); PFL (Partido da Frente Liberal); PCB (Partido Comunista Brasileiro); PC do B (Partido Comunista do Brasil); PSB (Partido Socialista Brasileiro); PH (Partido Humanista); PSC (Partido Social Cristão); PL (Partido Liberal); PDC (Partido Democrático Cristão); PS (Partido Socialista); PPB (Partido do Povo Brasileiro); PCN (Partido Comunitário Nacional); PMC (Partido Municipalista Comunitário) e PNB (Partido Municipalista Brasileiro). Nas eleições de 1982 apenas cinco partidos encontravam-se legalizados e participaram do pleito: PMDB, PDS, PTB, PT e PDT. E entre 1966 e 1978 apenas ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) tinham existência legal e participação nos processos eleitorais.
  2. LAMOUNIER & MUSZYNSKI (1986, 3) definem plebiscito da seguinte forma: "Pronunciamento genérico, votação polarizada entre o sim e o não, voto de confiança ou de desconfiança, em termos globais, caracterizando uma situação em que o meio termo não existe ou não vale a pena."

1974, ARENA e MDB constituíram-se nos repositórios naturais dos votos de confiança e de desconfiança respectivamente.

Nas primeiras eleições após a reforma eleitoral de 1979, a tendência plebiscitária do eleitorado brasileiro começa a mostrar sinais de declínio. Outras siglas surgem no horizonte político (PDT, PT, PTB além de PDS e PMDB) com apelos eleitorais diferentes dos tradicionais apoio ou repúdio ao "regime". No entanto, apesar da existência de novas siglas e de novos apelos, as eleições para governador de 1982 transcorreram dentro de um quadro bipolarizado. Em quase todos os estados, disputaram efetivamente as eleições (isto é, com chances de êxito) os dois tradicionais partidos representantes do sim e do não ao regime militar: PDS e PMDB respectivamente<sup>3</sup>.

Nas eleições de 1985, o comportamento do eleitorado deixa, definitivamente, de pautar-se por uma lógica plebiscitária. Em São Paulo a tradicional dicotomia governo/oposição é substituída por uma tríade que a descaracteriza completamente. De um lado, figura como representante da situação nos Governos, Municipal, Estadual e Federal o candidato do partido que até então vinha figurando como expoente da oposição, o PMDB. De outro, apresenta-se como oposição declarada ao Governo Estadual o candidato da coligação PTB-PFL, apoiado pelo PDS e pelas forças que tradicionalmente defenderam o regime militar recém encerrado. De uma terceira posição, apresenta-se o representante de um pequeno

3. A única exceção à alternativa PDS/PMDB ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, onde a disputa deu-se entre PDT e PDS.



partido, o PT. A inversão das posições costumeiras e a paridade de forças entre os dois primeiros, agregadas ao crescimento inesperado do terceiro, selaram o fim do plebiscitarismo em São Paulo<sup>(4)</sup>.

Quanto à importância dos candidatos envolvidos na disputa pela Prefeitura de São Paulo em 1985, algumas considerações devem ser feitas. Apesar de nestas eleições concorrerem treze candidatos<sup>(5)</sup>, apenas três deles merecem especial atenção, sobretudo quando se trata de analisar-lhes os discursos<sup>(6)</sup>.

Em primeiro lugar, somente os candidatos Jânio Quadros, Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy obtiveram, individualmente, votação que alcançou a casa dos dois dígitos percentuais<sup>(7)</sup>. Além disto, seus votos somados totalizaram 91,4%, o que demonstra que suas mensagens encontraram acolhida junto ao eleitorado.

4. Maiores informações sobre o fim do plebiscitarismo nas eleições de 1985 podem ser encontradas em LAMOUNIER & MUSZYNSKI (1986, 3-9)

5. São eles: Jânio Quadros (PTD); Fernando Henrique Cardoso (PMDB); Eduardo Suplicy (PT); Adhemar de Barros Filho (PDT); Rogê Ferreira (PSB); Ana Rosa Tenente (PH); Rivalde Ovídio (PSC); Ruy Codo (PL); José Maria Eymael (PDC); Armando Correa (PMS); Francisco Rossi (PCN); Antonio Carlos Fernandes (PMC); e Pedro Geraldo Costa (PPB).

6. Poder-se-ia objetar que além dos três candidatos mais votados, também seriam dignos de atenção os candidatos Adhemar de Barros Filho, do PDT, e Rogê Ferreira, do PSB. No entanto, estes candidatos acabaram por desistir de suas candidaturas em favor de Fernando Henrique em função de suas reduzidíssimas chances no pleito, reveladas pelos baixos índices obtidos nas pesquisas de intenção de voto dos diversos institutos de pesquisa. Neste particular, Adhemar de Barros Filho figurava como terceiro colocado na preferência do eleitorado até o mês de agosto, quando oficialmente começou a campanha, obtendo entre 12% e 17% da preferência nas pesquisas de intenção de voto até esta data e caindo vertiginosamente a partir de então.

7. Jânio Quadros, Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy obtiveram, respectivamente, 37,5%, 34,2% e 19,7% do total de votos.

Em segundo lugar, e para além de sua receptividade junto aos eleitores, cada um deles representou, nessa eleição, correntes políticas bem definidas.

Jânio Quadros, em 1985, era um político bastante experiente, já tendo passado por praticamente todos os cargos eletivos. Sua carreira começa pela vereança em 1947 e meteoricamente culmina em 1960, quando é eleito Presidente da República, depois de ter sido Deputado Estadual, Prefeito, Governador e Deputado Federal<sup>8</sup>. A política de Jânio Quadros caracterizou-se sempre pelo personalismo. Sem manter vínculos duradouros com qualquer agremiação partidária, Jânio acabou por desenvolver em São Paulo um estilo próprio de populismo<sup>9</sup>.

Cassados seus direitos políticos pelo regime que resultou do golpe militar de 1964, Jânio só voltaria ao cenário político após a reforma partidária de 1979. Em 1982 candidata-se a governador pelo PTB, obtendo a terceira colocação no Estado de São Paulo (12,5%) e a segunda na Capital (20,6%). Em fevereiro de 1985, portanto, muito antes do começo oficial da campanha para a Prefeitura, Jânio é lançado candidato do PTB a Prefeito de São Paulo, após reunião com vereadores e deputados estaduais do partido na Assembléia Legislativa do Estado. Em torno do seu nome passam, então, a articularem-se as forças conservadoras da Capital.

8. Uma análise da trajetória política de Jânio Quadros pode ser encontrada em SADEK (1986).

9. WEFFORT (1978) analisa o populismo de Jânio Quadros comparando seu estilo, seus apelos e suas bases sociais aos de Adhemar de Barros.

A candidatura Jânio Quadros em 1985 representou a volta para o centro do cenário político de um estilo de político que parecia condenado ao passado ou a uma posição periférica. Jânio estrutura sua campanha no combate à corrupção e à criminalidade urbana, no anti-comunismo e na oposição ao Governo do Estado. Nesta luta, encontra apoio em parte do empresariado, em boa parte das classes média e baixa, principalmente dos bairros periféricos da Capital, em alguns setores profissionais bem definidos como policiais e motoristas de táxi, nos grupos conservadores excluídos do poder em 1982 no Estado e em setores do PMDB descontentes com o Governo do Estado e com a direção regional do partido.

Fernando Henrique Cardoso, em 1985, era um político paulista em ascensão no panorama político nacional. Em 1978 havia disputado numa sublegenda do MDB uma vaga para o Senado com Franco Montoro, que a ocupou até 1983 quando assumiu o Governo do Estado. Desde então, na qualidade de suplente de Montoro, Fernando Henrique passou a exercer o cargo de Senador por São Paulo. No início de 1985, Tancredo Neves, já eleito Presidente da República, nomeou-o Líder do Governo no Congresso, função até então inexistente que Fernando Henrique passou a desempenhar no Governo Sarney, inclusive durante o curso de sua campanha para a Prefeitura.

Antes de ingressar na política, Fernando Henrique notabilizara-se como intelectual de esquerda dentro e fora do

país. Na eleição de 1978, trouxe para sua campanha as credenciais de seu passado (entre as quais a de professor cassado e exilado), apresentando-se ao eleitorado como uma alternativa mais à esquerda. Desta forma, a imagem de Fernando Henrique pôde ser facilmente associada tanto aos setores que sofrendo perseguições durante o período mais duro da ditadura militar partiram para o exílio, quanto aos que a ela fizeram internamente resistência (quer dizer, o MDB, e nele principalmente o seu setor considerado "autêntico").

Como candidato a Prefeito de São Paulo pelo PMDB, Fernando Henrique representou não só o partido do Governo, como também o grupo do PMDB diretamente vinculado ao Palácio dos Bandeirantes. Se por um lado, sua candidatura desagradou os setores "moderados" do seu partido, por outro, encontrou receptividade junto aos setores progressistas de dentro e de fora do PMDB. No contexto da Nova República, a candidatura de Fernando Henrique em São Paulo pretendia representar a afirmação dos novos tempos. Apoiando-a encontravam-se o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal, grande parte do PMDB, parte significativa do empresariado<sup>(10)</sup>, da classe média, da intelectualidade e dos artistas<sup>(11)</sup>.

10. Grandes e conhecidos empresários de São Paulo, como Antônio Ermírio de Moraes (do Grupo Votorantim), Abílio Diniz (Pão de Açúcar), Cláudio Bardela (Bardela), Paulo Villares (Villares), Paulo Francini (Colde Frigor), Paulo Cunha (Ultra), Fernando Bracher (Bradesco), Eugênio Staub (Gradiente) e José Mindlin (Metal-Leve), apoiaram publicamente a candidatura de Fernando Henrique, contrapondo-se ao apoio que outros empresários da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) davam a Jânio Quadros.

11. Durante toda a campanha de Fernando Henrique, músicos, atores de telenovela e outras personalidades conhecidas do público através da mídia participaram ativamente dos programas de propaganda eleitoral, dos comícios e dos shows promovidos em prol de sua candidatura.

Eduardo Suplicy era, no início da campanha de 1985, bem menos conhecido do público do que seus concorrentes<sup>(12)</sup>. Em 1978 Suplicy fez campanha ao lado de Fernando Henrique elegendo-se Deputado Estadual pelo MDB. No ano seguinte, Suplicy saiu do MDB para fundar o PT e em 1982 elegeu-se Deputado Federal pelo mesmo partido.

Ao contrário de seus concorrentes, que dispunham do apoio de vigorosas estruturas partidárias e de grande número de parlamentares (PMDB de um lado; de outro PTB, PFL e em certa medida PDS), Suplicy concorria por um partido até então representado por reduzidas bancadas nas três esferas do Poder Legislativo. No entanto, à diferença dos demais, o PT era detentor de uma sólida base social, vinculada ao movimento sindical, e contava com uma atuante militância. No decorrer da campanha, a candidatura de Suplicy cresce, consolidando, na cidade, o PT como importante força eleitoral.

Detentores de passados variados, apoiados por diferentes grupos e portadores de diferentes mensagens, os candidatos concorrentes lançaram-se pelos mais diversos caminhos na tentativa de interpelar os sujeitos-eleitores. Nesse intuito, elaboraram discursos substancialmente diferentes entre si, onde apelos às qualidades pessoais do candidato, ao programa partidário, ao apoio de personalidades de dentro ou de fora do mundo político, a valores morais e a velhos preconceitos

---

12. Isto é, menos conhecido que Jânio Quadros e Fernando Henrique Cardoso.

opuseram-se e se sobrepuseram. Essa diversidade de apelos presente na campanha eleitoral de 1985, em São Paulo, torna os discursos dos candidatos especialmente ricos para a análise, uma vez que a partir dela pode-se apreender as estratégias utilizadas pelos candidatos para conquistar o voto dos eleitores.

### O OBJETO DE ESTUDO

A análise de uma campanha eleitoral pressupõe a consideração e o estudo de uma série de variáveis, tais como os antecedentes históricos dos partidos e candidatos envolvidos, o processo de escolha dos candidatos, suas plataformas eleitorais, suas estratégias, seus grupos de apoio, os custos e os recursos nela utilizados, entre outras<sup>(13)</sup>. Numa análise de campanha, portanto, o discurso eleitoral figuraria como uma entre tantas outras variáveis. Nesta dissertação, diferentemente, erigiu-se como objeto de análise os discursos de campanha dos três candidatos já referidos e, por isso, o discurso aqui não figura como uma variável, mas como a variável.

A campanha eleitoral de 1985 desenvolveu-se em circunstâncias especiais. As eleições realizaram-se fora do calendário eleitoral ordinário, envolvendo apenas as capitais estaduais e municípios até então considerados de segurança nacional. Como eleições extraordinárias, ocorreram isoladamente, isto é, sem concomitância com eleições legislativas. Essa

---

13. MARTINS (1975) e MIYAMOTO (1989) fazem análises de campanhas considerando suas diversas variáveis.

peculiaridade põs a figura dos candidatos a prefeito em destaque absoluto no contexto da campanha, uma vez que eles não tiveram que dividir as atenções do público com postulantes a cargos legislativos. Nessas circunstâncias o discurso dos candidatos a prefeito, mais do que nunca, ocupou o centro do cenário eleitoral.

Os discursos dos candidatos devem ser encarados como instrumentos de interpelação eleitoral. Deles não se deve esperar apreender a concepção dos candidatos sobre a realidade política e social em que se encontram inseridos. Entretanto, da sua análise pode-se conhecer o que os candidatos julgam ser a percepção do eleitorado, ou de parte dele, da realidade em que ambos, candidato e eleitor, encontram-se inseridos. Da maior ou menor adequação entre a percepção que os candidatos têm dos eleitores, e a percepção que estes, efetivamente, têm do seu mundo naquele momento, depende o maior ou menor poder de interpelação dos seus discursos, e o maior ou menor sucesso dos candidatos na eleição. Por isso, o conhecimento do discurso eleitoral possibilita um maior conhecimento da dinâmica de uma campanha.

O discurso político-eleitoral, como qualquer outro discurso, guarda, necessariamente, relações com as práticas sociais não-discursivas. No caso dos discursos de campanha essa relação é evidente: sua finalidade - a adesão voluntária dos sujeitos-eleitores ao discurso do candidato - deve manifestar-se fundamentalmente através de uma prática não-discursiva, que é o

voto na urna no dia das eleições. Para conseguir essa adesão voluntária, os candidatos precisam buscar no repositório das práticas sociais discursivas e não-discursivas os elementos com os quais estruturarão os seus discursos, isto é, criarão novos significados para a realidade social. Estruturar um novo discurso implica, portanto, em resignificar a realidade. Analisar o discurso eleitoral corresponde, então, ao estudo do significado criado pelos candidatos para a realidade social na tentativa de conquistar o voto dos eleitores.

Em 1985, os três candidatos mais votados para Prefeito de São Paulo, além de ocuparem três posições diferentes, elaboram três discursos distintos, que representaram o ressurgimento, a permanência e a inovação nas campanhas eleitorais. De um lado, resurgiu com enorme força um discurso que parecia condenado ao passado: o discurso moralista e anticomunista de Jânio Quadros. De outro um discurso que pretendia ser uma inovação radical em termos de política e que teve grande poder de interrelação eleitoral: o combativo e radical discurso de Eduardo Suplicy. E pressionado por ambos, um discurso que com dificuldade tentava recuperar a herança dos tempos de glória do PMDB e se afirmar como representante do novo tempo: o discurso pragmático e autodenominado de moderno de Fernando Henrique Cardoso.

Na análise desses discursos, procura-se apreender as estratégias utilizadas pelos candidatos para interpelar o eleitorado, atentando para os seguintes pontos:



- a. A significação da realidade social que cada discurso oferece aos eleitores, considerando os temas tratados e os apelos lançados;
- b. Ao significado conferido pelos candidatos à disputa pela Prefeitura de São Paulo;
- c. A forma e conteúdo conferidos, em cada discurso, aos eleitores enquanto interlocutores dos candidatos;
- d. E as variações sofridas pelos diferentes discursos ao longo da campanha.

Esta dissertação é estruturada em três capítulos. No primeiro, analisa-se a conjuntura político e social em que se desenvolve a campanha, procurando determinar os condicionantes não discursivos que balizaram os discursos dos candidatos. No segundo capítulo, analisa-se os discursos, considerando os diversos elementos que os compõe, a fim de compreendê-los no seu todo. No terceiro capítulo, compara-se os diferentes discursos atentando para a interdiscursividade que se estabelece entre os principais apelos dos candidatos. Além disso, examina-se as modificações experimentadas pelos discursos ao longo da campanha. Segue-se a esses três capítulos as conclusões resultantes das análises neles feitas.

## METODOLOGIA DE ANÁLISE

A análise de discurso é um método que inicialmente foi desenvolvido pela lingüística e posteriormente foi adaptado às Ciências Sociais. Neste trabalho, ao se utilizar esse método, procurar-se-á seguir as indicações feitas por PINTO (1989)<sup>(14)</sup>.

Ao se analisar um discurso político é preciso, antes, considerar que sua construção obedece à mesma lógica de construção de todo e qualquer discurso. Lançando mão dos elementos disponíveis no universo lingüístico (as palavras) e através da sua combinação (criação de sintagmas), o sujeito enunciador constrói significações que se constituem em discurso. Considerando que o universo lingüístico é um vasto depósito de significantes e que as combinações que se podem estabelecer no seu interior são múltiplas, a constituição de um sem número de discursos torna-se possível.

Os discursos, no entanto, não são meras combinações de palavras, mas, sobretudo, criações de significado que visam dar conta do mundo não-discursivo que lhe serve de base. Assim, toda e qualquer prática discursiva guarda, necessariamente, relações com as práticas não-discursivas<sup>(15)</sup>, o que faz com que o universo de discursos possíveis se reduza àqueles conjuntos de sintagmas socialmente significativos. Neste sentido, numa dada sociedade, poderão existir tantos discursos quantas forem as representações

14. A primeira parte do livro trata da teoria da análise de discurso (pp.15-65).

15. Ver a esse respeito SARTORI (1981, cap. I e II), OSAKABE (1975, 15-16) e PINTO (1989, 23-25).

que seus atores sociais sejam capazes de produzir a respeito de sua realidade. Como a realidade social resulta de múltiplas determinações e os grupos e indivíduos nela ocupam posições diversas, inúmeras representações tornam-se possíveis e efetivamente se fazem, dando origem a diferentes discursos.

O universo discursivo é dinâmico tal como o é o mundo das práticas sociais não-discursivas a ele subjacente. Nesse universo os diferentes discursos lutam constantemente pela interpelação de novos sujeitos, uma vez que sua existência e sobrevivência dependem da sua capacidade de interpelação, isto é, da capacidade de estabelecerem uma relação de identificação entre o sujeito enunciado (aquele a quem o discurso se dirige) e o sujeito enunciador. Assim, na pluridiscursividade do social, novos discursos surgem e velhos discursos desaparecem; alguns discursos propagam-se e outros se retraem. Nesta dinâmica dos discursos concorrem condicionantes de ordem tanto interna quanto externa ao universo discursivo. Assim como mudanças ao nível das práticas não-discursivas podem propiciar o surgimento e/ou desaparecimento de certos discursos, também o surgimento de um novo discurso pode alterar as condições objetivas de sua emergência e condenar discursos anteriormente vigentes à obsolescência. Este último é o caso da emergência do discurso da Perestroika e seus efeitos sobre as relações leste-oeste e sobre o discurso anti-comunista que sustentava a continuação da guerra fria.

Os discursos político-eleitorais surgem na pluridiscursividade social através da apropriação e reprocessamento de outros discursos presentes na sociedade. Toda uma série de práticas sociais não-discursivas que ocupam a atenção dos agentes sociais e que servem de base a um sem número de discursos tornam-se, numa conjuntura eleitoral, em objeto de apropriação pelos diferentes discursos eleitorais concorrentes. Essa reorganização de fragmentos de discursos anteriores em um discurso político-eleitoral é marcada por alguns imperativos que diferenciam este último dos demais.

Em primeiro lugar, a luta dos diferentes discursos pela interpelação de novos sujeitos é, no caso do discurso político-eleitoral, levada ao paroxismo. Por imposição externa à lógica do universo discursivo mas própria aos processos eleitorais, os discursos possuem um limite de tempo determinado dentro do qual terão que interpelar o maior número possível de eleitores. Os demais discursos, ao contrário, não conhecem qualquer delimitação temporal externa para se imporem, subsistindo e interpelando novos sujeitos enquanto permanecerem as condições materiais de sua existência. Para o discurso eleitoral, o seu prazo limite de validade é dado ex\_ante pela data de término da campanha e de realização da eleição.

Em segundo lugar, os discursos eleitorais são geralmente discursos construídos ad\_hoc. A não ser em casos excepcionais, como os das campanhas nazistas na Alemanha que pretendiam manter

uma mobilização popular posterior às eleições e à tomada do poder, os discursos eleitorais constituem-se exclusivamente em função da realização de eleições, e com elas se encerram. Este seu caráter faz com eles procurem antes ser portadores de um sem número de outros discursos sociais, do que ser seus concorrentes. Contrariamente, o mesmo caráter que faz com que os discursos eleitorais procurem não competir com os demais discursos sociais faz com que aqueles se oponham irreconciliavelmente entre si. Se para fora do universo da disputa eleitoral os discursos eleitorais procuram ressaltar suas semelhanças com outros discursos, para dentro o que importa marcar são exclusivamente suas diferenças.

Considerar que os discursos eleitorais se constituem com uma finalidade e com um prazo de duração determinados é fundamental para sua análise. A forma pela qual o discurso eleitoral se relaciona com os demais discursos sociais e pela qual estrutura a si mesmo só é compreensível se se considerar essas suas peculiaridades.

Internamente cada discurso eleitoral se estrutura como um todo a partir da utilização de fragmentos de outros discursos. A identidade de cada discurso e as principais diferenças entre os discursos concorrentes resultarão da forma de composição desses fragmentos em cada novo discurso .

Os critérios de decomposição dos discursos, de sua análise assim como de sua apresentação encontram-se expostos no início do

capítulo II, razão pela qual esta introdução fica restrita apenas às considerações de ordem metodológica expostas acima.

## AS FONTES DE DADOS

Este trabalho foi elaborado majoritariamente com base nas declarações feitas pelos candidatos durante suas campanhas que foram transcritas nos jornais da chamada grande imprensa de São Paulo. Os jornais consultados foram O Estado de S. Paulo (ESP), Folha de S. Paulo (FSP), Jornal da Tarde (JT) e Folha da Tarde (FT). Também serviram de base para a análise três programas de propaganda eleitoral que passaram na televisão no horário gratuito reservado aos partidos políticos, de acordo com a legislação eleitoral em vigor. Embora a pretensão inicial fosse centrar a análise no discurso veiculado durante o horário de propaganda eleitoral gratuita na televisão, as dificuldades encontradas no levantamento destes dados obrigaram a escolha de fontes alternativas.

Pretendia-se privilegiar o discurso dos candidatos na televisão por ser esta um meio de expressão e persuasão incomparavelmente mais rico do que qualquer outro. Na televisão o discurso "tout court" aparece acompanhado pelas inflexões vocais, expressão facial e gestual dos candidatos, além de envolvido por uma série de imagens e sons que compõem o seu cenário. O discurso expresso pela televisão, além disso, atinge a um público

incomparavelmente maior do que qualquer jornal ou qualquer comício.

No entanto esta pretensão se viu frustrada ao se constatar que as fitas de vídeo cassete em que havia sido gravado o programa do candidato vencedor da eleição, Jânio Quadros, já não mais existiam na época em que a pesquisa foi realizada (1989). Nesta época o PTB, partido pelo qual concorreu Jânio Quadros, já havia destruído as fitas para nelas gravar o programa do seu candidato à Presidência da República (Afonso Camargo), conforme informação fornecida pelo Partido. O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo tampouco dispunha de qualquer cópia daquelas fitas, e a Rede Globo de Televisão de São Paulo, não possuía mais do que a cópia de 3 programas da propaganda eleitoral - O primeiro, um intermediário e o último - aos quais aquela emissora concedeu acesso.

Embora se procurasse, na imprensa, a reprodução de discursos proferidos em situação e momentos equivalentes da campanha, para que se pudesse centrar a análise em dados mais facilmente correlacionáveis, essa busca também revelou-se infrutífera. Não só a cobertura dada pela imprensa à campanha dos candidatos foi desigual, como o tratamento dispensado pelos candidatos à imprensa também o foi. Jânio Quadros, no último mês de campanha, negou-se a dar entrevistas e também, segundo os jornais, dificultou o acesso da imprensa a seus comícios e encontros políticos.

Em vista disto, a pesquisa partiu para a reconstituição do discurso dos candidatos durante a campanha através do levantamento das declarações dos candidatos dada aos jornais, das transcrições dos discursos feitos nos comícios ou encontros políticos, das entrevistas concedidas e dos seus artigos publicados na imprensa. Diante de fontes tão pouco homogêneas de dados, e na impossibilidade de encontrar outras, resolveu-se construir uma anexo onde figuram declarações não diretamente utilizadas nas análises, mas equivalentes às analisadas, no intuito de demonstrar a recorrência e relevância das questões dos enunciados apreciados.

A reconstituição do cenário em que a campanha se desenvolve foi feita a partir do levantamento das informações sobre a conjuntura político, social e econômica publicadas nas revistas Veia, Isto é e Senhor durante o ano de 1985. Dados e análises encontrados em artigos que abordam a campanha e o período também foram utilizados na mesma perspectiva.

A pesquisa concentrou-se no discurso proferido pelos candidatos entre os meses de agosto - após a realização das convenções partidárias que oficializaram a escolha dos seus candidatos - e novembro - mês das eleições. As declarações anteriores a este período, eventualmente utilizadas neste trabalho, justificam-se apenas pelo intuito de demonstrar a constância ou as rupturas no discurso de cada candidato.



## CAPÍTULO I

### O CONTEXTO DA CAMPANHA

A campanha eleitoral de 1985 para a prefeitura de São Paulo transcorreu em meio a um quadro político e sócio-econômico que em muito condicionou sua dinâmica. As alianças partidárias realizadas em São Paulo, assim como os temas debatidos na campanha, ganham inteligibilidade quando se considera seu contexto. O objetivo deste capítulo é recompor esse quadro privilegiando determinados aspectos da realidade não-discursiva que tiveram rebatimento no discurso dos candidatos em campanha para a Prefeitura de São Paulo. Na construção desse quadro, atentar-se-á para o processo então iniciado de transição de um governo militar para um governo civil, seus rebatimentos sobre a política estadual, assim como para a situação sócio-econômica do país.

### O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL

O ano de 1984 representou, para o Brasil, o fim de um ciclo político e o início de outro. Após 20 anos de ditadura militar que, entre outros cerceamentos, limitou a participação popular no processo político, milhões de brasileiros saíram às ruas para reivindicar eleições diretas para Presidente da República. De acordo com LAMOUNIER (1986) "esse foi o fato decisivo que

apressou o encerramento do ciclo de governos militares iniciado em 1964<sup>16)</sup>.

A mobilização popular deu-se em torno de uma Emenda de Reforma Constitucional, de autoria do Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que tramitava no Congresso Nacional e que, se aprovada, modificaria a forma de eleição do Presidente da República. De acordo com o disposto no artigo 74 da constituição de 17 de outubro de 1969, e com base na Lei Complementar nº15 de 13 de agosto de 1973, modificada pelo Decreto-Lei nº1.539 de 14 de abril de 1977, o Presidente e o Vice-Presidente da República seriam eleitos, para um mandato de seis anos, através de um Colégio Eleitoral, composto por todos os congressistas e representantes das Assembléias Legislativas dos Estados. Esse Colégio reunir-se-ia no dia 15 de janeiro de 1985. A Emenda Dante de Oliveira (como ficou conhecida), se aprovada, substituiria esse processo por eleições por sufrágio universal no dia 15 de novembro de 1984.

Segundo a constituição vigente, qualquer emenda constitucional, para ser aprovada, necessitaria dos votos de dois terços de todos os parlamentares. No madrugada do dia 26 de abril de 1984, a Emenda Dante de Oliveira foi derrotada em votação na Câmara Federal. Apesar de ter recebido 298 votos a seu favor e apenas 65 contra, ela não conseguiu angariar os 320 votos necessários para a alteração da Constituição. Entre os

---

16. LAMOUNIER (1986, 2).

articuladores da "resistência" à aprovação da Emenda, encontrava-se o então Senador e Presidente do PDS, José Sarney, que mais tarde viria a ser eleito Vice-Presidente da República na chapa da oposição, encabeçada por Tancredo Neves.

Da derrota da Emenda, iniciaram-se, do lado das oposições, as articulações com vistas a eleger, pelo Colégio Eleitoral, um governo de transição. O principal artífice desse processo foi o Governador mineiro Tancredo Neves (PMDB)<sup>17</sup>. Do lado do PDS, seguiram trabalhando por suas candidaturas os três postulantes à indicação do partido para a disputa pela Presidência: O ex-Governador de São Paulo e Deputado Federal, Paulo Maluf; o Ministro do Interior, Mário Andreazza; e o Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves.

Maluf vinha "trabalhando" dentro do partido por sua candidatura desde que deixara o Governo de São Paulo para se candidatar a Deputado Federal. Embora não contasse com a simpatia do Palácio do Planalto, nem tampouco da direção do partido, seu nome era o preferido entre aqueles correligionários que iriam participar da convenção do partido prevista para setembro próximo, quando seria oficialmente escolhido o candidato do PDS à

17. Antes mesmo da apreciação da Emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional, o governador mineiro já trabalhava nos bastidores por sua candidatura, fosse essa por sufrágio universal, fosse via Colégio Eleitoral. No primeiro caso, suas chances seriam consideravelmente reduzidas, pois com ele provavelmente disputariam as eleições o Presidente Nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, o Governador de São Paulo, Franco Montoro, e o Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves - todos candidatos bastante fortes. No segundo, suas chances ampliar-se-iam consideravelmente, pois Tancredo, reconhecidamente, era entre os políticos brasileiros aquele que possuía maior capacidade de articular, em torno do seu nome, políticos de oposição e do partido do Governo. Com a derrota da Emenda, o caminho de Tancredo rumo ao Palácio do Planalto encontrava-se mais desimpedido.

Presidência da República. Mário Andreazza era o candidato da Presidência e da direção do partido, porém lhe faltava o apoio necessário entre os delegados que iriam para a convenção do PDS. Aureliano Chaves, embora não tivesse o apoio do Governo, contava com sólidas bases no partido, mas padecia da mesma fraqueza de Andreazza: contaria com poucos votos na convenção partidária.

Em junho daquele ano, alguns acontecimentos precipitaram a definição do quadro em que se daria a eleição do próximo presidente. Diante das pequenas chances do candidato do Governo sair vitorioso da convenção que escolheria o candidato do PDS à sucessão presidencial, a direção nacional do partido lançou a proposta de mudar as regras do jogo sucessório. Essa proposta, que, a princípio, contava com o consentimento do Presidente Figueiredo, consistia em realizar uma consulta prévia às bases do partido para a escolha do seu candidato. Nessa consulta, seriam ouvidos todos os membros dos diretórios nacional, estaduais e municipais, assim como todos os detentores de mandatos eletivos: senadores e deputados federais; governadores e deputados estaduais; prefeitos e vereadores. Da preferência da maioria resultaria o candidato do PDS.

O respaldo presidencial à realização de uma prévia dentro do partido durou pouco. Descontente com Sarney, que divulgou a idéia antes de consultar todos os postulantes à sucessão dentro do PDS, o Presidente Figueiredo retirou seu apoio às prévias. Com isso, o Senador pedessista, José Sarney, viu-se enfraquecido para

convocar o Diretório Nacional do PDS que homologaria a idéia das prévias. Em tumultuada reunião da comissão executiva do partido, a quem caberia a providência de convocar o Diretório Nacional para tomar tal decisão, Sarney renunciou diante da impossibilidade de levar a cabo seu projeto. Este ato, ao mesmo tempo que representou o fortalecimento de Maluf dentro do partido, propiciou uma maior aproximação entre os pedessistas anti-malufistas e a candidatura de Tancredo Neves.

Enquanto Sarney e Aureliano Chaves ainda faziam suas manobras dentro do PDS para realizar as prévias dentro do partido, Tancredo ia tecendo sua candidatura dentro do PMDB e junto aos governadores do partido. Paralelamente a isso, o governador mineiro ia mantendo conversações com o grupo dissidente que já se desenhava dentro do PDS no sentido de obter o seu apoio no Colégio eleitoral, caso Maluf fosse escolhido candidato na convenção do partido.

Fracassada a tentativa de realizar prévias dentro do PDS, o grupo dissidente do partido articulou-se na Frente Liberal do PDS com o fim de barrar o caminho de Maluf rumo ao Palácio do Planalto. Tendo como líder o Vice-Presidente Aureliano Chaves, secundado pelos senadores Marco Maciel e José Sarney, a Frente Liberal viria formar uma aliança com o PMDB depois que todas as arestas, de ambos os lados, tivessem sido aparadas por Tancredo Neves. Essa aliança formou-se com base no seguinte compromisso: o PMDB indicaria o candidato à Presidência da República e a Frente

Liberal indicaria o candidato à Vice-Presidência. Como a legislação vigente exigia que os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República de uma mesma chapa fossem de um só partido, Sarney desligou-se do PDS e filiou-se ao PMDB. Assim, Tancredo e Sarney partiriam juntos para a disputa no Colégio eleitoral.

Em agosto, PMDB e PDS realizaram suas convenções, escolhendo seus candidatos à sucessão presidencial. Tancredo e Sarney foram homologados candidatos pelo PMDB, e Maluf e Flávio Marcílio escolhidos pelo PDS. Na convenção do PDS, Maluf venceu seu adversário Mário Andreazza, o candidato do Governo que seguia na disputa, por 493 votos contra 350. A partir desse momento, os rumos da sucessão estavam definidos com clara vantagem para o candidato das oposições. Além do apoio que Tancredo Neves já recebia da Frente Liberal do PDS, depois transformada em partido, o número de seus adeptos ainda seria acrescido de muitos outros pedessitas que haviam trabalhado pela candidatura derrotada de Mário Andreazza, como o poderoso governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães.

A candidatura de Tancredo não era forte apenas entre os políticos. Pesquisa realizada na ocasião<sup>(18)</sup> detectou que entre os eleitores das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro Tancredo era o preferido. Em agosto, 58,3% dos entrevistados declararam preferir que Tancredo Neves vencesse a

18. Pesquisa realizada pelo IBOPE, ISTO É, Gazeta Mercantil e Rede Bandeirantes de Televisão nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, e publicada na revista ISTO É, nº407, de 10-10-84.

eleição no Colégio Eleitoral, contra apenas 21,4% que preferiam Maluf. No mês seguinte, a popularidade da candidatura de Tancredo aumentou ainda mais: 64,2% das preferências para Tancredo contra 21,1% para Maluf. Além das altas taxas de aprovação junto à população, a candidatura de Tancredo Neves não encontrava resistências nem no Palácio do Planalto nem nas casernas. Em fins de setembro, um deputado federal transmitiu à imprensa um recado do Presidente Figueiredo nesse sentido: "O candidato que vencer no Colégio Eleitoral tomará posse, porque a abertura política será completada na minha administração"<sup>(19)</sup>.

Embora a candidatura Tancredo-Sarney representasse um extraordinário bloco que reunia a maioria da chamada classe política, além de gozar da simpatia popular e do apoio dos principais jornais do país, das redes de televisão e da maior parte do empresariado, alguns grupos lhe ofereciam resistência. Esse era o caso do PT, que se negou a participar das eleições no Colégio Eleitoral. Para os líderes do PT, a Aliança Democrática formada em torno da candidatura de Tancredo Neves não apontava para as mudanças exigidas pela sociedade. Segundo o então Secretário Geral do partido, Francisco Weffort, "Se o Governo (de Tancredo Neves) vier a ser o que as suas declarações atuais fazem prever, será apenas o continuísmo com algum recheio liberal"<sup>(20)</sup>. Para o Presidente do partido, Luiz Inácio da Silva, o Lula, a candidatura de Tancredo Neves não poderia ter seu apoio porque

---

19. ISTO É, 03-10-84.

20. ISTO É, 17-10-84.

"onde está o Presidente da FIESP não pode estar o Lula"<sup>(21)</sup>. Essa posição do PT, quanto ao novo governo e o apoio que recebia dos empresários, aparecerá claramente no discurso do seu candidato para prefeito de São Paulo nas eleições do ano seguinte, como se verá no capítulo seguinte.

A votação no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985 não ofereceu nenhuma surpresa. Tancredo Neves foi eleito por ampla maioria de votos: 480 votos foram dados à chapa Tancredo-Sarney; 180 votos à chapa Maluf-Marcílio; 17 abstenções e 9 ausências.

No seu primeiro discurso como Presidente eleito, Tancredo Neves reafirmou seus compromissos com a reconstrução da democracia e com a mudança da sociedade. A esse novo tempo que com seu governo iria iniciar-se, Tancredo deu o nome de Nova República. No plano sócio-econômico, Tancredo prometia combater a inflação, desenvolver esforços para a retomada do crescimento econômico e promover um pacto social envolvendo governo, capital e trabalho. O sucesso dessas ações, entretanto, Tancredo condicionava a uma adequada articulação política: "Sem credibilidade governamental, qualquer política anti-inflacionária está fadada ao fracasso"<sup>(22)</sup>, declarou o então futuro Presidente. Por isso, as questões políticas tinham prioridade no seu programa. Tancredo propunha realizar um governo austero e de moralidade administrativa, convocar uma assembléia constituinte, acabar com as eleições indiretas por Colégios Eleitorais e

---

21. ISTO É, 24-10-84.

22. ISTO É, 23-01-85.



organizar um ministério "de base política", isto é, contemplar, na distribuição dos ministérios, as forças político-partidárias que deram sustentação a sua candidatura. Em torno deste último ponto, os conflitos já existentes entre os partícipes da recém formada Aliança Democrática - PMDB e Frente Liberal, que ainda nesse mês transformar-se-ia em partido (PFL) - iriam intensificar-se.

Durante o período da campanha presidencial, o primeiro sinal de conflito manifestou-se quando da escolha do nome para a coordenação da Comissão de Planejamento do Governo. Tancredo decidiu-se pelo economista José Serra, então Secretário do Planejamento do Governo Montoro, que era do PMDB. Os demais membros da comissão foram indicados por Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, e por Aureliano Chaves, do PFL<sup>(23)</sup>. A decisão de Tancredo desagradou o líder do PFL por sentir-se desprestigiado no comando da Comissão.

Em meados de janeiro, quando tratava-se de decidir sobre as Presidências da Câmara e Senado Federais, apresentaram-se Ulysses Guimarães (PMDB) para a primeira e Marco Maciel (PFL) para a segunda. Tancredo privilegiou o PMDB, acatando o nome de Ulysses para a Câmara, e indicado o do senador José Fragelli (PMDB) para o Senado. Somou-se a isso a criação do cargo de Líder do Governo

23. Além de Serra, faziam parte do grupo, pelo PMDB, o ex-ministro e economista Celso Furtado e o professor de economia da UNICAMP Luciano Coutinho. Pela Frente Liberal, completando a comissão paritária, trabalharam o ex-Ministro dos Governos Costa e Silva e Figueiredo, Hélio Beltrão, o empresário Sérgio Quintella e o Vice-Presidente do Banco Itaú, Sérgio Freitas.

no Congresso, também dado a um peemedebista: o Senador Fernando Henrique Cardoso.

As pressões do PFL sobre o presidente eleito eram tantas, que em fevereiro, em meio a montagem de seu ministério, Tancredo declarou: "Não aceito ameaças, pressões, imposições ou vetos de quem quer que seja"<sup>(24)</sup>. Com esse pronunciamento, o presidente eleito respondia às investidas do PFL, ao mesmo tempo que pedia calma ao PMDB. Na composição de seu ministério, o PMDB saiu privilegiado em detrimento do PFL. O partido de Ulysses Guimarães recebeu maior número de ministérios que o partido de Marco Maciel. Além disso, o acerto inicial, segundo o qual os ministérios da área social ficariam com o PMDB e os da área econômica com o PFL, acabou sendo desconsiderado.

Na composição do ministério de Tancredo, o Governador de São Paulo, Franco Montoro, mostrou exercer grande influência sobre o Presidente eleito. Montoro indicou três Secretários de Estado seus para integrarem o Governo de Federal: João Sayad, Secretário de Estado da Fazenda, foi para o Ministério do Planejamento; Roberto Gusmão, Secretário de Governo, para o Ministério da Indústria e Comércio; e Almir Pazzianotto, Secretário de Estado do Trabalho, para o Ministério do Trabalho. Esse fato configurou o surgimento de uma nova força política dentro do PMDB, aglutinada em torno do Governador de São Paulo e independente da liderança de Ulysses Guimarães. O estabelecimento

---

24. ISTO É, 13-02-85.

de um canal de comunicação direto entre o Governador de São Paulo e Tancredo Neves sem a intermediação de Ulysses Guimarães, apontavam para um conflito interno ao PMDB. Esse conflito dizia respeito à próxima sucessão presidencial, prevista para 1988, na qual tanto Ulysses quanto Montoro punham-se, então, como candidatos.

Na véspera da posse de Tancredo Neves na Presidência da República, quando todas as alianças já estavam costuradas e os cargos do primeiro escalão de governo distribuídos, o Presidente eleito caiu enfermo, frustrando as expectativas de todos os opositoristas. Impossibilitado de assumir o Governo, o Vice-Presidente, José Sarney, tomou posse na Presidência da República interinamente. Desconfortável à frente de um governo cujo ministério lhe era estranho, Sarney declarou-se "fiel porta-voz do Presidente enfermo"<sup>(25)</sup>.

Com a morte de Tancredo Neves a 21 de abril, Sarney assumiu a Presidência em caráter definitivo. Preocupado com a sustentação político-partidária do seu governo e atento aos compromissos assumidos por Tancredo, Sarney passou a governar empenhado no cumprimento do programa da Aliança Democrática: "As mudanças reclamadas serão feitas. O Governo dará prioridade aos pobres"<sup>(26)</sup>, declarou o Presidente.

25. ISTO É, 17-03-85.

26. ISTO É, 01-05-85.

## O GOVERNO SARNEY EM 1985

Durante o ano de 1985, Sarney cumpriu fielmente o prometido por Tancredo Neves. Enviou ao Congresso Nacional projeto de emenda constitucional (já referido na introdução) que acabava com as eleições indiretas e instituiu eleições diretas para prefeito das capitais, municípios até então considerados áreas de interesse da segurança nacional e estâncias hidro-minerais, em novembro de 1985. Através da mesma emenda, convocava a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte para o ano seguinte, a quem caberia decidir sobre a duração do seu mandato. Paralelamente a isso, empreendeu uma revisão da legislação vigente com o fim de "varrer o entulho autoritário", como se convencionou chamar aqueles institutos legais criados pela ditadura militar que cerceavam os direitos de manifestação e organização da sociedade. No bojo dessa revisão, promoveu uma reforma partidária, que permitiu a criação de um maior número de partidos e a legalização dos dois partidos comunistas. Portanto, as principais mudanças políticas prometidas por Tancredo foram cumpridas por Sarney nos seus primeiros meses de governo.

No plano econômico, o presidente reafirmou - através de programa de televisão - o propósito de fazer a economia crescer 5% ou 6% naquele ano: lembrou que o combate à inflação era uma das metas prioritárias, falou da necessidade de realizar cortes nas despesas públicas e lembrou os constrangimentos impostos à economia brasileira pela dívida externa e pelos compromissos

assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Governo Sarney, através do seu Ministério do Planejamento, ainda elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, primeiro plano de desenvolvimento desde os PNDs do Governo Geisel. De acordo com o presidente, seu governo tinha como intenção resgatar a enorme dívida social adquirida pelo Estado através dos anos. Para tanto, prometia mudar a ênfase dos investimentos, deslocando-os das obras de infra-estrutura, como energia, transportes e comunicações - menina dos olhos dos governos militares - para o campo social: saúde, educação, alimentação e habitação. Além disso, através do recém criado Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Urbano, o Governo elaborou um ambicioso Plano de reforma agrária, que atingiria 1,3 milhão de famílias e 130 milhões de hectares<sup>(27)</sup>.

O Governo Sarney teve ao seu favor uma conjuntura econômica favorável no ano de 1985. Ao contrário dos anos anteriores, que tinham sido marcados pela recessão e aumento das taxas de desemprego, o ano de 1985 caracterizou-se pela retomada do crescimento econômico. A produção industrial voltou a crescer e as taxas de desemprego sofreram sensível redução. As razões para a retomada do crescimento podem ter sido múltiplas e não cabe aqui considerá-las<sup>(28)</sup>. Contudo, é certo que o Governo estava determinado a assegurar o crescimento da economia do país. Nesse sentido, o presidente enviava recados ao FMI dizendo que não

27. VEJA, 29-05-85.

28. Alguns economistas, na época, argumentavam que a retomada do crescimento econômico devia-se à maturação de uma série de investimentos públicos em infra-estrutura feitos a partir do último PND, durante o Governo Geisel.

aceitaria a aplicação de medidas econômicas que impedissem o país de crescer 5% naquele ano.

A favor do Governo estavam também a balança comercial e as taxas de inflação. Segundo o Banco Central, as reservas cambiais do país aumentaram de 6,9 bilhões de dólares em janeiro, para 7,7 bilhões em abril e 8,3 em junho<sup>(29)</sup>. A taxa de inflação, que em 1984 chegara a 200% ao ano, sofreu sensível redução no início do Governo Sarney. Segundo a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, nos últimos meses do Governo Figueiredo, em janeiro, fevereiro e março de 1985, a inflação no país foi de 12,6%, 10,2% e 12,5% respectivamente. Esses índices caíram nos três meses subsequentes para 7,2% em abril e 7,8% em maio e junho<sup>(30)</sup>. Embora essas taxas ainda fossem consideradas altas, eram as melhores registradas nos últimos tempos.

Nos primeiros meses de governo, Sarney enfrentou uma onda de greves por melhores salários em todo o país. Desde sua posse, em 15 de março, até início de maio, 16 categorias profissionais já haviam entrado em greve em 9 estados, paralisando cerca de 400 mil trabalhadores. Com os salários achatados durante os últimos anos, em meio à retomada do crescimento da economia e frente a um governo que se dizia democrático e zeloso do direito de livre manifestação, as categorias profissionais organizadas encontraram terreno propício para reivindicar aumentos salariais, conseguindo-os na maior parte das vezes.

---

29. VEJA, 24-07-85.

30. VEJA, 03-07-85.

Essa conjunção de elementos permitiu que o Governo de Sarney, recebido a princípio com desencanto e frustração, gozasse de prestígio junto à população. Em pesquisa realizada pelo Instituto Gallup<sup>(31)</sup> foi detectado que 57% da população aprovavam o Governo Sarney. As principais razões do contentamento desses 57% foram os reajustes salariais (87,3%), o controle da inflação e do custo de vida (87,1%) e a redução do desemprego (79,7%). Destes dados, pode-se inferir que entre o índice de aprovação do Governo e a melhoria das condições econômicas da população existia uma relação direta.

Além do apoio popular, não faltou ao Governo Sarney apoio parlamentar nos seus primeiros meses de governo. A aliança costurada por Tancredo Neves garantiu sustentação ao presidente. A passagem de um governo militar para um governo civil representava para o PMDB um grande avanço, mesmo que à testa desse governo estivesse um ex-pedessista como José Sarney. Quatro meses após a posse de Sarney na Presidência da República, um deputado da ala esquerda do PMDB definiu seu apoio ao Governo nos seguintes termos: "O atual Governo não é um título a ser cobrado, mas uma bandeira do poder civil e da democracia. Nosso projeto político não é o dele, mas passa por ele e, por isso, vamos continuar a lhe dar uma sustentação crítica e otimista"<sup>(32)</sup>.

A excepcional situação do Governo Federal, e a relativa prosperidade econômica do país fez com que a campanha para a

31. VEJA, 31-07-85.

32. Deputado Federal João Hermann (PMDB-SP). VEJA, 31-07-85.

Prefeitura de São Paulo passasse ao largo de temas econômicos, até então muito comuns nas campanhas eleitorais. Ainda que o candidato do PMDB tenha querido tirar proveito dessa situação, associando seu nome ao Governo da República, o centro das atenções acabou sendo o Governo Estadual, ao qual o mesmo candidato encontrava-se ligado.

A campanha de 1985 em São Paulo talvez tenha sido a primeira, desde o golpe militar, em que temas da política regional predominaram sobre os da política nacional.

#### O CENÁRIO POLÍTICO REGIONAL

Quando começaram as discussões acerca das eleições municipais de 1985, o Presidente da República manifestou o seu desejo de que PMDB e PFL marchassem juntos onde fosse possível, tal como faziam na esfera federal. No entanto, as particularidades dos partidos nos estados não permitiu que a Aliança Democrática fosse reeditada na maior parte deles. Este foi o caso de São Paulo.

Nos últimos dez anos, o MDB, e depois dele o PMDB, vinha mostrando-se imbatível em São Paulo. Nas eleições para governador de 1982, o PMDB venceu com cerca de 42% de votos, deixando muito atrás o segundo colocado. Quebrar essa invencibilidade nas eleições para a prefeitura da capital era a principal meta dos adversários do PMDB, afastados do poder no Estado em 1983. Com a



derrota do PMDB nesse pleito, o caminho de volta ao Palácio dos Bandeirantes, através das eleições do ano seguinte, estaria facilitado.

Os adversários do PMDB, no entanto, encontravam-se divididos e enfraquecidos. O PDS, partido aliado do Governo em 1983, obtivera a terceira colocação na capital nas eleições para governador de 1982. Portanto, não podia nutrir ilusões de vencer as eleições para a prefeitura. Além disso, o PDS paulista acabava de sofrer uma dupla perda em 1985: a derrota de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, e a defecção da Frente Liberal, que fez minguar suas fileiras. O PFL, recém estruturado no Estado, tampouco tinha capacidade de enfrentar o PMDB. A única força conservadora que se mostrava disposta a lutar contra a fortaleza peemedebista naquele ano era Jânio Quadros, do PTB, que em 1982 fora o segundo candidato mais votado para governador na capital.

A decisão de Jânio Quadros de concorrer nas eleições para a prefeitura chamou a atenção do PFL e do PDS. Na intenção de minar as tentativas desenvolvidas pelos senadores Marco Maciel, do PFL, e Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, de manter a aliança entre os dois partidos em São Paulo, o Deputado Federal Herbert Levy e o Ministro Olavo Setúbal, ambos do PFL paulista, começaram a se aproximar da candidatura de Jânio Quadros. Das negociações surgiu uma aliança formal entre PTB e PFL para as eleições de novembro de 1985, e um compromisso para o ano seguinte: em troca do apoio do PFL à candidatura de Jânio, este ofereceria seu apoio à

candidatura de Olavo Setúbal para Governador do Estado em 1986. Os cálculos das lideranças do PFL em São Paulo eram que subtraíndo a prefeitura da capital do PMDB, e pondo-a, no ano seguinte, a favor da candidatura do PFL, suas chances de conquistar o Governo cresceriam consideravelmente.

Depois de selado o acordo entre o PFL e o PTB, o PDS decidiu não lançar candidato próprio e apoiar a candidatura de Jânio Quadros. Estava assim formado o bloco conservador, referido por LAMOUNIER & MUSZYNSKI (1986), para enfrentar o bastião peemedebista.

Paralelamente à união dos conservadores em torno de Jânio Quadros, começou a desenhar-se uma divisão no seio do PMDB - pró e contra Montoro. O governador do Estado vinha sendo, até então, o homem forte do PMDB paulista. Em 1982, sua força mostrou-se grande o suficiente para dissuadir Orestes Quércio, que possuía sólida base no interior do Estado, de disputar com ele a candidatura a governador e a aceitar a candidatura a vice-governador. No início de 1985, a força de Montoro sentiu-se quando da indicação de três secretários seus para o ministério de Tancredo. O próximo teste de Montoro, seria o das eleições para prefeito da capital. A eleição de um prefeito "seu" consolidaria Montoro dentro do partido, dando-lhe cacife para fazer seu sucessor no ano seguinte, e fortalecendo suas ambições presidenciais. Assim sendo, o governador indica, em julho, o nome do Senador Fernando Henrique Cardoso para disputar a prefeitura.

Para o maior adversário do governador paulista dentro do PMDB do Estado, Orestes Quércia, a vitória do PMDB com Fernando Henrique equivaleria ao fortalecimento de Montoro dentro do partido, e o comprometimento de seus planos de candidatar-se governador pelo PMDB no ano seguinte. A derrota de Fernando Henrique, por outro lado, enfraqueceria Montoro e lhe propiciaria melhores condições para galgar espaço dentro do partido. A candidatura do PMDB para a prefeitura estava, portanto, minada interna e externamente: de dentro, pelo grupo que lucraria com a derrota do partido nas urnas ao ganhar seu espólio; de fora pelo bloco conservador que perseguia a estratégia antes descrita.

Além da unidade formada pelos conservadores em torno de Jânio Quadros e da divisão do PMDB, merece destaque a emergência do PT como força política autônoma que desequilibrou a correlação de forças mantida no Estado até então, e que selou o fim da fraternidade plebiscitária referida na introdução.

Para completar o quadro em que se desenvolveu a campanha para a prefeitura de São Paulo em 1985, deve-se considerar o desgaste então vivido pelo Governador de São Paulo<sup>33</sup>. Este desgaste pode ser atribuído à incapacidade do Governo de dar respostas rápidas às demandas e expectativas da população. Embora Montoro estivesse procurando cumprir suas promessas de campanha,

33. no artigo de LAMOUNIER & MUSZYNSKI (1986) esta questão é tratada num ítem específico (pp.13-15).

os resultados obtidos, ainda que efetivos, eram pouco visíveis<sup>(34)</sup>.

Em 1982, Montoro propusera-se realizar investimentos e obras que tivessem impacto social. Neste sentido, investira na melhoria do sistema de abastecimento de água do Estado. Os resultados desse esforço apareceram durante o ano de 1985, com a baixa do índice de mortalidade infantil, passando a cerca de 34 mil por crianças nascidas vivas - o mais baixo índice registrado em São Paulo até então<sup>(35)</sup>. No entanto, o impacto dessa medida junto à população mostrou-se eleitoralmente nulo.

O Governo Montoro empenhara-se, também, em reerguer as estatais do Estado. Em 1985, das dez maiores empresas por patrimônio líquido, seis (CESP, Eletropaulo, Paulista de Força e Luz, Metrô, VASP e SABESP) elevaram seus índices de cobertura operacional entre dezembro de 1982 e dezembro de 1984<sup>(36)</sup>. Entretanto, durante a campanha para a prefeitura, Jânio Quadros acusou o Governo de incompetência, acusação essa que encontrou grande acolhida na população.

Contra o governador Montoro, pesava ainda o ônus de tentar cumprir uma de suas promessas de campanha: fazer com que os direitos humanos fossem respeitados pelo Estado. Sua assim

34. O governador Montoro foi um dos principais alvos dos ataques do candidato Jânio Quadros. Por isso, as demais possíveis causas do desgaste do governador serão consideradas quando se analisar o discurso dos candidatos, no capítulo seguinte.

35. ISTO É, 30-10-85.

36. ISTO É, 30-10-85.

chamada "política de direitos humanos" foi um dos alvos privilegiados dos ataques de Jânio Quadros e, por isso, será tratada num item específico no capítulo seguinte.

Neste quadro, desenvolveu-se a campanha eleitoral de 1985 para a prefeitura de São Paulo, e nele inseriram-se os discursos dos candidatos. As relações que no discurso de cada candidato foram estabelecidas entre a conjuntura político e sócio-econômica e os temas abordados em campanha serão analisadas no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO II

## A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS DOS CANDIDATOS

Este capítulo tem por objetivo a reconstrução dos discursos de campanha dos candidatos através da análise de suas partes constitutivas. Nesta análise pretende-se revelar e compreender as lógicas que balizam os seus discursos no seu todo.

Os discursos dos candidatos serão, neste capítulo, reconstruídos e analisados separadamente, considerando, em primeiro lugar, os principais temas explorados pelos e, em seguida, a forma de construção de seus interlocutores.

Na análise dos temas tratar-se-á de identificar que questões são problematizadas, e compreender como são problematizadas. No universo político existe um sem-número de questões passíveis de serem trabalhadas eleitoralmente de "n" maneiras. Portanto, é na escolha de certos temas e, principalmente, na forma de trabalhá-los, que residirão as diferenças entre os discursos. Além disto, merecerá atenção as relações de causalidade estabelecida no discurso entre os agentes sociais, suas práticas, suas idéias e a origem e solução dos problemas apontados.

Na análise dos interlocutores tratar-se-á de compreender como os diferentes candidatos os constroem. Assim como existem

diversas maneiras de se trabalhar um tema eleitoral, também existem várias formas de se construir os interlocutores num discurso. Portanto, mais uma vez, as diferenças entre os discursos dos candidatos residirão na forma de construção da identidade dos seus eleitores e nas relações estabelecidas com eles.

Na análise dos discursos de campanha, terá importância secundária a percepção dos candidatos, que porventura possa transparecer, sobre a realidade social ou sobre momento político. O que aqui importa conhecer não são as visões que cada um, individualmente, tem da realidade na qual se encontra inserido, mas a representação que dela passa ao eleitor na tentativa de conquistar-lhe o voto.

De acordo com os enfoques e estrutura acima indicados, serão expostos e analisados os discursos de Jânio Quadros, Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy, nesta ordem de apresentação.

Dos três discursos, o de Jânio Quadros é, aqui, o mais extensamente analisado. A maior atenção ao seu discurso não se deve ao fato de Jânio ter sido o candidato vencedor, mas de ter dado o tom da campanha como um todo. Seu discurso caracterizou-se por um oposicionismo sem trégua centrado na figura do Governador do Estado, a quem o candidato atribuiu todos os males da cidade. Procedendo dessa forma, o candidato do PTB colocou seu maior

adversário, Fernando Henrique Cardoso, na defensiva durante toda a campanha.

Na análise do discurso do candidato do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, revela-se o fato deste candidato ter sido o pivô das investidas de seus adversários. Na condição de candidato do governo, Fernando Henrique atraía os mais violentos ataques tanto de Jânio Quadros quanto de Eduardo Suplicy. Por isso, seu discurso distingue-se pela ambigüidade entre um tom, às vezes ofensivo, e uma postura, marcadamente defensiva.

Neste capítulo, o discurso de Eduardo Suplicy será analisado de forma mais sucinta que o de seus adversários, o que se justifica pela própria natureza de seu discurso. Como candidato de um partido novo que se apresentava nas eleições não para disputar efetivamente a prefeitura, mas para marcar sua presença e definir sua identidade junto do eleitorado, Eduardo Suplicy estruturou sua campanha baseado em alguns pontos bastante específicos. São, portanto, esses pontos que recebem atenção na análise.

Antecedendo a análise do discurso de cada candidato, figura uma breve apresentação de cada candidato. O objetivo dessa apresentação, quem para quem acompanha a dinâmica da política brasileira pode parecer reduntante, é situar o candidato social e politicamente, para que o leitor leigo possa melhor compreender os discursos dos candidatos.



## JÂNIO QUADROS

Jânio da Silva Quadros nasceu em Campo Grande, Estado do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), a 25 de janeiro de 1917. Na época da eleição, portanto, Jânio tinha sessenta e oito anos. Em 1935, já em São Paulo, Jânio começa a dar aulas de geografia e língua portuguesa em algumas escolas da cidade e ingressa na Faculdade de Direito, onde começa a participar das atividades do Centro Acadêmico Onze de Agosto .

Em 1945 Jânio filia-se a União Democrática Nacional (UDN). Nas eleições de 1947, por não conseguir legenda no seu partido para candidatar-se a vereador, Jânio troca a UDN pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Sua campanha, apoiada pelos pais dos alunos do Colégio Dante Alighieri, rende-lhe 1.704 votos, o que era insuficiente para elegê-lo. No entanto, com a suspensão do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB) - detentor da maioria bancada na Câmara Municipal - e decorrente cassação dos mandatos de seus vereadores, em 1948, Jânio Quadros, que era suplente de vereador, passa a ocupar um dos lugares deixados vagos pelos comunistas. A partir de então Jânio começa a notabilizar-se pelos seus violentos ataques contra a corrupção do Governo de Adhemar de Barros - que se tornaria seu maior rival político - e pela firme defesa da moralidade administrativa.

Ainda vereador Jânio Quadros forja o estilo que marcará sua presença na vida pública. Utilizando-se de uma oratória incomum

"vestido em desalinho e sempre despenteado, procurava aproximar-se das reivindicações populares, visitava os bairros pobres, assinava manifestos, escrevia artigos para jornais e apresentava grande número de proposições" na Câmara<sup>(37)</sup>. Em seu discurso, Jânio costumava ressaltar suas origens humildes<sup>(38)</sup>, razão pela qual encontrar-se-ia comprometido com os interesses populares e independente das elites político-econômicas.

Em 1950 Jânio Quadros candidata-se a Assembléia Legislativa pelo mesmo PDC, tornando-se o deputado mais votado no estado. Sua visibilidade política continua crescendo nos anos seguintes, o que lhe dá cacife para candidatar-se a prefeito de São Paulo em 1953. Nesta eleição - a primeira para prefeito da capital desde a Revolução de 1930 - Jânio Quadros, lançado pelo mesmo PDC com apoio do Partido Socialista Brasileiro (PSB), enfrenta uma coligação de oito partidos, sendo eleito com 65,8%<sup>(39)</sup> dos votos.

O lema de sua campanha em 1953 era "o tostão contra o milhão", alusão à disparidade entre os recursos financeiros empregados na sua campanha (a do tostão) e na de seus adversários (do milhão). Além disto, o mesmo lema era uma analogia com "Davi e Goliás", o pequeno hebreu que, segundo a Bíblia, livrou seu povo do jugo filisteu ao enfrentar e derrotar o gigante Goliás.

37. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

38. Jânio Quadros era filho de um médico paranaense. Suas origens, portanto, não eram tão humildes quanto ele queria fazer parecer. O que é rigorosamente verdadeiro, é que Jânio Quadros não nasceu no meio das elites econômica e política de São Paulo, mas com ela estabeleceu contato na Faculdade de Direito.

39. Jânio Quadros obteve 285.155 votos contra 115.014 para Francisco Cardoso, 16.662 a André Nunes Junior, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), e 3.901 para Osvaldo Ortiz Monteiro, do Partido Social Trabalhista (PST).

Embora seu adversário da "campanha milionária", Francisco Cardoso, contasse com o apoio do governador Lucas Garcez e de oito partidos - inclusive o Partido Social Progressista (PSP), de Adhemar de Barros - o gigantismo de sua candidatura ficava nas aparências. Na realidade, o governador Garcez, que havia sido eleito com o apoio decisivo de Adhemar de Barros, havia rompido com o esquema adhemarista e imposto o seu candidato a prefeito à revelia da vontade do grande "cacique" do PSP. Esta situação fez com que Adhemar acabasse por apoiar a candidatura de Jânio para a prefeitura, inclusive financeiramente. Portanto, a campanha do "tostão contra o milhão" era mais aparente que efetiva.

Respalhado pela esmagadora vitória obtida nas urnas em 1953, Jânio Quadros lança-se no ano seguinte como candidato ao governo do estado. Seu desempenho à frente do executivo municipal contribuiu positivamente para sua campanha a governador. Na prefeitura, "um dos seus primeiros atos foi promover demissões em massa de funcionários, iniciando uma cruzada moralizadora que marcou sua gestão<sup>(40)</sup>. Passou a visitar de surpresa repartições públicas municipais para apurar pessoalmente denúncias de irregularidades; institucionalizou o envio de memorandos e dos famosos 'bilhetinhos'; regulamentou o uso de carros oficiais, proibindo sua circulação fora do horário de serviço; aplicou grande soma na recuperação de ônibus e bondes da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC); e nomeou o professor Carlos Alberto de Carvalho Pinto para a administração das

40. Essa cruzada moralizadora marcará, também, suas campanhas posteriores, inclusive a analisada.

finanças municipais, conseguindo equilibrar o orçamento da prefeitura."<sup>(41)</sup>

A disputa do governo do estado representou para Jânio Quadros um desafio incomparavelmente maior que o da prefeitura. Em 1954, Jânio disputava as eleições com o grande líder político do estado, Adhemar de Barros. Nesta campanha, o estilo janista, já desenhado nas campanhas anteriores, foi acrescentado de elementos teatrais: "Os palanques transformavam-se em palcos de tragicomédias: Jânio tomava injeções em público, simulava desmaios e comia sanduíches de mortadela levados nos bolsos. E era carregado nos braços do povo! Numa esdrúxula mistura de radicalismo e 'kitsch' popularesco, fazia violentos ou pitorescos discursos, num português precioso de sílabas escandidas, e apoiado num visual que se tornaria típico: roupas surradas e em desalinho, cabelos compridos e barba por fazer, ombros brilhantes de caspa..."<sup>(42)</sup>

O resultado das eleições de 1954 não foi diferente do das eleições do ano anterior. Jânio vence seus adversários, mas, desta vez, por uma pequena margem de votos: 660.264 contra 641.980 dados a Adhemar (PSP), 492.518, a Prestes Maia, da coligação entre UDN, Partido Social Democrático (PSD), Partido Republicano (PR) e Partido de Representação Popular (PRP), e 79.783 a Vladimir de Toledo Piza (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB).

41. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. (1984, v.4, 2848).

42. BENEVIDES, Maria Vitória apud Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. (1984, v.4, 2848).

O governo de Jânio Quadros contou com um competente secretário das finanças, Carvalho Pinto, e com uma conjuntura econômica favorável, o que muito contribuiu para lhe dar a reputação de bom administrador. Seu sucesso a frente do executivo paulista permitiu-lhe eleger seu sucessor em 1958, derrotando novamente Adhemar de Barros. Carvalho Pinto, candidato de Jânio Quadros, lançado pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e PSB e apoiado pelo PDC, PR e UDN, venceu as eleições com 1.312.017 votos, ficando Adhemar de Barros em segundo lugar com 1.105.017.

A 20 de abril de 1959, é fundado no Rio de Janeiro o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), lançando o nome do ex-governador de São Paulo à Presidência da República. Inicialmente apoiada por um grupo aparentemente apartidário, a candidatura Jânio Quadros logo começa a receber o apoio dos partidos políticos. No dia seguinte à fundação do MPJQ, o PTN, em convenção nacional, escolhe Jânio como seu candidato a presidente. Depois disso, o Partido Libertador (PL) passa a apoiá-lo, seguido pelo PDC e culminando com o apoio da UDN, que se decide pela candidatura de Jânio Quadros a 8 de novembro daquele ano.

Em função dos conflitos entre os partidos que o apoiavam em torno do nome do candidato à Vice-Presidência, Jânio retira sua candidatura, alegando falta de unidade política em torno do seu programa. Imediatamente, o MPJQ recolhe 360.000 assinaturas pedindo a Jânio que reconsiderasse sua decisão. A 5 de dezembro,

Jânio volta atrás em sua decisão, saindo do episódio com sua autonomia fortalecida em relação aos partidos que o apoiavam.

Em sua campanha, Jânio defende "a reforma agrária realizada em Cuba depois da revolução, o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, o reconhecimento da República Popular da China e a legalização do PCB". Além de propor uma política externa independente, defende "o controle das remessas de lucro para o exterior, o fortalecimento da Petrobrás e ataca a corrupção e as 'irresponsabilidades do presidente voador' (Kubitschek)"<sup>(43)</sup>.

Com esse discurso, que em muito contrastava com o das campanhas anteriores da UDN, Jânio vence as eleições de 3 de outubro de 1960 com 5.636.623, que correspondia a 48% dos votos, escore até então não conseguido por nenhum de seus antecessores.

O governo de Jânio Quadros na Presidência da República foi marcado pela formação de um ministério conservador, uma política externa independente e arrojada para os tempos da Guerra Fria, uma política econômica marcada pelo monetarismo e uma relação controvertida com o movimento sindical (que apoiava sua política externa, mas criticava sua política econômica). Além disso, tornou-se famoso por suas pequenas medidas moralizadoras, como a proibição de corridas de cavalo em dias de semana, de brigas de galo, de uso de lança-perfumes nos bailes, e de concursos de

43. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1984, v.4, 2850).

beleza com maiôs "cavados". No entanto, o traço distintivo do Governo Jânio Quadros foi sua brevidade: apenas sete meses.

Na sexta-feira, 25 de agosto de 1961, Jânio renuncia à Presidência da República. Na mensagem enviada ao Congresso Nacional, Jânio explica que "forças terríveis"(sic)<sup>(44)</sup> o impediam de governar. A historiografia política brasileira, até a presente data, não conseguiu identificar quais teriam sido as causas determinantes de sua renúncia. Na época, diversas hipóteses foram aventadas. Entre elas a de que a renúncia teria sido uma manobra política mal sucedida ou, para utilizar um dito popular, "um tiro que saiu pela culatra". Segundo esta hipótese, o cálculo de Jânio seria o de que o pedido de renúncia, enviado ao Congresso Nacional na sexta-feira, não seria apreciado e votado no mesmo dia - como de fato foi. Com a repercussão da notícia do pedido de renúncia durante o fim-de-semana, Jânio Quadros esperaria uma expressiva reação popular, pedindo-lhe que reconsiderasse sua renúncia (tal como acontecera durante sua campanha para a Presidência entre fim de novembro e início de dezembro de 1959). Com isso, na segunda-feira, ao recomeçar os trabalhos parlamentares, os congressistas, pressionados pela reação popular, rejeitariam o pedido de renúncia do presidente. Dessa forma, Jânio aceitaria continuar na Presidência com a condição do Congresso lhe dar maiores poderes para governar, o que seria conseguido através de reforma constitucional (esta era, aliás, a

44. Na memória popular e da imprensa brasileira ficou registrado que Jânio teria atribuído sua renúncia a "forças ocultas" (e não "terríveis") que contra ele tramavam. A expressão "forças ocultas" consta da carta-testamento de Getúlio Vargas, que a elas atribuiu a razão de seu suicídio a 24 de agosto de 1954, e não do pedido de renúncia de Jânio enviado ao Congresso Nacional sete anos depois.

pretensão do presidente nos últimos tempos, e motivo de conflitos com o parlamento). Outra hipótese, seria a de que o presidente, no seu destempero, teria renunciado sem nenhum motivo real nem qualquer cálculo anterior.

Sejam quais forem as reais razões da renúncia de Jânio Quadros, o fato é que ela, num primeiro momento, jogou o país numa grave crise institucional. A resistência dos ministros militares de Jânio em admitir a posse do Vice-Presidente João Goulart (Jango), na Presidência da República, contraposta à defesa intransigente da legalidade constitucional por parte de determinados setores do exército, poderiam ter tido como desfecho uma guerra civil. Entretanto, a adoção de um parlamentarismo concebido ad\_hoc - onde o presidente tomaria posse mas não governaria - se constituiu em solução momentânea para a crise. Após a posse de Goulart, as forças que o apoiavam começaram a trabalhar pela antecipação do plebiscito marcado para 1964, que decidiria sobre a forma de governo - o que acabou ocorrendo no ano seguinte com a volta do presidencialismo - e os seus opositores passaram a articular a sua deposição - o que também viria a ocorrer mais tarde, em 1964.

Imediatamente após a aceitação de seu pedido de renúncia e antes que se resolvesse a crise institucional por ela provocada, Jânio embarca para a Europa. No entanto, seu afastamento do Brasil e da política nacional fora apenas momentâneo, pois em 1962 Jânio volta a se candidatar a governador de São Paulo.



Embora os tempos lhe fossem adversos, pois encontrava-se desgastado com a renúncia no ano anterior, não mais contava com o apoio de tão grande número de partidos, e deparava-se com seu maior adversário fortalecido, mesmo assim, Jânio teve uma votação expressiva, sendo derrotado por Adhemar de Barros por uma pequena margem de votos: 1.249.414 votos para Adhemar contra 1.125.941 para Jânio.

Depois das eleições de 1962, Jânio mantém-se afastado da vida política brasileira até o golpe de 1964. Após este, a pedido do Marechal-Presidente Castelo Branco, Jânio redige um manifesto conclamando a população civil a apoiar o novo governo. Apesar disso, Jânio não fica livre das cassações promovidas pelo governo militar, que o vitimam dez dias após o golpe, privando-o de seus direitos políticos.

Impedido de prosseguir sua vida pública, Jânio dedica-se às atividades privadas. Coordena uma coleção intitulada Gramática da Língua Portuguesa, em co-autoria com Afonso Arinos de Melo Franco, publica a História do Povo Brasileiro e escreve o Dicionário Prático da Língua Portuguesa.

Em 1968, por ter feito declarações de conteúdo político, Jânio é punido com 120 dias de confinamento em Corumbá, Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). Nos anos 70, a partir do governo Geisel, Jânio recomeça a fazer declarações políticas, onde se misturavam críticas ao regime militar com elogios ao

Presidente da República. Essa ambigüidade viria marcar sua postura política nos anos seguintes, realimentando as controvérsias que sempre envolveram seu nome, seus atos e sua pessoa.

Com a reforma partidária de 1979, Jânio aproxima-se de Ivete Vargas, apoiando-a na disputa com Leonel Brizola pela legenda do PTB. Vitoriosa Ivete Vargas, Jânio ingressa oficialmente no partido em novembro de 1980. No entanto, com a proibição das coligações partidárias para as eleições de 1982, anunciada pelo governo no ano seguinte, Jânio decide deixar o PTB e começa a pregar a união das oposições.

Em agosto de 1981, ao voltar de viagem a Inglaterra, Jânio preenche ficha de inscrição no PMDB. As reações a sua entrada no partido foram imediatas. Embora punido pela "revolução" - argumentavam as lideranças peemedebistas contrárias a sua incorporação ao partido, entre as quais o então senador Franco Montoro - Jânio teria colaborado com o regime militar em diversos momentos e de diversas formas. Depois de muitas controvérsias, a executiva nacional do partido decidiu-se pela rejeição da filiação de Jânio Quadros por 13 votos contra 2. Em vista disso, Jânio volta a inscrever-se no PTB, concorrendo por este partido ao governo do Estado.

Embora derrotado nas eleições de 1982 - sua segunda derrota eleitoral em 34 anos de vida política - os resultados por ele

obtidos foram consideráveis. Jânio foi o terceiro candidato mais votado no estado para governador com 1.447.328 votos, ficando à frente de Luis Inácio Lula da Silva, candidato do PT, que obteve 1.144.648 votos, e atrás de Reynaldo de Barros (PDS), candidato do governo, com 2.728.732 votos e de Franco Montoro (PMDB), o "franco" favorito das eleições, com 5.209.952 votos.

No entanto, na cidade de São Paulo, Jânio Quadros foi o segundo candidato mais votado com 821.827 votos, ficando à frente do candidato do governo, que recebera 693.018 votos, e só perdendo para Montoro, que obtivera 1.674.588 votos. Além disto, Jânio seguia muito forte nos seus tradicionais redutos eleitorais, quase empatando com Montoro em alguns distritos eleitorais da zona norte da capital<sup>(45)</sup>.

O desempenho de Jânio Quadros na capital em 1982, agregado a divisão do PDS em 1984 com a criação do PFL, fizeram dele o candidato mais forte entre os possíveis candidatos conservadores para as eleições municipais de 1985. Ciente desta vantagem, Jânio lança-se candidato a prefeito em fevereiro de 1985, enquanto as eleições diretas para prefeito das capitais eram ainda promessa do governo da Nova República, ainda não empossado. Assim, Jânio Quadros volta à arena eleitoral prometendo repetir o mesmo feito de 1953: ser o primeiro prefeito a ser eleito diretamente pela população depois da revolução (a de 1930 nas eleições de 53, e a de 1964 nas de 85) - o que de fato viria ocorrer.

<sup>45</sup> Por exemplo, na 254ª Zona onde obteve 43.007 votos contra 43.957 dados a Montoro, e nesta sendo favorito no distrito de Vila Maria, onde bateu o candidato do PMDB por 34.646 a 32.239 votos.

## VARRER A CIDADE

No discurso de sua campanha, Jânio Quadros apresenta sua candidatura aos eleitores com o seguinte propósito:

"Nós vamos limpar esta cidade com a vassoura e, se preciso, com o cabo da vassoura. Vamos derrotar o candidato do pior governador que São Paulo já teve e o candidato dos comunistas, que querem submeter a família brasileira à foice e ao martelo. Vamos derrotá-los e enxotá-los da política de São Paulo, porque não sabem governar."<sup>(46)</sup>

Neste enunciado, contido num discurso feito em comício no bairro do Jaguaré, a questão central envolvida no discurso do candidato aparece detrás de uma proposta de ação expressada sob a alegoria da "limpeza" da cidade com a "vassoura". As alegorias no discurso de Jânio Quadros foram um meio freqüentemente utilizado de sintetizar e precisar numa palavra ou numa frase um conjunto de idéias ou de ações cujos objetos eram por vezes vários, por vezes vagos e imprecisos. A proposta de limpar a cidade - que é a questão central do seu discurso - é um exemplo desta forma de utilização das alegorias. O quadro a seguir, onde aparece indicado aquilo que o candidato propõe-se a varrer, demonstra o que aqui se sugere:

---

46. FSP, 14-10-85.

|        |  |
|--------|--|
|        | os funcionários preguiçosos que nada fazem <sup>(47)</sup>                                     |
| varrer | a corrupção que ela (a atual administração da prefeitura) acumulou nesses anos <sup>(48)</sup> |
|        | os políticos carcomidos <sup>(49)</sup>  |

Na análise do quadro, observa-se que o verbo varrer é empregado para designar três ações diferentes a serem exercidas sobre três objetos distintos. No primeiro caso tem-se como objeto da ação os funcionários da Prefeitura "que nada fazem". A ação subentendida à varredura é claramente a demissão dos "funcionários preguiçosos", o que, em princípio, encontra-se no âmbito das ações possíveis de um prefeito. Neste caso, portanto, o verbo varrer aponta para um ato administrativo. No segundo caso - varrer a corrupção acumulada nos últimos anos pela atual administração - poderia ser traduzido na intenção de levar a público todos os atos irregulares cometidos pela administração do PMDB na Prefeitura. A ação subentendida neste caso aponta, então, para a apuração de irregularidades. O terceiro deles - varrer os políticos carcomidos - refere-se a uma categoria de políticos pouco precisa, mas com clara conotação negativa (pois carcomidos). No entanto, nenhuma indicação se tem das possíveis ações a serem exercidas sobre eles. O verbo varrer, neste caso, não aponta para nenhuma ação identificável. Varrer portanto traduz-se ora em demitir, ora em denunciar, ora em nada de

47. JT, 02-09-85.

48. FSP, 27-10-85.

49. FT, 10-09-85.

preciso. Em todos os casos porém o que deve ser varrido são pessoas, grupos ou ações moralmente indefensáveis porque preguiçosos, carcomidos ou corruptos.

Ao lado dos funcionários preguiçosos, dos corruptos e políticos carcomidos que devem ser varridos, Jânio considera a insegurança nas ruas o maior problema enfrentado pela população da cidade:

"A cidade se tornou mais inquieta, porque está mais politizada. Mas os problemas com os quais me defrontei quando prefeito são os mesmos de hoje. Talvez só tenham mudado as prioridades: naquele tempo, eram os transportes coletivos; hoje, é a questão da segurança." (50)

"No dia três de janeiro, um dia depois da posse, criei a polícia municipal." (51)

Ao eleger a questão da segurança pública como problema prioritário de São Paulo, Jânio foi ao encontro da percepção que a maioria do eleitorado da capital tinha dos problemas da cidade. No survey eleitoral realizado pelo IDESP<sup>(52)</sup>, 50,8% dos entrevistados afirmaram considerar o problema da segurança pública o mais grave de todos. Os problemas do custo de vida e do desemprego, que na pesquisa aparecem num longínquo segundo e terceiro lugares, eram considerados os mais graves apenas por 12,8% e 7,1% dos entrevistados respectivamente.

50. FSP, 27-09-85.

51. ESP, 14-09-85.

52. O Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo - IDESP - realizou survey eleitoral cujas entrevistas foram realizadas a partir de 12 de outubro de 1985 até às vésperas da eleição. "As Eleições para Prefeito de São Paulo - 1985." IDESP, 1985.

Devido à centralidade do problema da segurança no discurso de Jânio Quadros e dos efeitos que teve sobre a campanha dos seus adversários, a questão da violência urbana e da segurança pública será analisada posteriormente num item específico. Antes, porém, analise-se o conteúdo específico da proposição: "Nós vamos limpar essa cidade com a vassoura", que consta do primeiro enunciado transcrito neste item, e que foi resumida no lema "varrer a cidade".

O verbo limpar é utilizado no enunciado nas suas acepções de "tirar a sujidade": "livrar de impurezas": "livrar de matérias estranhas ou prejudiciais"<sup>(53)</sup>. Esses significados indicam que a idéia expressada pelo locutor ao empregar o verbo varrer é antes a de remover daquilo que é indesejável, do que a de erigir algo desejável. O problema de Jânio Quadros não é, portanto, construir o novo, mas depurar o presente.

A negação da situação presente, que prepondera absolutamente no enunciado, possui um conteúdo claramente conservador. Para o candidato, a sociedade não precisa de reforma nem de revolução, mas de saneamento. Este saneamento seria alcançado apenas com a probidade do administrador público, dispensando-se mudanças estruturais na sociedade. Esta visão conservadora aparece reforçada no primeiro programa de propaganda eleitoral gratuita pela televisão, como o enunciado abaixo indica:

53. verbete: limpar, Médio Dicionário Aurélio, 1900.

"Conhecendo esta cidade, eu lhes asseguro que serei o prefeito das famílias, o prefeito da juventude, o prefeito das esperanças, o prefeito dos sonhos. Irei atender as reivindicações mais sentidas de vocês. Ninguém me dirá que não há recursos, não! Há-os e em abundância. Não são bem aproveitados, ou são mal aproveitados até. Mas eu cuidarei desse aproveitamento! Eu cuidarei para que cada níquel vindo dos impostos que a Prefeitura cobra, seja aplicado no benefício de todos, indistintamente."<sup>(54)</sup>

Neste enunciado, Jânio Quadros nega peremptoriamente a existência de qualquer limitação de ordem financeira à ação da Prefeitura de São Paulo. Ao contrário, afirma existirem recursos em abundância, o que ia frontalmente contra a posição da maior parte dos prefeitos das mais diversas cidades do país e dos mais variados partidos, que há tempos reivindicavam uma reforma tributária em favor dos municípios. Segundo o raciocínio do candidato, se em meio à abundância a Prefeitura de São Paulo não conseguia oferecer os serviços na quantidade e qualidade desejadas pela população, é porque os recursos eram mal administrados, e nessa administração a corrupção grassava solta. Portanto, os problemas enfrentados pela população da cidade não seriam estruturais e dependentes de uma reforma que teria que se dar na esfera federal, mas decorrentes da incapacidade e improbidade dos administradores locais. A solução para esse problema não seria complexa, mas bastante simples e estaria nas mãos do próprio povo: eleger um administrador experiente, capaz e probo - Jânio Quadros - que "varreria" a corrupção e a preguiça

54. primeiro programa de propaganda eleitoral gratuita pela televisão, 14-09-65 20h30.



da prefeitura. Desta forma até "as reivindicações mais sentidas" (sic) da população poderiam ser atendidas.

No sintagma "irei atender as reivindicações mais sentidas de vocês", não só o conservadorismo, mas inclusive o reacionarismo stricto sensu do discurso de Jânio Quadros emergem. Note-se que Jânio descaracteriza completamente "as reivindicações" quando as qualifica de "mais sentidas". Ora, "reivindicação" remete-se a ações como reclamar, exigir e requerer, que são práticas ativas, e não passivas como o sentir. Portanto reivindicação e sentimento são termos que não conjunham.

Para se estruturar um sintagma sem a dubiedade que o utilizado por Jânio carrega, uma das duas expressões teria que ser substituída: ou "reivindicação", ou "mais sentida". Na primeira alternativa ter-se-ia: "irei atender os anseios mais sentidos de vocês", e na segunda "irei atender as reivindicações mais veementes de vocês" - que significam coisas absolutamente diferentes. A primeira possui um conteúdo desmobilizador, à medida que promete realizar aquilo que as pessoas sentem no seu íntimo, o que raramente consegue ser expressado de forma clara e, portanto, ser objeto de reivindicação. A segunda aponta justamente para o contrário, pois estimula a organização popular ao condicionar a concessão do benefício à formulação da demanda.

No contexto do discurso de Jânio Quadros, a substituição correta seria claramente a primeira, à medida que todos os elementos do seu discurso apontam para a passividade do eleitor e para a ação do candidato. Na afirmação de que seria "o prefeito das esperanças" revela-se a concepção do eleitor enquanto agente passivo. A esperança é um sentimento que ocupa o lugar da ação concreta, pois quem tem esperança não age, espera. Ser o prefeito das esperanças significa, portanto, ser aquele prefeito que a população passivamente espera.

À população, portanto, nada cabe fazer, senão eleger Jânio Quadros prefeito, como a os enunciados abaixo mais uma vez ilustram:

"Me dêem a queixada que eu cuido dos filisteus."<sup>(55)</sup>

"Sou apenas um instrumento dos senhores. Se os senhores me derem o instrumento da prefeitura, que tem o quarto orçamento da República, não sei quantos filisteus irei exterminar. Do trabalho eu me encarrego, meus patrícios."<sup>(56)</sup>

Para conseguir resolver os problemas que afligem a cidade, Jânio não oferece soluções, mas oferece-se como solução, poupando o eleitor de preocupar-se com o que fazer, e com o como fazer. As analogias que o candidato faz entre si e personagens bíblicos vem nesse sentido. No primeiro enunciado acima, Jânio compara-se a

55. FT, 29-07-85.

56. FSP, 01-10-85.

Sansão, que com uma queixada de jumento matou mil filisteus<sup>57)</sup>. A mesma proeza de Sansão, Jânio promete realizar na Prefeitura. Da mesma forma que a Bíblia não explica como Sansão conseguiu exterminar mil filisteus com uma queixada, Jânio tampouco explica aos eleitores como, com uma vassoura<sup>58)</sup>, irá limpar a cidade. O como fazer é problema dele, e não do eleitor, como a conclusão do último enunciado acima sugere: "Do trabalho eu me encarrego, meus patrícios."

Ao colocar a solução dos graves problemas de uma forma simples, Jânio evita atritos com o eleitorado, pois "o refrão de que as coisas 'não são tão simples' é exatamente o que uma população carente e ressentida não quer ouvir."<sup>59)</sup>

Portanto, a questão que Jânio Quadros leva ao eleitorado como estando realmente em jogo na eleição para a Prefeitura de São Paulo, é a libertação da cidade de seus males: a corrupção, a preguiça e a insegurança. Enfrentá-los não seria tão difícil quanto quanto seu maior opositor, Fernando Henrique Cardoso, dizia. Todos os problemas teriam uma única solução e uma única causa: A solução seria Jânio Quadros e a causa o governador do Estado, Franco Montoro.

57. Bíblia Sagrada, Juizes, 15, 16. O lema da campanha de Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo em 1953, o "Tostão contra o Milhão", estruturou-se sobre a analogia com outra passagem bíblica: a do pequeno Davi (o Tostão) contra o gigante filisteu Golias (o Milhão). SADEK (1986, 67)

58. Embora no enunciado em análise a queixada reclamada seja a prefeitura, em outros momentos a vassoura ocupa o lugar do instrumento, como no seu discurso em comício na rua 25 de março: "Por que todos os candidatos, os corruptos, os marginais culpam a mim pela própria incompetência? Por que me ameaçam com armas, quando o que empunho é uma vassoura?" (ESP, 04-10-85)

59. LAMOUNIER & MUSZYNSKI (1986, 16).

## MONTORO: O INIMIGO NÚMERO UM

Concentrar numa só pessoa toda as raivas e ressentimentos de uma população é a forma de simplificação mais elementar e mais rentável numa campanha política<sup>(60)</sup>. Jânio Quadros, em seu discurso, culpou e responsabilizou o governador de São Paulo por todas as dificuldades enfrentadas pela população de São Paulo da seguinte forma:

"O pior que São Paulo já teve."<sup>(61)</sup>

"Fraco, inseguro e de moral duvidosa."<sup>(62)</sup>

"A decisão errada pode ser reparada, mas a falta de decisão nunca será reparada. O que caracteriza nosso governo é a falta de decisão. É como se não existisse."<sup>(63)</sup>

"O que deseja o governador? Eleger um prefeito seu para candidatar-se, Deus nos livre, à Presidência da República? Nunca vi governo tão preguiçoso, tão indolente, tão incapaz. Já está no terceiro ano do seu mandato e não realizou um obra sequer em todo o Estado. Nomeou um prefeito biônico cujo secretário das finanças mora em Santos e o da Cultura no Rio de Janeiro, fazendo novelas de televisão."<sup>(64)</sup>

Ao erigir o governo estadual como o alvo principal de suas críticas, Jânio Quadros conta com dois elementos muito favoráveis a seu favor. Em primeiro lugar, a existência de uma tendência de voto pró-oposição na cidade, manifestada desde as eleições de

60. "Concentrer sur une seule personne les espoirs du camp auquel on appartient ou la haine qu'on porte au camp adverse, c'est évidemment la forme de simplification la plus élémentaire et la plus rentable." (DOMENACH, 1979, 50-51).

61. FSP, 06-10-85, 14-10-85 e 28-10-85.

62. FSP, 19-08-85.

63. ESP, 01-09-85.

64. FT, 30-09-85.

1974<sup>(65)</sup> e concentrada principalmente nos bairros mais pobres da capital. Além disso, a popularidade do próprio governador encontrava-se, no momento, bastante abalada. Jânio Quadros explorou constantemente em seu discurso a fusão do primeiro elemento, de caráter tendencial, com o segundo, de caráter circunstancial.

A tendência anti-governista do eleitorado paulista talvez tenha sido fortalecida por uma prática de propaganda muito usada pelo PMDB quando na oposição. Esta prática consistia em culpar o governo por todas as mazelas da sociedade brasileira - acusação que dera bons frutos ao PMDB e demais partidos de oposição durante os governos militares. No entanto em 1985 o PMDB encontrava-se no governo do Estado de São Paulo há mais de dois anos, e o mesmo anti-governismo, antes nutrido, voltou-se contra ele, sendo fartamente explorado pelo seu maior adversário.

A baixa popularidade do governador fora constatada em pesquisa realizada durante o período da campanha eleitoral. No survey eleitoral realizado pelo IDESP<sup>(66)</sup>, mais de 60% dos entrevistados que afirmaram ter votado em Franco Montoro para governador nas eleições de 1982 declararam que não repetiriam o voto. Este descontentamento com o governador do Estado foi explorado à exaustão no discurso de Jânio Quadros.

65. O artigo de ALVES & MENEQUELLO (1986) analisa e confirma a permanência desta tendência nas eleições de 1985 em São Paulo.

66. "As Eleições para Prefeito de São Paulo - 1985." IDESP, 1985.

Ao classificar Montoro o como "o pior governador que São Paulo já teve", Jânio compara o atual governador com todos os governadores passados, sem contudo explicitar o nome de nenhum deles. Ser o pior que já existiu é um superlativo que dispensa comparações inter-individuais e relativizações. Referindo-se ao governador desta forma, Jânio Quadros conseguia atacar violentamente seu governo, poupando-se, contudo, do inconveniente de fazer qualquer referência aos governos passados, que igualmente possuíam imagem bastante negativa.

A utilização do superlativo "o pior" na classificação do governo Montoro é indicativa do grau de simplificação do cenário político desenhado no discurso de Jânio Quadros. Esta simplificação opera-se ao situar o momento vivido numa esfera atemporal e ao desconsiderar as matizes que compõem a política. Nos ataques ao inimigo "Governo Montoro" não aparecem quaisquer referências ao processo histórico vivido. Não há datas nem marcos temporais. O que caracteriza o inimigo é a sua excepcionalidade (conotada sempre negativamente) que contrasta com a normalidade de tudo que lhe é anterior ou diferente. O inimigo não é pior que este ou aquele governador quanto a um ou outro aspecto, mas é o pior in totum.

A ausência de qualquer comparação que situasse o governador no tempo e no espaço políticos é preenchida pela consideração de suas características pessoais, que aumenta ainda mais a simplificação do cenário ao personalizar o governo. O governo é

mau porque o governador é ruim. Note-se na seqüência de sintagmas a seguir que nenhuma diferença é feita entre a pessoa e a organização, entre o governador e o governo:

"Nunca vi governo tão preguiçoso, tão indolente, tão incapaz. Já está no terceiro ano do seu mandato e não realizou um obra sequer."<sup>(67)</sup>

Na frase "Nunca vi governo tão preguiçoso, tão indolente, tão incapaz", a transposição para o governo de características que são claramente pessoais, como a preguiça e a indolência, aparece de forma nítida. Esta transposição torna-se tão mais saliente na frase seguinte, onde o sujeito oculto é claramente o governador - pois era este quem detinha um mandato há mais de dois anos - mas que na seqüência de frases aparece subentendido como sendo o governo.

A falta de referências a outros elementos do universo político é mais uma vez reforçada quando o que referencia o governador e seu governo não são suas decisões e atos, mas justamente a sua omissão. O que faria do Governo Montoro o pior governo que São Paulo já teve, seria o fato de ser um governo ausente; nas palavras de Jânio Quadros, "é como se não existisse". Esta crítica substituía todas as valorizações e relativizações possíveis quanto ao governador e aos atos do seu governo.

Esta acusação, obviamente exagerada, pois é inimaginável um governo que não tenha feito "uma obra sequer em todo o estado" durante mais de dois anos, encontrava, entretanto, algum amparo na realidade não-discursiva.

Considere-se, a seguir, alguns dos elementos que compuseram essa realidade para se ter a dimensão do impacto que essa crítica pode ter tido no conjunto da campanha.

O governador Montoro fora eleito em 1982 criticando o faraonismo dos governos anteriores - marcados pela construção de grandes e custosas obras - e prometendo como grande obra sua a realização de pequenas obras. Um conjunto de pequenas obras foi efetivamente realizado durante o seu governo - tanto que serviram de referência para a propaganda eleitoral do candidato a governador do PMDB nas eleições de 1986 - Orestes Quéricia. No entanto, em 1985 a maioria dessas pequenas obras ainda não eram visíveis, seja porque a recessão econômica vivida pelo país nos dois primeiros anos do governo Montoro tivera efeitos negativos sobre a capacidade de investimento do Estado - obrigando-o a adiá-las - seja simplesmente porque, em 1985, a maioria das obras ainda não tivesse sido concluída. Qualquer que seja o motivo, certo é que em 1985 o governo do Estado de São Paulo não dispunha de realizações materiais a ostentar, o que sem dúvida alguma deu lastro à acusação de que o governo "não realizou uma obra sequer".<sup>(68)</sup>

68. Além dessas razões, cabe lembrar que o governo Montoro notabilizou-se pela incapacidade de transformar realizações suas em produtos de "marketing". Sobre a mesma base de realizações do governo Montoro,



A ausência de realizações do governo, mostraria, segundo Jânio Quadros, a fraqueza, a incompetência e o descompromisso do governador com a solução dos problemas de São Paulo. O único interesse do governador seria tornar-se Presidente da República - pretensão que, à época, era efetivamente cultivada por Franco Montoro, e que, portanto, não podia ser desmentida inteiramente. Para candidatar-se à Presidência da República, Montoro estaria, então, utilizando-se da máquina do governo estadual e da prefeitura da capital, então ocupada por um prefeito por ele nomeado. Neste contexto, a eleição do candidato do governo, Fernando Henrique Cardoso, significaria o fortalecimento do governador e de suas pretensões presidenciais.

O governador seria responsável pela corrupção por nada fazer para combatê-la. Ao assumir o governo do Estado em março de 1983, Montoro prometera dar início a uma "devassa administrativa" para por a limpo todos os atos cometidos pelo governo anterior, tido como altamente corrupto. No entanto, as investigações administrativas nada conseguiram levantar, o que foi interpretado por Jânio como conivência, e ensejou a seguinte comparação entre os dois governos:

"Não há diferença alguma de estilo entre esses dois governos. Se havia lama lá, há lama aqui. Se aquele estava podre, esse está também."<sup>(69)</sup>

---

Quércia construiu, no ano seguinte, uma estratégia de "marketing" bastante eficiente, que muito lhe auxiliou a vencer as eleições.

Portanto, toda corrupção apontada e denunciada pelo PMDB quando na oposição estaria agora sendo por ele acobertada, senão patrocinada, e o fiador de tudo isso seria o governador.

O governador também seria o responsável pela preguiça e ociosidade reinantes na prefeitura. Por ser de responsabilidade do governador a indicação do prefeito da capital, tudo o que fosse feito por esse prefeito também seria de sua responsabilidade. Embora na administração do prefeito Mário Covas, casos de escândalos administrativos, sinecuras e nepotismos - se existiram - não foram de conhecimento público, a afirmação feita por Jânio Quadros de que na prefeitura existiriam funcionários ociosos teve grande repercussão.

As idéias que vão ao encontro do senso comum raramente são contestadas e facilmente são repetidas sem reflexão. Este é o caso da afirmação de que o governo Montoro é corrupto (posto que todo político, geralmente, é visto como corrupto) e também de que os funcionários da prefeitura não trabalham, pois no repertório popular, "funcionário público não faz nada". Para reforçar o senso comum, Jânio utilizava como exemplos fatos inegáveis, como o caso dos Secretários Municipais das Finanças e Cultura que moravam fora da cidade e que, por isso, não trabalhariam nem fariam seus funcionários trabalhar.

Além de ser responsabilizado pela corrupção e inoperância no governo e na prefeitura, Montoro era culpado pela falta de

segurança nas ruas da cidade. Sua política de respeito aos direitos humanos, que constara de sua plataforma eleitoral na campanha de 1982, encontrava, na ocasião, fortes resistências dentro dos aparelhos de repressão do Estado, e recebia pesadas críticas de seus opositores<sup>(70)</sup>.

A dramatização da violência urbana feita por Jânio, Maluf e alguns radialistas, combinada com a oposição encontrada à implementação da política de respeito aos direitos humanos, fortaleciam as críticas de Jânio sobre Montoro. A violência nas ruas resultaria, então, da frouxidão do governador em reprimir o crime. Além disto sua política de direitos humanos seria uma política sobretudo perversa e imoral, pois protegeria os criminosos e penalizaria os cidadãos honestos, como se verá, a seguir, na análise da questão da violência e da segurança pública no discurso de Jânio Quadros.

#### A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA E DA SEGURANÇA PÚBLICA

Durante todo o período de campanha eleitoral, Jânio Quadros foi o protagonista dos debates sobre o problema da violência e da segurança pública na cidade de São Paulo. Dele partiam as mais violentas críticas responsabilizando o governo do Estado pela criminalidade urbana, e contra ele convergiam as acusações de

70. No dia 2 de outubro, em meio à greve dos delegados, foi divulgada uma "carta dos delegados", de autoria não identificada, onde constavam pesadas críticas à política de direitos humanos do governo Montoro. No dia nove, Maluf publica uma nota nos jornais onde Montoro é acusado pelo aumento da criminalidade. Além disto, o governador e sua política de direitos humanos eram quase que diariamente criticados em programas radiofônicos, como os de Gil Gomes e Afanásio Jazadji.

estimular o uso da violência. Em qualquer das duas posições, Jânio estava sempre no centro da cena quando o assunto era violência e segurança em São Paulo.

A politização do problema da violência e segurança nas campanhas eleitorais não foi, entretanto, invenção de Jânio Quadros. Antes dele, Montoro levava a questão aos palanques em 1982, abordando-a desde uma perspectiva muito diversa da de Jânio.

Para Montoro, o problema da violência e segurança pública inseria-se dentro de uma questão maior, que era a redemocratização da sociedade brasileira. Em um país democrático, onde o poder do Estado deve ser exercido dentro dos limites estabelecidos pelas leis, nenhuma forma de violência estatal<sup>71</sup> pode ser admitida. Partindo deste preceito, Montoro criticava as arbitrariedades policiais cometidas diariamente no estado e no país, prometendo - como governador - respeitar os direitos humanos nas ruas, delegacias e presídios, e assim cumprir à risca as leis.

Empossado governador em março de 1983, Montoro logo determinou às Secretarias de Estado da Justiça e da Segurança Pública que respeitassem os direitos humanos no trato com os detentos e nas ações de combate à criminalidade. Essa determinação deveria traduzir-se em medidas concretas, como o fim

71. Por violência estatal entende-se a violação por parte do Estado de direitos constitucional e legalmente assegurados aos cidadãos.

das prisões de "suspeitos" para averiguações sem mandado judicial, o fim das torturas nas delegacias de polícia e o respeito à integridade física e moral dos detentos dentro do sistema carcerário.

As reações à política de direitos humanos do governador logo se fizeram sentir tanto dentro quanto fora do aparelho de Estado. Internamente houve desde um surdo boicote aos Secretários da Segurança Pública, que se sucediam na chefia da Secretaria sem conseguir obter os resultados pretendidos, até greves brancas por parte da polícia<sup>(72)</sup>, que se dirigiam frontalmente contra a política de respeito aos direitos humanos. Da parte da sociedade civil, o problema da violência urbana passou a ser dramatizado principalmente através de alguns meios de comunicação de massa, com destaque para os programas radiofônicos, como o de Gil Gomes e o de Afanásio Jazadji, e jornais sensacionalistas. Em suma, a política do governador encontrava-se sob cerco externo e minada internamente.

Para além de toda manipulação e dramatização dos casos de violência em São Paulo, os registros oficiais indicam o aumento dos índices gerais de criminalidade na cidade a partir do governo Montoro, como indicam as tabelas do Anexo I.

Entretanto, ao se cotejar os dados das tabelas em anexo, observa-se que o aumento no número total de crimes registrados

72. Isto é, os delegados compareciam aos locais de serviço, mas se negavam a cumpri-lo.

não indicam o crescimento de nenhum tipo de crime em particular, nem tampouco sugerem o aumento da violência urbana. O único tipo de crime cuja tendência de ocorrência é - segundo os dados - inequivocamente ascendente é o homicídio doloso, que dificilmente poderia ser tomado como indicador de uma escalada da violência urbana.

Os homicídios dolosos - na maior parte das vezes - ou resultam de brigas ou são forma de vingança por desentendimentos pessoais. A vítima, portanto, não se faz ao acaso - como nos casos de roubo, estupro e latrocínio - mas surge no meio de uma situação em que ela se encontra pessoalmente inserida.

Os crimes considerados hediondos - como estupro e latrocínio (roubo seguido de morte) - e geralmente associados à violência urbana, tampouco apontam para o aumento desta última. Apenas os roubos (onde existe coação por parte do criminoso sobre a vítima, donde a diferença com o furto, onde não há coação) - também associados ao aumento da violência e à falta de segurança - tiveram expressivo crescimento no período. Este seria, portanto, o único indicador objetivo a demonstrar o agravamento do problema da violência e da segurança em São Paulo.

Ao se relacionar os dados das tabelas do Anexo I com o destaque do tema da violência no discurso de Jânio Quadros e na campanha eleitoral como um todo, chegar-se-á à conclusão de que uma relação de causalidade não pode ser estabelecida entre

ambos<sup>73)</sup>. O aumento da incidência de crimes relacionáveis com a violência urbana por si só não explicariam o destaque do tema no conjunto da campanha. A explicação mais razoável para este fenômeno seria considerá-lo resultante de uma orquestração bem sucedida para a qual concorreram inúmeros fatores.

O primeiro deles, seria a determinação do governador de ver os direitos humanos respeitados pela polícia, determinação essa que resultou no recolhimento da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), da Polícia Militar, que no governo anterior notabilizara-se pela truculência com que combatia o crime. Esses atos - bastante propagandeados - se seduziam os grupos de defesa dos direitos humanos - como a Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Comissão Teotônio Vilella de Direitos Humanos, Centro Santo Dias, Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros - contavam, na melhor das hipóteses, com a indiferença da população.

O segundo fator seria que contra a política de direitos humanos do governador encontravam-se as corporações policiais, o que comprometia o seu sucesso. O terceiro, seria que parte da mídia também se pusera contra ela - e parte importante dela, como alguns programas radiofônicos transmitidos em ondas médias e muito ouvidos pela população de baixa renda. Nesses programas casos escabrosos de banditismo eram diariamente dramatizados

73. Além disso, nem mesmo o aumento efetivo da violência urbana poderia ser atribuído à política do governador, pois fatores concomitantes ao governo Montoro, como a crise econômica nacional que agravou os problemas sociais, e que poderiam ter tido impacto sobre os índices de criminalidade, independiam do poder público estadual.

pelos locutores, que não perdiam a oportunidade de relacioná-los com a política de direitos humanos do governador.

O quarto fator seria o aumento efetivo da criminalidade indicado pelos números oficiais. O quinto fator - o determinante - seria que Jânio Quadros, aproveitando-se da conjunção dos outros quatro fatores, lograra organizá-los numa plataforma eleitoral, onde a questão da violência apareceria relacionada ao seu inimigo número um - Montoro - e inserida na sua estratégia de varrer a cidade. Situando o problema da violência urbana desta maneira, Jânio se apropria dos discursos críticos à política de direitos humanos do governador - como o dos radialistas já citados<sup>74</sup> e dos delegados<sup>75</sup> - tornando-os discursos eleitorais. Assim estabelece-se uma relação simbiótica entre os diferentes discursos, onde o discurso de Jânio reforça o dos radialistas e delegados, e os desses reforçam o de Jânio. Daí a orquestração.

Embora o candidato não perdesse nenhuma oportunidade de acusar o governador de transigir com os marginais, e portanto ser o responsável pela escalada de violência na cidade, Jânio defendeu suas teses sobre a violência e a segurança pública em duas ocasiões precisas: no final de junho, quando o candidato aventou a possibilidade de criação de patrulhas janistas para defendê-lo das agressões das quais era vítima; e em final de

74. No início de outubro, portanto há pouco mais de uma mês antes da eleição, os delegados lançam uma carta onde violentas críticas são feitas ao governador Montoro, especialmente à sua política de direitos humanos, e onde os eleitores são conclamados a "corrigirem o erro cometido em B2" (FSP, 04-10-65), isto é, a votarem contra o candidato do governador. Esta carta, mesmo não sendo assinada, teve grande repercussão na cidade, suscitando o pronunciamento de inúmeras personalidades que não perderam a oportunidade de explorar eleitoralmente o evento.



agosto, quando a Juventude Janista entrou em conflito com um grupo de manifestantes anti-Janistas no bairro do Bixiga. O discurso do candidato em torno desses dois acontecimentos devem ser analisados com atenção.

A idéia de criação de patrulhas janistas surgiu por ocasião da afixação na cidade de 500 cartazes considerados, pelo candidato, ofensivos à sua pessoa. O texto dos cartazes era o que se segue: "Vote corajosamente. Jânio prefeito 85. Experiente e suruba"<sup>(75)</sup>. "suruba" é uma palavra que possui duplo significado<sup>(76)</sup>, razão da ira causada no candidato. Esses cartazes, contudo, haviam sido feitos e afixados na cidade por um correligionário do candidato, o que posteriormente seria publicamente reconhecido por Jânio Quadros<sup>(77)</sup>. No entanto, na ocasião, Jânio negou que o responsável fosse correligionário seu, ameaçou processá-lo e solicitou à polícia o recolhimento dos cartazes. Jânio considerou os cartazes como parte de "uma campanha soez, imoral, rasteira, escorrida das sarjetas e das cloacas" movida contra ele, que atingiria também as "famílias decentes, especialmente a mulher paulista e brasileira", que não poderiam "sequer ler ou ver aqueles cartazes infamantes"<sup>(78)</sup>. Para

75. FSP, 19-06-85.

76. No Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio, suruba aparece, em primeira acepção, como adjetivo que significa "bom, excelente, forte, supimpa", e em quarta acepção, como substantivo que significa "bacanal".

77. Quando a Justiça determinou o recolhimento dos cartazes cuja apreensão havia sido judicialmente solicitada por Jânio, este reagiu dizendo: "é assim que o governo trata as oposições. Os meus cartazes passam a ser propaganda sem licença. Melhor é rasgar o Código Eleitoral, não é? Ou preciso de licença da Prefeitura em cada cartaz meu?" e acrescentou, referindo-se ao seu autor: "(O Ballarini) é um amigo meu do bairro, correligionário apenas... O Ballarini vai continuar afixando os cartazes, sim. E vai continuar sendo atuado, sim" (FT, 10-07-85). Três meses antes, Jânio negou conhecê-lo dizendo: "mesmo se (Ballarini) fosse meu pai ou meu irmão eu iria processá-lo." (FT, 20-06-85)

78. FT, 20-06-85.

proteger seu nome e as famílias paulistas daquele tipo de agressão, Jânio anunciou que correligionários seus - "uma vintena de aposentados da CMTC e uma vintena de ferroviários também aposentados(79)" - formariam patrulhas para impedir a afixação daqueles cartazes. Sobre a possível ação dessas patrulhas, Jânio declara:

"Eu não quero ser responsabilizado pelo que aconteça, porque esses homens da minha velha guarda agirão por conta própria, já que a cidade, aparentemente, está despolicida. Quero que se registre também que isso só foi possível, até esse instante da vida nacional, com o governador Franco Montoro na presidência do executivo paulista."(80)

Nesta declaração, Jânio Quadros resgata a legitimidade do uso da força física por parte da população quando o Estado se mostra incapaz de garantir a segurança do cidadão. O argumento do candidato é claro, e seu raciocínio de inspiração hobbesiana. Ao Estado cabe garantir a defesa da integridade dos seus cidadãos (esta é - segundo Hobbes - a razão pela qual os homens criam o Leviatã e a ele se submetem inteiramente). Se esse Estado não consegue garanti-la, então os homens recuperam seu direito de lutar com as forças que dispuserem para se defender. Esta máxima encontra-se subjacente à declaração em análise e aplica-se ao caso.

Ao Estado - leia-se, à polícia do Estado de São Paulo, que era então subordinada ao Governador Franco Montoro - caberia

79. *idem.*

80. *idem.*

zelar pela ordem pública. Se esta ordem é subvertida - como seria o caso da afixação de cartazes ofensivos ao candidato e às "famílias decentes" - e o Estado nada faz para reestabelecê-la, então as partes ofendidas reinvestem-se do direito de reagir e se defender. Quanto aos resultados desta reação ninguém poderia ser responsabilizado, pois as autoridades competentes, ao omitirem-se, deixam o campo aberto para que tudo possa acontecer. Este seria o quadro da guerra de todos contra todos - imagem-síntese da condição do homem no estado de natureza hobbesiano - onde não há justiça nem injustiça, apenas força.

Este estado de guerra latente vivido em São Paulo seria uma condição anômala só alcançada sob o governo de Montoro. A razão disto seria a política de direitos humanos do governador do estado imposta às Secretarias de Segurança Pública e de Justiça, responsáveis pelas polícias estaduais e pelo sistema penitenciário do estado. Observe-se como Jânio Quadros concebe a política de respeito aos direitos humanos do governador em seu discurso:

"E a segurança? Eu mesmo já fui roubado duas vezes. O governo e parte da Igreja falam em direitos humanos para os bandidos, e não para nós. Para os bandidos tudo. Até mulheres. E os comunistas continuam soltos, querendo destruir nossa fé."<sup>(81)</sup>

"Os direitos humanos só existem para os criminosos, e não para os trabalhadores inocentes."<sup>(82)</sup>

81. Extraído do discurso feito, num domingo, em zócio na Vila Guercindo (FT, 30-09-85).

82. ESP, 03-10-85.

Neste enunciado, o governador Montoro figura como o protetor dos bandidos, ficando as pessoas "de bem" - entre elas o próprio candidato, já assaltado duas vezes, e os "trabalhadores inocentes" - entregues à própria sorte, sem encontrar qualquer amparo no governo. A política de direitos humanos representaria uma inversão de valores, onde o bem é punido e o mal recompensado. A recompensa do mal, além de injusta, seria ainda imoral ao agraciar os delinqüentes com mulheres. A anomalia do governo Montoro, portanto, residiria também nesta política injusta e imoral.

O segundo momento em que as teses de Jânio Quadros sobre a violência aparecem em destaque foi por ocasião dos conflitos ocorridos no bairro do Bixiga entre a Juventude Janista e manifestantes anti-janistas. Naquela manifestação, relembra-se a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República há exatos 24 anos. Em meio aos atos onde o ex-presidente e candidato a prefeito era ridicularizado pelos manifestantes, a Juventude Janista - grupo de jovens de classe média e alta adeptos do janismo - interveio com vistas a por fim àquela encenação, terminando o evento em pancadaria.

O ocorrido causou grande polêmica na cidade, que aumentou ainda mais quando Jânio fez as seguintes declarações:

"Não se pode ir a rua vestir o sr. Luiz Carlos Prestes de palhaço sem que os comunistas tenham o direito sagrado de reagir."

"A violência não precisa ser física. A palavra pode ser mais violenta. Se a ação for violenta, a reação é violenta, pois não há polícia."

"Na Freguesia do ó , foi o Governo que cometeu a violência. Aqui foi a oposição que sofreu a violência, violência moral."

"Se alguém ofender o sr. (perguntando ao jornalista), o sr sai de cabeça baixa e recorre ao judiciário ou revida? Se me chamam de filho daquilo, eu reajo com uma bofetada."(83)

Neste enunciado, Jânio Quadros justifica o uso da violência por parte da Juventude Janista, utilizando-se dos mesmos argumentos com os quais justificara uma hipotética ação violenta por parte das brigadas Janistas. Tanto num como noutra caso, o uso da força física aparece como forma de reação à ofensa moral. O emprego da força no discurso de Jânio Quadros possui, portanto, caráter restaurador. À ação deletéria da violência moral (os "cartazes difamantes", a teatralização da renúncia no Bixiga), contrapõe-se à ação redentora da violência física (as brigadas Janistas, a Juventude Janista).

O uso da força é considerado um direito sagrado, mesmo para os comunistas. Estes grandes inimigos (cujo papel no discurso de Jânio Quadros será analisado a seguir) que deveriam estar presos, e não "soltos, querendo destruir a nossa fé", conforme consta no enunciado transcrito na página 79 , têm - inclusive eles - o direito sagrado de reagir à ofensa moral contra seu líder. Aos comunistas, Jânio não reconhece o direito de liberdade física, mas não lhes nega o direito de defenderem-se de agressões morais.

A violência moral é, portanto, considerada a maior de todas, contra a qual inclusive o uso da força torna-se justo.

No enunciado acima, Jânio Quadros ao mesmo tempo em que atribui a reação violenta à ausência de polícia, reconhece o direito de revide mesmo quando se tem à disposição instâncias competentes para recorrer. Portanto, o uso da força não se justifica apenas quando o Estado não cumpre o seu papel. Em certas circunstâncias - quando o ataque sofrido é moral - mesmo que o Estado esteja presente, o direito à reação é inalienável.

No discurso de Jânio Quadros, a preocupação com a violência moral predomina mesmo quando a questão é a segurança pública. Atente-se para os exemplos utilizados pelo candidato nos seus comícios pelos bairros da cidade para ilustrar a ação dos marginais e o descaso do governo estadual para com a segurança da população:

(falando aos repórteres) " Que adianta dizer aos senhores que vinte mil sepulturas foram estouradas nos cemitérios ou que crianças de seis e oito anos foram violentadas? Não adianta nada. Eu os recebo porque me agrada, mas não porque possam publicar o que diz um opositorista."<sup>(84)</sup>

"Mais de vinte mil túmulos foram roubados nos cemitérios."<sup>(85)</sup>

(irei) " iluminar os parques públicos, para que marginal nenhum volte a violentar meninas de seis anos, como ocorreu em Ferraz de Vasconcelos."<sup>(86)</sup>

"Vinte mil túmulos."<sup>(87)</sup>

84. FSP, 05-09-85.

85. FT, 30-09-85.

86. FSP, 04-10-85.

87. FSP, 06-10-85.

"Vinte mil sepulturas profanadas por ladrões nos últimos dois anos."<sup>(88)</sup>

Observe-se que para ilustrar a ação dos criminosos, Jânio recorre a dois exemplos: o estupro de crianças (juridicamente classificado como crime contra os costumes) e o roubo de sepulturas nos cemitérios.

Quanto ao primeiro deles, os dados da tabela IV, do Anexo I, mostram que o número de casos vinha caindo ao longo dos últimos anos. No ano da eleição, o número de estupros aumentou um pouco com relação a 1984, mas mesmo assim seguiu inferior aos de 1983 e anos anteriores. O uso do crime de estupro no discurso de Jânio Quadros, portanto, não pode ser atribuído ao aumento da incidência deste tipo de crime. A observação dos dados sobre criminalidade em São Paulo e do conteúdo ideológico do discurso de Jânio Quadros indicam que o recurso retórico ao crime de estupro deve-se, antes, à repulsa que esse crime provoca na população - ainda mais quando as vítimas são crianças. Além disto, a este crime dificilmente poder-se-ia atribuir qualquer justificativa de causa sócio-econômica - como para furtos e roubos. Assim, para dramatizar o problema da violência e insegurança em São Paulo, Jânio lança mão do crime menos freqüente, mas universalmente condenado - inclusive entre os detentos<sup>(89)</sup>.

88. FSP, 27-10-85.

89. Segundo a ética vigente dentro do sistema penitenciário, o indivíduo que dá ingresso dentro do sistema prisional por estupro, não é aceito pelos demais detentos, sendo por eles discriminado e submetido a toda sorte de sevícias.

O segundo exemplo diz respeito a violação de túmulos nos cemitérios da cidade. Note-se que esse exemplo foi utilizado diversas vezes para platéias diferentes. Este crime, embora não atinja a integridade física das pessoas e apenas indiretamente lhes lese o patrimônio, é um crime repulsivo porque irreverente. Trata-se - na expressão de Jânio Quadros - de profanação, condenável em todas as culturas, independentemente de seus rituais e costumes fúnebres específicos.

Esses exemplos corroboram as análises feitas acima a cerca da concepção do candidato sobre o problema da segurança e da violência. Para Jânio Quadros, a pior das violências é sempre a violência moral: violência por meio de palavras, de difamação, de ridicularização, de atentado aos costumes e de profanação de sepulturas. Contra essas formas de violência, a ação policial enérgica - recurso à força física - justificar-se-ia inteiramente, pois estaria inserida dentro da mesma perspectiva moralizadora que domina o discurso de Jânio Quadros. Para o candidato do PTB, a violência física quando utilizada contra a violência moral, não seria contrária a segurança pública. Ao contrário, a violência física seria seu instrumento restaurador.

É neste quadro que se insere a proposta de criação de uma guarda municipal no discurso de Jânio Quadros, que pretendia varrer da cidade o pior governador que o estado já teve, a corrupção da prefeitura e o crime das ruas.



## CONTRA O COMUNISMO ATEU

Ao lado do governador de São Paulo, Jânio Quadros erigiu em alvo dos seus ataques os comunistas. Esse pequeno grupo, eleitoralmente pouco expressivo, recebeu um destaque no discurso do candidato petebista que merece atenção. Observe-se como os comunistas figuram no seu discurso:

"A ditadura vermelha pretende substituir a nossa bandeira, trocando o símbolo nacional pela foice e o martelo."<sup>(90)</sup>

"(querem) implantar o autoritarismo de Estado, o socialismo, que não permite a ninguém cuidar da própria vida, porque o Estado impõe um estilo de vida a cada um, uma profissão a cada um e uma obrigação a cada um, goste ou não goste o cidadão."<sup>(91)</sup>

"(representam o) perigo do fechamento das Igrejas, que seriam transformadas em lanchonetes e salões de bailes."<sup>(92)</sup>

Os comunistas foram constantemente referidos e atacados no discurso de Jânio Quadros. Este destaque que lhes é dado poderia parecer estranho, uma vez que os comunistas no momento da campanha, assim como nos anos anteriores, vinham desfrutando de pouca ou nenhuma visibilidade social. Além disto, eram apenas uma das forças - e ainda assim pequena - que apoiavam Fernando Henrique. Entretanto, este destaque pode ser entendido enquanto

---

90. FSP, 01-09-85.

91. JT, 27-09-85.

92. FSP, 28-10-85.

tática de contra-propaganda que concentra os ataques nos aliados mais frágeis do adversário<sup>(93)</sup>.

A fragilidade dos comunistas aos ataques de Jânio Quadros residia na sua incapacidade de respondê-los. Seus partidos eram demasiadamente pequenos e seus recursos escassos para contestar os ataques no mesmo nível em que lhes eram desferidos. Assim, a veracidade das violentas acusações de Jânio Quadros contra os comunistas não encontravam contestação, por mais infundadas que fossem - o que contava a favor da acusação. Tampouco Fernando Henrique, que possuía os recursos necessários para defender os comunistas das acusações de que eram vítimas, respondia os ataques com a mesma intensidade. O candidato do PMDB limitava-se a aceitar o apoio dos comunistas argumentando que eles, no tempo da ditadura militar, encontravam-se na trincheira dos democratas<sup>(94)</sup> e que, portanto, ser apoiado por eles não era nada indigno. Ao invés de contestar as acusações de Jânio Quadros contra seus aliados, Fernando Henrique preferia minimizar a importância de seu apoio e descaracterizar o anti-comunismo de Jânio Quadros, como os enunciados a seguir demonstram:

Fernando Henrique Cardoso:

"(os comunistas) são poucos no Brasil, apoiaram Tancredo Neves, estavam na clandestinidade, resolveram se legalizar e também apoiar a minha candidatura."

93. DOMENACH (1979, 76) considera essa uma das regras da contra-propaganda, identificada no estudo da propaganda nazista: "Contre une coalition d'adversaires, l'effort porte naturellement sur le moins solide, le plus hésitant, et c'est sur lui que se concentrera la propagande."

94. "Os comunistas estiveram com as diretas e com a candidatura de Tancredo Neves, enquanto os malufistas estavam contra a democracia." (FSP, 04-09-85)

"(Jânio Quadros) não tem horror aos comunistas como diz, pois quando presidente condecorou Che Guevara, líder comunista." (95)

Esta defesa tímida dos comunistas era altamente favorável a Jânio Quadros, uma vez que o conteúdo de suas acusações não era contestado pelo seu candidato, mas o apoio comunista abertamente aceito.

Aos comunistas Jânio atribuía as mesmas intenções que o discurso anti-comunista mais tradicional e primitivo apontava nos tempos do golpe militar de 1964 e do combate à subversão no final dos anos 60 e início dos 70: substituir o símbolo nacional pela foice e o martelo, submetendo a família brasileira a eles e impor um estilo de vida, uma profissão, e uma obrigação a cada um, privando o indivíduo de qualquer escolha. O peso desses apelos no processo de interpelação dos eleitores deve ser relativizado na análise, uma vez que não se observou nem antes, nem durante, nem depois da campanha qualquer sentimento anti-comunista manifesto na cidade ou no país. O papel que a utilização do argumento anti-comunistas no discurso de Jânio Quadros parece desempenhar é o de realizar a transfusão de velhos preconceitos para a rejeição da candidatura de Fernando Henrique.

Os objetivos dos comunistas figuram no discurso de Jânio Quadros entre o temível e o risível. Temível por que, se atingidos, representariam uma terrível mudança na vida dos

cidadãos, implicando no fim de toda e qualquer liberdade: risível), porque figuram como disparates sem qualquer finalidade prática, como a troca do símbolo nacional e transformação das Igrejas em lanchonetes. Essa forma de apresentação dos comunistas vem no sentido de reforçar os esteriótipos pré-existentes, que já haviam sido ironicamente celebrizados no Brasil com a frase: "comunista come criancinhas."

No contexto da campanha de Jânio Quadros, considera-se que a reafirmação desses esteriótipos visaria provocar no interlocutor imediato sentimento de rejeição aos comunistas, e parece ser justamente essa rejeição que se pretendia transferir incontinenti ao seu candidato. Portanto o destaque dos comunistas como forças de apoio a Fernando Henrique deve ser entendido como uma tática de transfusão da fácil rejeição dos primeiros em função dos seus objetivos, para a rejeição da candidatura do segundo. Neste sentido os comunistas ocupam no discurso de Jânio Quadros o lugar de um inimigo oportuno, mas menor porque não são responsabilizados pelos males que afligem a cidade. O grande responsável pela "sujeira a ser varrida" - a corrupção, a preguiça e falta de segurança - será o Governo do Estado representado principalmente pelo seu titular - o governador Montoro - e a forma de fazê-lo seria derrotando Fernando Henrique e elegendo Jânio Quadros.

## O CANDIDATO E SEUS INTERLOCUTORES

O discurso de Jânio Quadros, para se afirmar e interpelar o maior número possível de eleitores, constitui a família como interlocutor privilegiado. Aos membros da família, o candidato lançará seus apelos, e na sua defesa apresentar-se-á. Observe-se como interlocutor e candidato figuram no discurso de Jânio Quadros no primeiro programa de propaganda eleitoral gratuita que foi ao ar pela televisão no dia quatorze de setembro às 20h30, horário em que a maioria das famílias encontra-se reunida em torno do aparelho de televisão:

D. Eloá:

"Povo de São Paulo! Quero apresentar para você o meu candidato a prefeito de São Paulo. Sei do trabalho dele, do que ele é capaz. Conheço a sua vida. Agora é com você, Jânio!"

Jânio Quadros:

"Obrigado, Eloá. Esta é a primeira gravação em obediência ao Tribunal Regional Eleitoral. Eu sei que não é agradável a muitos telespectadores. Pessoalmente, também prefiro um bom filme de faroeste, um bom bang-bang. O que eu lhes asseguro é que vou ser o prefeito que já fui, e melhorado.

"Não me falta experiência administrativa. Eleito vereador pela cidade, eleito prefeito pela cidade - e em larga medida - governador e presidente pela cidade, eu conheço esta cidade bem! Ninguém me negará experiência administrativa. Não fui apenas um prefeito, fui um bom prefeito. Quando tive que escolher um outro, escolhi um homem com a estatura de um Faria Lima. Como vêem, eu não só dirigi bem, como entreguei a direção a alguém que dirigiu bem; alguém ímpoluto, limpo, honrado, com autoridade.

"Conhecendo esta cidade, eu lhes asseguro que serei o prefeito das famílias, o prefeito da juventude, o prefeito das esperanças, o prefeito dos sonhos. Irei atender as reivindicações mais sentidas de vocês.

"Ninguém me dirá que não há recursos não! há-os e em abundância. Não são bem aproveitados, ou são mal aproveitados até. Mas eu cuidarei desse aproveitamento; eu cuidarei para que cada níquel vindo dos impostos que a prefeitura cobra, seja aplicado no benefício de todos, indistintamente.

"Não tenho compromissos partidários. Não tenho compromissos com grupos econômicos. Sou um homem livre! Não pretendo perpetuar governo algum. Não pretendo formar nenhuma camorra destinada a dirigir indefinidamente este estado e, quiçá, a República. Oh!, não!

"Eu permaneço o que sempre fui. Alguém atento às aspirações, aos desejos das massas - particularmente às massas mais sofridas - as massas, as multidões da periferia, dessa pobre periferia inteiramente abandonada - que vai encontrar em mim apoio e amparo decisivos.

"Eu quero agradecer a todos me agasalharem em casa. Prometo que nunca serei cansativo. Não darei nenhum espetáculo. Não há recursos para nenhum show. Não haverá artistas de cinema, não. Não haverá cantores, não haverá bailarinas. O que haverá é uma linguagem franca, partida do coração para você - a mulher, a mãe, a filha a irmã; para você - o marido - quase sempre ambos exaustos pelo trabalho do cotidiano. É com vocês que irei conversar. Com vocês o meu único compromisso. "Muito obrigado, meus patrícios."

Ao iniciar o primeiro programa de propaganda eleitoral sendo apresentado pela esposa, Jânio coloca em primeiro plano uma relação familiar - a de marido-mulher. A relação política principal - entre candidato e eleitor - aparece num segundo momento, e decorre daquela apresentação. Isto poderia parecer, à primeira vista, mera estratégia de apresentação. No entanto, nela revela-se, desde o primeiro instante, a estratégia de interpelação utilizada pelo candidato em todo o seu discurso.

Antes de interpelar o telespectador como candidato, Jânio interpela-o como igual, ou seja, enquanto telespectador que prefere ver na televisão outras coisas que não propaganda eleitoral. O candidato explica, então, sua presença nos vídeos, não como desejo seu, mas como ato de obediência às determinações da Justiça Eleitoral. Aqui, de imediato, duas observações devem ser feitas: a primeira diz respeito ao contraste que sobre este ponto se estabelece entre a posição de Jânio e de seus adversários, e a segunda refere-se a própria veracidade da afirmação.

A existência de um espaço reservado na televisão aos partidos políticos para transmissão de propaganda eleitoral gratuita é saudado por Fernando Henrique e Eduardo Suplicy. No primeiro programa de propaganda eleitoral pela televisão, ambos, cada qual à sua maneira, referem-se a ele de forma positiva. Apenas Jânio Quadros não se mostra entusiasmado com isso. Nesse ponto, Jânio é voz destoante dos candidatos e consonante do povo, donde o contraste com os adversários(96).

O questionamento da veracidade daquela afirmação não se refere à consonância do candidato com a opinião popular, mas à razão que apresenta para estar ocupando aquele espaço na televisão: "em obediência ao Tribunal Regional Eleitoral". Ora o Tribunal não obriga os candidatos a ocupar o horário reservado aos partidos políticos na televisão. Obriga, isto sim, as

---

96. Esta questão voltará a ser tratada na análise dos discursos dos outros candidatos.

emissoras de TV a transmitir gratuitamente o programa dos candidatos. Fica claro então, que para ser simpático aos telespectadores, Jânio Quadros falseia a realidade fazendo passar por cumprimento de uma obrigação o exercício de um direito.

Observe-se no quadro abaixo como candidato e interlocutor se relacionam e quais são seus atributos:

| (verbo) | CANDIDATO<br>(sujeito) | (verbo)       | atributos<br>(adjetivos +<br>complementos)                            | INTERLOCUTOR<br>(objeto)                          | atributos<br>(adjetivos +<br>complementos) |
|---------|------------------------|---------------|---|---|--|
| foi     | prefeito               |               | bom   |   |  |
| é       | homem                  |               | livre   |   |  |
|         |                        | (não) tem     | compromissos com<br>partidos<br>compromissos com<br>grupos econômicos |   |  |
|         |                        | atento        | aos anseios   | (das) massas<br>(das) multidões                   | sofridas da periferia pobre e abandonada.  |
|         |                        | falará<br>tem | compromissos com  | (à) mulher<br>mãe<br>irmã<br>filha<br>(ao) marido | exausta do trabalho<br>exausto do trabalho |
| será    | (o) prefeito           |               |   | (das) famílias<br>(da) juventude                  |  |

Examine-se o quadros atentamente, cotejando-o com o enunciado que lhe deu origem.



Jânio Quadros apresenta-se ao eleitorado como administrador experiente e independente. Experiente por já ter passado pelo Executivo da Cidade, do Estado e da União, e independente por não ter compromissos com quaisquer grupos políticos ou econômicos. O candidato Jânio Quadros é, portanto, "um homem livre", que só tem compromissos com as massas. Note-se que, num primeiro momento, tudo o que Jânio diz dessas massas é que elas são sofridas. Nenhum outro atributo é conferido a elas em si mesmas, mas apenas ao local onde habitam: a periferia da cidade.

O espaço geográfico desempenha um papel importante na identificação do interlocutor de Jânio Quadros. Para além de qualquer outra identidade grupal - como profissão, religião ou ideologia - Jânio Quadros apela para o eleitor identificando-o com o bairro onde habita, valorizando, dessa forma, seus tradicionais redutos eleitorais. A vinculação do candidato com o eleitorado dos bairros será explorada exaustivamente nas mais diversas circunstâncias durante toda a campanha eleitoral. Os exemplos a seguir comprovam o que aqui se diz:

(em visita aos bairros da zona sul da capital, região de Santo Amaro) "Sou filho político de bairros operários."<sup>(97)</sup>

(ao rejeitar a proposta de Fernando Henrique de saírem juntos pelas ruas da cidade) "Se ele está querendo popularidade, que vá aos bairros. É lá que se consegue popularidade, e não oferecendo almoço."<sup>(98)</sup>

97. FT, 15-10-85.

98. FT, 13-09-85.

(criticando Fernando Henrique) "Nunca construiu nada, nunca visitou bairro algum de São Paulo, a não ser agora."<sup>(99)</sup>

(sobre as pesquisas de intenção de voto que apontavam Fernando Henrique na frente de Jânio Quadros)

"Não me falem dessas pesquisas. Eu tenho mais de cinquenta por cento do eleitorado e ganho em qualquer bairro de São Paulo."<sup>(100)</sup>

"Nesses bairros mais afastados, eu tenho uma votação esmagadora, de maneira que meu índice sobe muito em relação aos demais."<sup>(101)</sup>

"Mas é evidente que é manipulada. É só ir a qualquer vila de São Paulo e indagar para saber quem é o preferido."<sup>(102)</sup>

"Até 22 de março de 1953, as pesquisas davam superioridade absoluta a um outro Cardoso (Francisco Cardoso) e eu fui o vencedor. Por isso, convido a imprensa, que se diz livre, fazer as verificações nos bairros."<sup>(103)</sup>

"(A pesquisa)deveria ter, pelo menos, uma dezena de milhares (de entrevistas) distribuídas proporcionalmente pelos vários bairros, porque o peso da Lapa não é semelhante ao peso de Vila Buarque, por exemplo. A Lapa é um colégio eleitoral imenso, o Ipiranga, a Penha, a Vila Maria são colégios eleitorais imensos....de dez pessoas, em qualquer desses bairros, o senhor pode encontrar cinco ou seis que não votam em mim. No entanto, se o senhor caminhar pelo bairro, verá como a proporção se altera exatamente ao contrário."<sup>(104)</sup>

No discurso de Jânio Quadros, os bairros aparecem inteiramente esquecidos por todos. Seu maior adversário não conhece os bairros da cidade<sup>(105)</sup> e os institutos de pesquisa desconsideraram-os ou os subestimam nas suas amostragens. Para

99. FSP, 06-10-85.

100. JT, 30-09-85.

101. ESP, 24-09-85.

102. ESP, 24-09-85.

103. FSP, 14-10-85.

104. ESP, 03-09-85.

105. Esta acusação foi feita diversas vezes durante a campanha.

todos, os bairros nada valem - exceto para Jânio que os conhece bem. Ao colocar as coisas nesses termos, Jânio reserva para si a interlocução com os bairros negando-a aos seus adversários. Desta forma Jânio desqualifica todas as informações e acusações que partam dos seus adversários ou dos órgãos de imprensa, pois nenhum desses conhece a realidade que só Jânio e o povo conhecem - a da vida nos bairros.

Os bairros, tão valorizados por Jânio, são contudo lugares problemáticos, principalmente os bairros da periferia. Estes são classificados como pobres e abandonados - qualidades negativas que contrastam com a valorização a eles dada por Jânio Quadros. Esse valorização, no entanto, não diz respeito ao bairro em si, mas ao seu povo, que no discurso de Jânio aparece sempre referido positivamente.

No quadro, vê-se que Jânio situa seu interlocutor em dois níveis: enquanto massa de determinada periferia e enquanto membro de uma família. No primeiro nível, existe uma relação de interlocução mediatizada pela representação. Jânio foi e continua sendo atento aos desejos das massas da periferia, o que faz dele seu representante virtual. No segundo, existe uma relação de interlocução direta. Jânio falará apenas àqueles com quem tem compromissos, isto é, à mulher, mãe, irmã, filha, ao marido, todos indivíduos concretos com papéis definidos no seio da família. A esses papéis, que além de serem universalmente aceitos e reconhecidos são desempenhados pela quase totalidade do

eleitorado, Jânio agrega outra qualidade não menos universal e digna: a do trabalho. O marido e a mulher a quem Jânio se dirige são trabalhadores, pois estão "quase sempre ambos exaustos pelo trabalho cotidiano".

Ao colocar seu interlocutor nesses termos, Jânio apela aos pobres sem chamá-los de pobres, mas também sem negar sua pobreza. A pobreza encontra-se nos bairros da periferia onde vivem as multidões que encontrarão em Jânio "apoio e amparo decisivos". Os homens e mulheres desses bairros, no entanto, são indivíduos dignos que têm do que se orgulhar, pois são pais, mães, irmãs, filhas e trabalhadores.

A mulher de Jânio Quadros, D. Eloá, freqüentemente acompanhava-o na sua campanha, segurando-lhe o microfone nos seus discursos. D. Eloá era uma mulher doente, acometida de câncer há vários anos. Sua presença nos comícios, portanto, sempre suscitava, no público, comentários os mais controvertidos. Num dos diversos pequenos comícios realizados nas ruas dos bairros da capital em que D. Eloá encontrava-se presente, Jânio assim justificou sua presença:

"Para mostrar respeito à família de vocês. Cada um de vocês tem mãe, esposa, irmã, noiva ou namorada. Aqui está a mulher de minha vida."<sup>(106)</sup>

A interpelação do eleitor no discurso de Jânio Quadros parte sempre de um plano de igualdade entre eleitor e candidato,

como o enunciado acima indica. No primeiro programa de propaganda eleitoral pela televisão, Jânio começa identificando-se com o eleitor enquanto telespectador, depois enquanto membro de uma família e, por último, enquanto membro de uma pátria - chamando-os de "patrícios". Ao eleitor, portanto, Jânio só atribui valores positivos que ele próprio possui, e sobre essa igualdade Jânio constrói a interlocução com o público.

## FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro a 18 de Junho de 1931. Filho de militar, muda-se para São Paulo em 1938, onde faz seus estudos e iniciou sua carreira profissional.

Em 1952, Fernando Henrique forma-se sociólogo pela Universidade de São Paulo (USP). Sua ascensão na carreira universitária foi bastante rápida, tornando-se professor livre-docente daquela universidade em 1963. Após o golpe militar de 1964, Fernando Henrique decide deixar o Brasil e seguir sua carreira acadêmica no exterior. Inicialmente vai para o Chile, onde ocupa o cargo de diretor da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), e depois para a França, onde se torna professor titular da Universidade de Nanterre. Em 1968, Fernando Henrique retorna ao Brasil e presta o concurso para a cátedra de Ciência Política da USP, vencendo-o por unanimidade. Até esta data, Fernando Henrique havia publicado "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional" (1962), "Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil" (1964) e "Dependência e Desenvolvimento Na América Latina" (1967), este último em co-autoria com Enzo Faletto.

Como intelectual, Fernando Henrique inseriu-se na tradição marxista, investigando em sua obra o papel político dos diversos agentes sociais (entre os quais as classes sociais) nas diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Esta filiação intelectual, reconhecida pelos círculos acadêmicos dentro e fora do país, era considerada subversiva pelo serviços de informações dos governos militares, o que lhe valeu o afastamento da USP no ano seguinte.

Com a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, que conferia poderes discricionários ao Presidente da República, tais como cassar direitos políticos e civis dos cidadãos em nome da segurança nacional, Fernando Henrique é compulsoriamente afastado de suas atividades na USP. Junto com outros professores universitários também cassados pelo AI-5, Fernando Henrique funda em São Paulo o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), dando continuidade às suas atividades de pesquisa. Entre as obras publicadas por Fernando Henrique a partir desse período figuram "Autoritarismo e Democratização" (1975), "Cultura e Participação na cidade de São Paulo" (1975) e "O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio" (1977).

Em 1974 Fernando Henrique começa a participar da política partidária, escrevendo o programa de campanha do MDB. Sua aparição no cenário eleitoral dá-se quatro anos mais tarde, quando candidata-se a senador numa sublegenda do MDB. Sua pretensão, naquele momento, não era, de fato, eleger-se senador, pois sabia que Franco Montoro - que concorria a senador na outra sublegenda do MDB - era um candidato incomparavelmente mais forte que ele dentro do partido e junto do eleitorado. O que Fernando Henrique pretendia com sua candidatura era apresentar-se como uma

liderança política alternativa, que representaria os grupos do partido com ele identificados. Observe-se como o candidato definia, então, sua campanha e candidatura:

"Uma campanha como nossa é uma oportunidade para se praticar uma espécie de catarse, uma espécie de balança geral no coreto, para ver se a gente recolhe, dos diversos grupos sociais, qual seria a plataforma política para o momento. Isto me parece o melhor caminho, melhor do que imaginar uma postura elitista, uma saída intelectual e baixar a solução pronta e acabada." (107)

"Saindo como senador, primeiro eu obrigo o Partido como um todo a tomar suas posições - eu ou Montoro. Também saindo como senador, aqueles que estiverem mais próximos a mim na sublegenda, têm mais chance. E além disso, São Paulo precisa de liderança, é um Estado que tem poucas lideranças." (108)

Considerando as pretensões de Fernando Henrique nessa campanha, pode-se dizer que seus objetivos foram alcançados em larga medida. Com a obtenção de 1.272.416 sufrágios, Fernando Henrique adquire a suplência do senador Montoro.

Com a eleição de Montoro para governador de São Paulo em novembro de 1982, Fernando Henrique assume o mandato de senador. Como presidente regional do PMDB e senador do partido por São Paulo, Fernando Henrique entra em evidência no cenário político nacional. Tendo apoiado firmemente a candidatura vitoriosa de Tancredo Neves para a Presidência da República no Colégio Eleitoral, Fernando Henrique é escolhido pelo presidente eleito para ser líder do Governo no Congresso Nacional. Desempenhando

107. CARDOSO (1978, 59).

108. *idem*, p.60



com sucesso a tarefa que lhe fora atribuída por Tancredo Neves e confirmada por José Sarney, Fernando Henrique passou a ser cogitado como um possível presidenciável, e como forte candidato às eleições para o Governo de São Paulo em 1986.

Com a aprovação pelo Congresso Nacional da emenda constitucional que estabelecia eleições para prefeito das capitais estaduais e municípios até então considerados área de segurança nacional em 1985, e que proibia a candidatura dos prefeitos nomeados, as perspectivas eleitorais de Fernando Henrique sofrem substancial alteração. Na impossibilidade do Prefeito Mário Covas - considerado o "candidato natural" do PMDB à Prefeitura de São Paulo - concorrer às eleições de 1985, o nome de Fernando Henrique surge como alternativa. O candidato, a princípio, resiste aceitar a candidatura a prefeito, pois seus projetos políticos apontavam para as esferas estadual e federal de governo, e não local. Em meio à sua hesitação, outros nomes surgem como "prefeituráveis": os de Almino Afonso, Freitas Nobre, Almir Pazzianoto, José Serra, Caio Pompeu de Toledo e Samir Achoa.

No início do mês de julho, em meio as convenções municipais e distritais do PMDB, nas quais o grupo liderado pelo Vice-Governador, Orestes Quércia, sai vitorioso em detrimento do grupo ligado ao governador Montoro, este último - em ato então considerado intempestivo por seus correligionários - lança Fernando Henrique como o seu candidato a prefeito da capital.

Esta atitude do governador força Fernando Henrique a aceitar a candidatura a prefeito, pondo fim à indecisão do candidato e do partido. No entanto, cria também algumas dificuldades para o candidato dentro e fora do partido. Dentro do PMDB, a candidatura de Fernando Henrique passa a ser considerada por alguns setores como uma imposição da vontade pessoal do governador, e não como resultado de uma escolha partidária. Isto, entre outros fatores, custou ao candidato o apoio nominal, mas ausência efetiva de engajamento de amplos setores do partido na sua campanha; alguns, inclusive, boicotaram sistematicamente sua campanha, chegando a declarar abertamente seu apoio à candidatura do adversário Jânio Quadros.

No dia 20 de julho, na convenção municipal do PMDB para a escolha do candidato do partido para prefeito de São Paulo, Fernando Henrique derrota seu oponente Samir Achoa, com 1.679 votos contra 484, conquistando 76,9% dos sufrágios dos convencionais. Começa oficialmente a campanha do candidato.

#### CONSOLIDAR A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

No discurso de lançamento de sua candidatura, Fernando Henrique formula seu problema eleitoral da seguinte forma:

"Aceito a indicação feita por essa convenção como um chamamento à luta e à consolidação da transição para a democracia. Unem-se as forças mais díspares ao redor do passado.

Buscam, no desespero que a vitória de Tancredo e do PMDB provocou nos que estavam encarapitados no poder e no controle da economia, encontrar o cimento para alicerçar as muralhas que impeçam a mudança de nossa sociedade, a moralização da política e da administração. A resposta do PMDB será imediata: venceremos, mais uma vez, as forças do passado." (109)

Neste enunciado, o objetivo eleitoral do candidato aparece sinteticamente formulado no sintagma "consolidação da transição para a democracia". A transição mencionada corresponde, claramente, ao processo político que se inicia em março do mesmo ano com a ascensão à Presidência da República de José Sarney e com a constituição de um ministério composto majoritariamente por membros do PMDB. No enunciado, esse marco aparece referido pela "vitória de Tancredo e do PMDB". À "vitória de Tancredo" corresponderia Sarney na Presidência, e à vitória "do PMDB" seus ministérios.

Esta vitória, no entanto, ainda precisaria ser consolidada, pois as mesmas forças derrotadas por Tancredo e pelo PMDB agora estariam unindo-se em torno do "passado", ameaçando a transição para a democracia. Tendo em vista este risco, o candidato aceita a indicação da convenção do seu partido como um "chamamento à luta".

O passado, referido duas vezes neste enunciado, denota num primeiro momento o principal adversário do candidato - Jânio Quadros - e num segundo momento, as forças que deram sustentação

aos governos militares. Em qualquer dos dois casos, entretanto, o passado aparece sempre referido ao outro - ao adversário, no primeiro caso, e ao inimigo no segundo. Note-se também que o inimigo aparece neste enunciado referido por expressões vagas, como "aqueles que estavam encarapitados no poder e no controle da economia" e "forças do passado", o que torna sua identificação para o eleitorado obscura. Entretanto essa imprecisão na identificação do inimigo não deve ser interpretada como uma falha do discurso, pois o passado recente possuía um significado bem mais claro na memória coletiva do que qualquer outra indicação.

O passado indica o ciclo de governos militares então recém encerrado. Esse encerramento contou com a participação massiva da população, que no ano anterior fora às ruas reivindicar eleições diretas para Presidente da República. Esse movimento, que ficou conhecido como Campanha das Diretas-Já, expressou com clareza a rejeição do status quo e o desejo de mudança por parte da população. Portanto, associar o inimigo ao passado que fora veementemente rejeitado era um recurso fácil que foi insistentemente utilizado no discurso de Fernando Henrique.

No enunciado, o inimigo quando não é simplesmente referido como passado, aparece desfigurado. O inimigo são "forças díspares", isto é, sem identidade própria. Além disto, são forças que não agem de acordo com a razão, mas "no desespero que a vitória de Tancredo e do PMDB" lhes causou. Neste desespero o inimigo busca, ao unir-se a Jânio Quadros, "encontrar o cimento

para alicerçar as muralhas que impeçam a mudança da nossa sociedade, a moralização da política e da administração", ou seja, impedir a realização do projeto do governo de transição e a satisfação do desejo de mudança da população. O inimigo, note-se, é construído apenas pela negação: lhe falta organicidade, discernimento e projeto. O inimigo da transição é o passado que nada mais tem a oferecer.

A transição que o candidato vem defender, por sua vez, possui um projeto definido. Além de buscar a mudança da sociedade, a moralização da política e da administração (propostas que o locutor formula ao afirmar que o inimigo pretende combatê-las), propõe-se, sobretudo, a levar o país à democracia, que ainda não existe. A democracia é o termo forte do sintagma-síntese do principal tema de campanha de Fernando Henrique - consolidação da transição para a democracia - onde a palavra "transição" indica um processo que vai na direção da democracia, mas que ainda é anterior a ela e encontra-se ameaçada, necessitando, para sua consolidação, da vitória do PMDB em São Paulo. Apesar de sua centralidade, a democracia não aparece significada no enunciado em análise. Esta aparente omissão se explica pelo fato de "democracia" (assim como "passado") figurar no discurso como um termo auto-elucidativo, que dispensa conotação por possuir grande capacidade denotativa.

A democracia fora a bandeira de luta da oposição partidária no Brasil desde os primórdios do regime militar. Aliás, a palavra

democracia fora inserida na sua forma adjetiva no nome da agremiação partidária que o próprio governo militar criara para se lhe constituir em oposição no sistema bipartidário instituído em 1966 (Movimento Democrático Brasileiro - MDB). Durante os anos de vigência do regime militar, toda contestação ao governo canalizada inicialmente pelo MDB, e depois pelo PMDB, era transformada em reivindicação por democracia política, que se traduzia nas palavras de ordem: revogação dos Atos Institucionais e da legislação de conteúdo autoritário; anistia; convocação de uma assembleia nacional constituinte e eleições diretas para todos os níveis de governo.

Em 1985, da pauta de reivindicações que a palavra democracia comportava já havia sido conseguido a revogação das leis de exceção, a anistia, as eleições para governador em 1982 e a convocação das eleições para prefeito das capitais, nas quais Fernando Henrique era candidato. Faltavam, portanto, para se reconquistar a democracia política plena, a convocação de uma assembleia nacional constituinte e a realização de eleições para Presidente da República. Esta última ocupava lugar de destaque no imaginário político nacional.

As eleições presidenciais eram unanimemente consideradas como o ponto culminante de institucionalização da democracia. Além disto, foram no ano anterior objeto da maior mobilização popular da história do país, que apesar disso, não conseguiu quebrar a resistência do governo militar em concedê-las. As

dimensões da manifestação popular, contada aos milhões de participantes, e a determinação e intransigência do governo, que se utilizou de todos os instrumentos disponíveis para coagir os congressistas a não aprovarem a emenda constitucional que institua eleições diretas para Presidente da República ainda em 1984, são indicadores do quanto essas eleições significavam.

Portanto, ao se considerar essa estreita relação entre eleições presidenciais e democracia na história recente e no imaginário político nacionais, compreende-se que Fernando Henrique contraponha, em seu discurso, o termo "democracia" a "passado" sem maiores explicações ou adjectivações, uma vez que democracia se remetia diretamente a eleições presidenciais diretas e passado ao governo que tudo fez para impedi-las no ano anterior.

Ainda na análise deste enunciado, chama a atenção o fato do locutor erigir como tema de uma campanha eleitoral local, uma questão de política nacional. É certo que ao longo de sua campanha Fernando Henrique abordou uma série de temas referentes à administração municipal, apresentando propostas para todos os seus setores. O candidato, na verdade, possuía um programa de governo bastante extenso e detalhado, que fora elaborado por técnicos e políticos do partido e impresso em 96 páginas na forma de um livro. Em suas entrevistas, Fernando Henrique costumava referir-se a ele. No entanto, o que fazer na Prefeitura não era problema para o candidato, que prometia dar continuidade à

administração de Mario Covas<sup>(110)</sup>, então prefeito da capital. Poder-se-ia até dizer que, para o candidato, a administração da Prefeitura era questão secundária, como a declaração seguinte sugere:

"O perigo não é a vitória eleitoral, mas um clima antidemocrático que pode existir."<sup>(111)</sup>

A vitória eleitoral cogitada pelo candidato é a do adversário Jânio Quadros. Deve ser notado que no discurso de Fernando Henrique as preocupações com as questões nacionais são tão mais preponderantes sobre as locais que o risco da vitória do seu maior adversário em São Paulo, que era uma possibilidade real, é considerado menor se comparado ao risco de um difuso, impreciso e incerto "clima anti-democrático", que não necessariamente existiria se o adversário fosse eleito.

Jânio Quadros, portanto, não representaria um perigo para São Paulo, mas para o Brasil. Para ilustrar essa idéia, Fernando

111. Em resposta à pergunta "o Senhor considera boa a administração do prefeito Mário Covas?", formulada na seção "Tendências e Debates" do jornal Folha de S. Paulo, Fernando Henrique manifesta a intenção de dar continuidade à administração do prefeito com as seguintes palavras: "Eu não hesito em dizer que aprovo. E considero um desafio estimulante continuá-la e levá-la adiante na direção das propostas fundamentais do nosso partido e do objetivo de tornar São Paulo uma cidade mais humana, mais solidária, mais aprazível e menos atormentada pela herança da miséria, desigualdade e violência que acompanhou seu crescimento até agora" (FSP, 21-07-85). Dois meses mais tarde, em outro artigo no mesmo jornal sobre sua política de transportes para o município, o candidato reafirma a intenção de dar seguimento à administração do prefeito de então com as seguintes palavras: "Não vou inventar a roda. Nas suas linhas gerais, o problema dos transportes coletivos em São Paulo está equacionado para os próximos anos e os programas estão em andamento. São investimentos caros, alguns mais demorados do que outros, mas que estão sendo tocados com absoluta prioridade pelo PMDB na Prefeitura e no Governo do Estado e já começaram a dar resultados. Meu compromisso como prefeito será prosseguir esses programas com eficiência e ir à luta por recursos adicionais para acelerá-los." (FSP, 26-09-85).

112. JT, 01-10-85.



Henrique afirma estar seu adversário "cercado de gente envolvida no escândalo da Cobal"<sup>(112)</sup>, comentando o fato da seguinte forma:

"Isso me preocupa porque o Brasil não pode ser administrado por gente sem honestidade. E todo mundo sabe que a COBAL foi um prato cheio na administração anterior."<sup>(113)</sup>

O escândalo mencionado pelo candidato dizia respeito a irregularidades financeiro-administrativas ocorridas na diretoria da COBAL quando ocupada por membros do PTB, partido de Jânio Quadros, durante o governo Figueiredo. Em função desse passado pouco recomendável, Fernando Henrique manifesta sua preocupação com a eleição de Jânio Quadros, pois esta implicaria na volta ao poder daqueles grupos envolvidos em corrupção. Note-se, no enunciado em análise, não o argumento em si - "O Brasil não pode ser administrado por gente sem honestidade" - bastante lógico e irrefutável - mas a esfera em que o locutor o situa: "O Brasil", e não a cidade de São Paulo, onde a disputa efetivamente se realizava. No discurso de Fernando Henrique Cardoso, o território da luta política será sempre nacional<sup>(114)</sup>. Por isso as especificidades da cidade - tão exploradas pelo adversário Jânio Quadros - serão, no seu discurso, praticamente negligenciadas. Observe-se como o candidato conota a cidade de São Paulo no discurso de lançamento de sua candidatura:

112. ESP, 21-08-85.

113. ESP, 21-08-85.

114. Ver, no Anexo II, o último discurso da campanha de Fernando Henrique Cardoso, onde o candidato, reiteradas vezes, coloca sua candidatura com objetivos nacionais.

"Administrar São Paulo não é apenas um desafio local. É uma necessidade nacional... Aqui se joga o destino do Brasil moderno, do Brasil do futuro."<sup>115</sup>

Através deste enunciado, torna-se compreensível como o candidato vincula sua candidatura à prefeitura de São Paulo à luta pela consolidação da transição para a democracia. De São Paulo depende o futuro do país, que o candidato espera ser a democracia. Se em São Paulo vencer o candidato do PMDB, vence a democracia, se vencer o candidato do "passado", compromete-se o processo de transição.

Durante toda a campanha, Fernando Henrique colocou a sua candidatura de forma plebiscitária: ou Fernando Henrique com avanço rumo a democracia; ou Jânio Quadros com retrocesso. No discurso do candidato do PMDB, na eleição para a prefeitura não estava apenas em jogo a escolha do novo prefeito da cidade, mas o destino político do país. Colocada a disputa nesses termos, Fernando Henrique pretendia trilhar o mesmo caminho das campanhas anteriores do PMDB: um único objetivo - a democracia - um único inimigo - a ditadura. No entanto, o quadro político dessa eleição era substancialmente diferente do das anteriores. A ditadura não mais existia, e o PMDB, ao invés de estar na oposição, encontravam-se no governo. Esta nova condição pôs o candidato do PMDB numa posição ambígua que se revelou no seu discurso.

A ambigüidade presente no discurso de Fernando Henrique consistia em manter as mesmas estratégias do PMDB quando na oposição estando no governo. Apesar de fazer um discurso agressivo, Fernando Henrique não conseguia sair da posição de defesa. Os ataques de Fernando Henrique dirigiam-se à uma sombra: a da ditadura passada. Os golpes que seus adversários lhe desfechavam atingiam alvos concretos: o Governo do Estado e a Prefeitura da Cidade de São Paulo. Na luta pela democracia contra o fantasma da ditadura e na defesa solitária do governo circunscreveu-se o discurso de Fernando Henrique.

#### NA LUTA PELA DEMOCRACIA E NA DEFESA DO GOVERNO

Seguir na luta pela democracia e pôr-se de na defesa do governo era uma posição ao mesmo tempo coerente e problemática para Fernando Henrique. A coerência residia no fato da democracia ter sempre sido o cavalo de batalha do seu partido e ainda não estar plenamente conquistada. Para a completa institucionalização de um regime democrático no Brasil, faltavam a elaboração de uma nova constituição e a eleição direta de Presidente da República. A dificuldade residia em ter que pôr-se na defesa de um governo que se encontrava no seu mais baixo índice de popularidade, como já foi indicado anteriormente.

Para Fernando Henrique Cardoso, estar no governo era uma situação incômoda, pois contrastava com a identidade oposicionista do PMDB criada ao longo dos anos. Observe-se como o

candidato do PMDB situa o seu partido na equação governo-oposição:

"A situação está enraizada socialmente e os que estão na oposição partidária são os que controlam a situação social."<sup>(116)</sup>

"Os que estão na oposição partidária querem dizer que eles são de oposição. Não aceitamos isso. Nós é que vamos continuar com o espírito de oposição. Vamos mostrar que no governo, o PMDB não se acomoda e continua brigando."<sup>(117)</sup>

Para explicar que o PMDB no governo seguia sendo de oposição, Fernando Henrique lança mão de dois argumentos: um de ordem objetiva e outro de ordem subjetiva.

O primeiro diz respeito à estrutura social. Embora hoje o PMDB encontre-se no governo, na sociedade mandam ainda aqueles que ontem se encontravam no poder. Logo, a constatação que se impõe é a de que a mudança de governo não levou à mudança social. Embora esse argumento fosse logicamente correto, politicamente era insuficiente. Como já foi dito anteriormente, o PMDB, quando na oposição, responsabilizava o governo por tudo o que se passava na sociedade. No discurso peemedebista, o governo era todo poderoso, tendo os instrumentos para mudar a sociedade, se quisesse. O governo militar e do PDS, no entanto, não queria mudar nada, pois estava do lado dos ricos.

116. JT, 25-06-85.

117. ESP, 25-06-85.

Nas primeiras eleições diretas para governador, em 1982, o PMDB apresentou-se com uma proposta de mudança geral. O PMDB propunha-se a promover mudanças tanto na esfera política como na esfera social. Politicamente, o PMDB prometia um governo honesto, limpo, onde não houvesse desvios de verba nem malversação do dinheiro público. Prometia ainda investigar todos os atos da administração de Paulo Maluf à procura de irregularidades. Ainda na esfera política, o PMDB de São Paulo prometia uma administração democrática, com participação popular e com respeito aos direitos do homem e do cidadão. Na política, portanto, o PMDB prometia realizar uma verdadeira revolução.

Na área social, o PMDB prometia maior atenção aos mais pobres, sempre esquecidos pelas autoridades. Os governos militares e seus prepostos regionais só teriam se preocupado com investimentos para beneficiar as empresas, deixando sempre de lado os investimentos sociais que se faziam necessários. À falta de recursos alegada pelo governo, o PMDB contrapunha a falta de interesse. Segundo o raciocínio do PMDB na oposição, com os mesmos recursos disponíveis, seria possível promover melhoras substantivas na vida do povo de São Paulo. Bastaria priorizar o setor social, e seria exatamente isso que o PMDB faria quando chegasse ao governo.

Com esse discurso Franco Montoro foi eleito governador de São Paulo com larga vantagem sobre o segundo colocado. No PMDB e

no governador Montoro foram depositadas as expectativas por mudanças substanciais.

Essas expectativas alimentadas pelo PMDB no eleitorado de São Paulo foram rapidamente frustradas. A recessão econômica, que diminuiu a capacidade de investimento do estado, o aumento do desemprego e a queda do nível de vida dela decorrentes, associados às dificuldades administrativas encontradas pelo governador para modificar a máquina do estado, inviabilizaram inclusive aquelas mudanças prometidas em campanha que, de início, seriam viáveis. A baixa popularidade do governador Montoro durante o ano de 1985, muito provavelmente, deve-se a essa frustração causada no eleitorado.

Para justificar a ausência das mudanças prometidas por seu partido três há anos, Fernando Henrique introduzirá no seu discurso um elemento até então estranho ao discurso do seu partido: as determinações objetivas, os constrangimentos externos à vontade do governante. Contrariando todo o voluntarismo anterior presente no seu partido, Fernando Henrique vai mostrar-se ao eleitorado como um homem pragmático. O candidato do PMDB utilizará ainda neste eleição argumentos idênticos aos utilizados pelo candidato do PDS em 1982.

Naquela campanha, Reynaldo de Barros argumentava que, como Governador do Estado, poderia transferir mais recursos da União para São Paulo do que qualquer outro candidato, pois pertencendo

ao mesmo partido do governo federal, teria tratamento preferencial em Brasília. Ao pragmatismo de Reynaldo de Barros, Montoro respondia com seu voluntarismo: essas verbas seriam dispensáveis, pois São Paulo teria os recursos suficientes para fazer os investimentos necessários na área social.

Em 1985, Fernando Henrique argumentará tal como o candidato pedessista em 1982:

"Porei os conhecimentos de que disponho, as relações políticas e administrativas com os governos estaduais e federais que mantenho, a serviço da população desta cidade."<sup>(118)</sup>

"Como prefeito, terei condições de transferir muitos recursos da capital, de Brasília, para São Paulo."<sup>(119)</sup>

Fernando Henrique compensa o desgaste de pertencer a um partido que no governo estadual frustrou a população, com as facilidades que teria por ser bem relacionado politicamente. Ser governo para Fernando Henrique passa a ter um sentido prático.

Ser oposição estando no governo, ao contrário, tem um sentido ideológico, e esse é o argumento de ordem subjetiva utilizado por Fernando Henrique. Ser oposição não é uma condição objetiva de se estar no poder ou fora dele; é, antes de tudo, um estado de espírito que implica em disposição para a luta. E a luta do PMDB no governo segue sendo a luta pela democracia.

118. FSP, 21-07-85.

119. Propaganda eleitoral gratuita pela televisão, 14-09-85, 13h.

"A democracia, não é apenas para eleger deputado e senador. A democracia é o móvel através do qual, aqueles que necessitam - os pobres, os humildes, os explorados - encontram espaço, para que tenham vez e voz. "Isto é que é democracia: é permitir a participação real. Quem precisa, encontra o caminho para chegar lá."<sup>(120)</sup>

A democracia pela qual o PMDB e seu candidato lutam tem um conteúdo marcadamente social. Isto representou um considerável alargamento do conceito de democracia, que antes era conotada exclusivamente em termos político-representativos. A democracia não se restringe a uma forma de escolha dos governantes; ela implica ainda na interlocução dos mais pobres com o governo. A democracia no discurso de Fernando Henrique, portanto, abarca as mudanças sociais desejadas pela população e prometidas pelo PMDB.

Como a democracia ainda não estava inteiramente instituída, era necessário que o PMDB seguisse na luta. Esse era o principal propósito do seu candidato a prefeito.

A maior ambigüidade da posição de Fernando Henrique, expressa por seu discurso, era, pois, ser governo e oposição ao mesmo tempo. Fernando Henrique não prometia realizações além daquelas então feitas pelo prefeito Mário Covas. Fernando Henrique prometia, no governo, seguir lutando, tal como quando estava na oposição.

120. Propaganda eleitoral gratuita pela televisão, 05-11-85, 13h.



## O CANDIDATO E SEUS INTERLOCUTORES

No discurso de Fernando Henrique, observa-se duas estratégias distintas de interpelação dos eleitores utilizadas em diferentes momentos da campanha. Na estratégia utilizada no início da campanha, o arco de interlocutores é bastante vasto e variado. Coerente com a tradição emedebista, Fernando Henrique não se apresenta ao eleitorado como representante de uma determinada parte do corpo social, mas como o candidato de uma ampla frente democrática integrada pelos mais diversos setores da sociedade. Observe-se no enunciado a seguir como essa frente aparece composta:

"Mudaremos o Brasil com a ajuda dos homens decentes, das mulheres que constroem este país, dos jovens que não querem retroagir, dos assalariados que anseiam por melhorias, da classe média, quase sempre esquecida e dos homens de iniciativa que não se apegam ao egoísmo do lucro a qualquer preço."<sup>(121)</sup>

O pluralismo da candidatura de Fernando Henrique traduz-se numa pluralidade de interlocutores. Sua frente é composta, inicialmente, pelos homens decentes. Essa categoria de homens é extremamente ampla e genérica, além de moral<sup>(122)</sup>. A decência é uma qualidade mínima exigida de todo indivíduo em qualquer situação social. Não é, portanto, um traço distintivo, um fator de identificação de ninguém. É apenas uma fronteira de separação entre o normal e o patológico, entre o aceitável e a aberração. A

121. FSP, 21-07-85.

122. Neste ponto específico, o discurso de Fernando Henrique aproxima-se ao de Jânio Quadros.

mesma afirmação em outros termos, a frente democrática de Fernando Henrique comportaria todos os homens indistintamente, exceto os indecentes.

As mulheres que controem o país também integram a frente que Fernando Henrique visa representar. As mulheres no discurso do candidato do PMDB possuem um papel completamente diferente do que têm no discurso de Jânio Quadros. Este concebe a mulher enquanto esposa, mãe, irmã, isto é, a partir das funções que desempenha no mundo privado, no universo doméstico. Fernando Henrique, ao contrário, confere a mulher um papel público de partícipe da construção do país. É a mulher que não restringe suas atividades ao mundo doméstico que Fernando Henrique fala, e a ela visa representar.

Ao lado dos homens decentes e das mulheres socialmente ativas, o candidato também coloca a juventude que rejeita o passado. À juventude, Fernando Henrique atribui uma postura política progressista, que implica na negação do regime anterior e na afirmação da transição para a democracia.

Além dos referenciais de sexo e idade na localização do interlocutor de Fernando Henrique, a inserção no mercado de trabalho também aparece como um traço de identificação do eleitor. Os assalariados, a classe média e homens de iniciativa também participam da frente do candidato. A cada uma dessas três

classes<sup>(123)</sup>, Fernando Henrique adjudica traços distintivos. Aos assalariados o candidato atribui expectativas de melhorias salariais, à classe média Fernando Henrique lembra o descaso com que foi tratada durante os governos militares e aos empresários destaca o comportamento daqueles que não são gananciosos. Examine-se com detalhes como cada uma dessas classes são construídas no discurso.

Os assalariados são a classe mais vasta a qual Fernando Henrique se dirige. Na base de sua identificação, encontra-se uma relação de trabalho - a de assalariamento - e não condições de vida ou níveis de renda. Na categoria dos assalariados cabem tanto trabalhadores manuais de baixa renda submetidos a péssimas condições de vida, quanto funcionários, intelectuais e executivos que disfrutam de padrões de renda, de vida e de status diferenciados. Portanto, o único anseio realmente comum a uma gama tão variada de assalariados só pode ser o de melhorias salariais.

A classe média referida no discurso é, certamente aquele setor social intermediário aos empregadores e empregados - os profissionais liberais e autônomos. A referência ao seu esquecimento por parte das autoridades governamentais durante o regime militar, viria no sentido de lhes dizer que na frente democrática do candidato, esses setores encontrar-se-iam representados e que, portanto, seriam lembrados no seu governo.

123. Classe em sentido weberiano, isto é, indivíduos que ocupam uma mesma posição no mercado.

Os homens de iniciativa, isto é os empresários que compõem a frente de Fernando Henrique, seriam apenas uma parte da classe: aquela que não se apega ao egoísmo do lucro a qualquer preço, isto é, a que não é mesquinha, avarenta e gananciosa. O empresariado que Fernando Henrique representa é aquele cuja postura é compatível com os anseios dos assalariados, também representados na mesma frente.

Nesta fase do discurso de Fernando Henrique, seus interlocutores têm papel ativo. Homens, mulheres, jovens, assalariados, classe média e empresários ajudarão o candidato a realizar seu objetivo: mudar o Brasil. O esforço coletivo e a participação dos mais diversos setores no processo de mudança é a condição do sucesso da proposta do candidato do PMDB.

Além de dirigir-se a muitos interlocutores, Fernando Henrique costumava exibir seus contatos e relações com os governos federal e estadual em todas as oportunidades. Para o candidato, mostrar-se ao eleitorado como um interlocutor gabaritado no tratamento com as mais altas esferas do poder parecia ser muito importante. Essa capacidade de interlocução privilegiada de que disfrutaria o candidato seria a garantia de que, nas suas mãos, a cidade de São Paulo encontraria as melhores condições de prosperar e de resolver seus problemas. No lançamento de sua candidatura, Fernando Henrique expressa essa idéia nos seguintes termos:

"Porei os conhecimentos de que disponho, as relações políticas e administrativas com os governos estaduais e federais que mantenho, a serviço da população desta cidade."<sup>(124)</sup>

E no primeiro programa de propaganda eleitoral pela televisão, quase dois meses mais tarde, com as seguintes palavras:

(apontando para o Ministério da Fazenda) "Aqui, do Ministério da Fazenda, o ministro - o paulista Dilson Funaro - está preocupado, também, como você e como eu, por um problema: é que Brasília arrecada muito de São Paulo; que há muito recurso que precisa ser devolvido. É preciso fazer uma reforma tributária. Não é pagar mais imposto aí, é tomar o dinheiro que já está concentrado por causa do autoritarismo em Brasília, e devolver a São Paulo. E eu já estou empenhado nisso. Sou membro da Comissão de Reforma Tributária; e vou continuar lutando. Como prefeito, terei condições de transferir muitos recursos da capital, de Brasília, para São Paulo."<sup>(125)</sup>

Na final do primeiro programa de propaganda eleitoral gratuita pela televisão, depois de ter abordado temas variados, Fernando Henrique dirige-se ao eleitor concluindo seu discurso da seguinte forma:

"Para levar adiante esse meu plano, eu tenho recebido muito apoio, apoio de muita gente, mas eu preciso também do seu apoio."<sup>(126)</sup>

124. FSP, 21-07-85.

125. Propaganda eleitoral gratuita pela televisão, 14-09-85, 13h.

126. Propaganda eleitoral gratuita pela televisão, 14-09-85, 13h.

Neste último enunciado, a estratégia frentista e pluralista de interpelação do eleitorado é reafirmada pelo candidato. Fernando Henrique não está só; recebe o apoio de muita gente porque representa a muitos. No entanto, esse apoio não é suficiente, pois o candidato também necessita do apoio do eleitorado anônimo. O apoio desse último tem papel complementar ao dos grupos organizados que o apoiam. Ao contrário de Jânio Quadros que afirmava só ter compromissos com "a mulher, a mãe, a irmã e com o marido" (sic), Fernando Henrique reconhece os compromissos que tem com diversos grupos que o apoiam, e mesmo assim pede apoio ao eleitor anônimo. O papel que o eleitor individual possui no discurso de Fernando Henrique é, portanto, modesto, mas indispensável.

A segunda estratégia de interpelação do público eleitor começa a partir do mês de setembro, quando as pesquisas eleitorais começam a mostrar as dificuldades de crescimento de sua candidatura nos bairros mais pobres e distantes da cidade. Em pesquisa realizada pelo jornal Folha de S. Paulo e publicada na edição de domingo, 22 de setembro, Jânio apresenta visível vantagem sobre Fernando Henrique junto às classes de mais baixa renda. Segundo essa pesquisa, a preferência do eleitorado por Jânio Quadros diminuía em direção às classes de mais alta renda, ocorrendo o oposto com a candidatura de Fernando Henrique. Junto ao eleitorado com renda de até quatro salários mínimos, Jânio obtinha 33,7% das preferências contra apenas 24,4% para Fernando Henrique. Entre a faixa de quatro a dez salários mínimos, Jânio

seguiu sendo o preferido do eleitorado, porém com pequena margem de vantagem: 28,8% contra 27,7%. No entanto, junto ao eleitorado de mais alta renda - dez salários mínimos ou mais - Fernando Henrique passava à frente de Jânio Quadros com 31,9 das preferências contra 30,1% para seu adversário. Como as classes de mais baixa renda são mais numerosas que as classes mais abastadas, no cômputo geral, Jânio obtinha 30,8% das intenções de voto contra 26,7% para Fernando Henrique. O candidato do PMDB começa então a intensificar sua campanha nas zonas leste e norte da capital - esta última, tradicional reduto janista.

Nesta nova fase da campanha a pluralidade de interlocutores, anteriormente presentes em seu discurso, passa a ser substituída por um interlocutor principal: o pobre. Sem negar as relações que mantêm com os empresários e setores abastados da sociedade, Fernando Henrique dirige-se àquela parcela da população que mais refratária se mostrava aos seus apelos. A seguir transcreve-se um longo trecho de um discurso seu em que o pobre, assim referido, aparece diversas vezes:

"Isto é que nós vamos ter que fazer por São Paulo. é: aqueles que sabem, aqueles que estudaram, que têm técnica - experiência hoje é técnica, não é idade - é técnica, é saber comandar, motivar. Os que estudaram, os que sabem comandar, devem jogar todo o seu esforço para dar uma mão a você. Ajudar você; ajudar a quem precisa; ajudar ao pobre.

"São Paulo tem muito pobre. Tem muito mendigo na rua - e muito. E às vezes os mais ricos, ficam com raiva dos pobres. Não está certo. Ao invés de ter raiva dos pobres, de quererem que tirem os mendigos, que tirem as favelas - não veja a miséria - tem que acabar com a miséria! Tem que ajudar. Ajudar com planos, objetivamente, organizando; deixando que você fale; que você fale com o prefeito (apontando-se), com o vereador - com quem manda.

"Isto é que é democracia: é permitir a participação real. Quem precisa, encontra o caminho para chegar lá. E quem decide e sabe não é...nem tecnocrata, nem banqueiro sabe, os ricos...não! Ele vai usar a capacidade dos ricos; a riqueza, o talento dos empresários, mas para ajudar você; para melhorar a sua vida - você que precisa, que é pobre.

"Chegou o momento desta virada aqui, em São Paulo. Nós vamos fazer isso!"<sup>(127)</sup>

"Nós somos gente iguais a você."<sup>(128)</sup>

Diferentemente do discurso de lançamento de sua campanha, onde Fernando Henrique conclamava seus interlocutores a com ele se engajarem no esforço de mudar o país, neste discurso de final de campanha, o candidato explica ao eleitor como, o que e com quem pretende mudar.

A mudança proposta por Fernando Henrique aponta diretamente para a eliminação da pobreza - o grande problema da cidade de São Paulo e do Brasil. Para consegui-lo, entretanto, um enorme esforço deveria ser feito, e uma série de ações coordenadas deveriam ser executadas. Os agentes desta ação seriam aqueles indivíduos que possuem as capacidades necessárias para tanto. Esses agentes seriam o próprio candidato - que possui técnica,

127. Propaganda eleitoral gratuita pela televisão. 05-11-65. 13h.

128. Propaganda eleitoral gratuita pela televisão. 05-11-65. 20h30.



pois estudou, e portanto, é capaz de comandar e motivar; e os ricos, cuja riqueza e "talento" (sic) seriam utilizados pelo candidato na prefeitura para ajudar o pobre.

Neste discurso, alguns dos que ocupavam o lugar de interlocutores no início da campanha - como os empresários - passam a ocupar o papel de adjuvantes do candidato; e aqueles que no discurso de lançamento da campanha são ignorados e no primeiro programa de propaganda eleitoral gratuita pela televisão são anônimos, ganham identidade e o lugar de interlocutores: os pobres.

No discurso que inaugura a campanha de Fernando Henrique, o mais baixo estrato social conclamado a com ele mudar o país é o dos assalariados. Por maiores que fossem as discrepâncias de renda no meio deles, todos possuíam em comum a condição de auferir um montante fixo de renda. Abaixo desse setor social - e fora do apelo de Fernando Henrique Cardoso - ficava toda a enorme massa de excluídos, desempregados e "autônomos" que sobrevive no mercado informal. A mudança do interlocutor nessa segunda fase do discurso do candidato do PMDB visava exatamente dar conta desse enorme estrato social até então esquecido.

Fernando Henrique, entretanto, vai lembrá-los por sua pobreza e nominá-los de pobres. Os pobres não serão parceiros do Prefeito, mas objetos da ação deste. A ação do prefeito sobre os

pobres será fundamentalmente assistencial: o prefeito vai "dar uma mão" (sic), "ajudar a quem precisa".

O candidato Fernando Henrique mostra-se solidário com os pobres. Por isso, repreende os ricos que "ficam com raiva dos pobres", que querem tirar os mendigos das ruas e as favelas da cidade. Ele ao contrário, quer ajudar os pobres deixando-os falar com quem manda - o prefeito e os vereadores. Esta é a participação que o candidato espera dos pobres: ser seu interlocutor.

Observe-se que quando o candidato fala de pobreza, ele se refere à miséria. Por duas vezes Fernando Henrique cita os mendigos da cidade, que são os indivíduos que se encontram no mais baixo degrau social, destituídos de tudo. O candidato assim associa, no seu discurso, palavras como miséria, mendigo e pobreza, ao mesmo tempo em que se dirige aos telespectadores como pobres. Portanto, talvez até sem a intenção de fazê-lo, Fernando Henrique associa a miséria e a mendicância a seus novos interlocutores.

Em nenhum momento do seu discurso Fernando Henrique valoriza seu novo interlocutor. Ao contrário, nele o candidato destaca o lado mais feio da sua condição - a pobreza - e o associa à parte mais miserável do lumpem - os mendigos. Embora em tom de censura, Fernando Henrique lembra aos pobres que os ricos

os desprezam, que muitos inclusive desejam vê-los eliminados. A condição do seu interlocutor é, pois, degradante.

Muito outra é a condição do candidato. O candidato faz parte do pequeno grupo que estudou, que detém técnica, que possui o saber. O candidato faz parte da elite intelectual da sociedade, propondo associar seus predicados pessoais aos recursos (riqueza) e predicados dos ricos (talento dos empresários) para ajudar os pobres.

Ao longo de sua campanha, Fernando Henrique reconhece a existência de um fosso entre si e a parcela mais pobre da população da cidade. Esse reconhecimento inicial, no entanto, contrasta com outra afirmação do candidato, que foi ao ar no mesmo dia no programa noturno de propaganda eleitoral pela Televisão: "Nós somos gente iguais a você". Essa afirmação isolada, feita em meio a um discurso que escamoteia sua origem<sup>(129)</sup>, indica o grau de estranhamento existente entre o candidato e aquele público. Os que se sentem efetivamente iguais tem a igualdade como um dado: apenas aqueles que se percebem diferentes, achando isso inadequado, sentem, por vezes, necessidade de declarar sua igualdade em abstrato.

129. Em palanque improvisado na Favela da Libanesa, zona leste da capital, ao lado de Regina Duarte, atriz que no momento fazia um papel muito apreciado pela população numa novela da Rede Globo, e vestida a caráter (de viúva Porcina), Fernando Henrique disse as seguintes palavras: "Nós somos gente iguais a você! e por isso, como voto é coisa séria; como é preciso votar - como disse o Guércia: Não em banqueiro... não em quem tá apoiando... como é que chama o dono do Banco Itaú? Como é mesmo? É, isso aí... Agora, ele foi prefeito, sabem o que ele propôs? (fazendo falsete imitando a voz de Setúbal) a melhor coisa em São Paulo é fazer controle da natalidade. Assim não nasce mais ninguém; não tem problema para São Paulo." Propaganda eleitoral gratuita pela televisão. 05-11-85. 20h30.

A estratégia utilizada pelo candidato de interpelar os eleitores de mais baixa renda chamando-os de pobres apresenta alguns problemas. O primeiro deles é que no processo de interpelação, o locutor normalmente salienta os aspectos positivos daqueles com quem procura aproximação, e os negativos daqueles de quem quer distância. Fernando Henrique, entretanto, constrói seu interlocutor com traços pouco louváveis - como a pobreza - ignorando os seus atributos positivos. A ninguém a pobreza parece ser um fator de identidade atraente, e foi justamente este o escolhido por Fernando Henrique no final de sua campanha.

Além de em si mesma a pobreza ser pouco enaltecadora, Fernando Henrique avilta-a mais ao associá-la à miséria. A condição de um mendigo geralmente provoca em quem o vê repulsa ou compaixão, jamais interesse. Apesar disso, Fernando Henrique tenta atrair o voto da população de baixa renda falando-lhe dos mendigos e associando-os à sua condição. Ora, os mendigos são indivíduos cuja situação em nada, ou quase nada, se assemelha ao do eleitorado de mais baixa renda. Por menor que sejam os rendimentos do mais pobre dos eleitores, esse se diferencia do mendigo pelo fato de possuir um teto, pois esta é uma das condições de registro eleitoral - ter domicílio. Além disso, e também por isso, os mendigos não são eleitores e, portanto, tampouco são interlocutores do candidato. Em visto disso, o recurso do seu discurso à condição do mendigo é, no mínimo inútil, se não for ainda contraproducente.

Ao contruir seu interlocutor como pobre, e ao mesmo tempo tentar se aproximar e diferenciar dele, Fernando Henrique cria um apelo muito fraco para atrair as massas populares. Essa incapacidade de atingir eficazmente as populações de baixa renda talvez tenha sido uma das responsáveis pela derrota do candidato nos bairros mais populares da cidade.

## EDUARDO SUPLICY

Eduardo Matarazzo Suplicy nasceu em São Paulo a 21 de julho de 1941 em São Paulo. À época da eleição, portanto, o candidato tinha 44 anos. Suplicy pertence a uma das famílias mais notáveis da burguesia industrial paulista. Entre seus ancestrais figura o imigrante italiano, Francesco Matarazzo, posteriormente enobrecido com o título de conde, que chegara ao Brasil em meados do século XIX e fizera fortuna com base na indústria.

No início dos anos 60 Suplicy ingressa na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP), formando-se bacharel em 1964. Sua formação acadêmica é completada nos Estados Unidos, onde faz seu mestrado (1968) e doutorado (1973) em economia junto à Michigan State University. Em 1972, ainda nos Estados Unidos, Suplicy coordena um seminário sobre a Economia Política Brasileira na Universidade de Stanford. De volta ao Brasil, em 1975, Suplicy tem sua tese de doutoramento, "Os efeitos das minidesvalorizações sobre a Economia Brasileira", publicada pela Fundação Getúlio Vargas. Em 1977 publica "Política Econômica Brasileira e Internacional" (Ed. Vozes), e no ano seguinte "Compromisso" (Ed. Brasiliense).

Em 1978 Suplicy ingressa na política partidária, candidatando-se a deputado estadual pelo MDB e elegendo-se com uma das maiores votações do partido no estado. Nesta campanha, Suplicy tem a seu lado Fernando Henrique Cardoso, com quem divide os palanques e compartilha idéias, como a construção de uma

sociedade democrática e a representação e defesa dos interesses populares.

Com a reforma partidária do ano seguinte, Suplicy ingressa no PT e, em 1982, candidata-se a deputado federal, elegendo-se com 59.820 votos na capital paulista. Na Câmara de Deputados, Suplicy torna-se suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural, membro da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e vice-líder da bancada do PT. Paralelamente a isso, Suplicy destaca-se pela firmeza com que denuncia e investiga as irregularidades cometidas no Governo. O caso através do qual o deputado mais se destacou foi o Coroa-Brastel, nome de uma instituição financeira que vai à falência no ano de 1983 após haver recebido vultosa soma de recursos do Banco Central. O escândalo provocado por aquela falência, que direta ou indiretamente envolvia as autoridades monetárias por terem injetado recursos públicos numa instituição sabidamente insolvente, deu origem à investigação empreendida por Suplicy que resultou na publicação pela Câmara de Deputados do livro intitulado "Investigando o caso Coroa-Brastel", em 1985.

A notabilidade alcançada pelo deputado nas investigações, agregada à extraordinária votação por ele obtida na capital anos antes, fizeram dele o político petista com maiores condições de disputar as eleições para a prefeitura de São Paulo em 1985. Esta condição fez com que seus concorrentes no partido retirassem suas candidaturas antes mesmo da realização da convenção partidária

que escolheria o candidato. Com o respaldo do partido e com seu currículum de político perseguidor de irregularidades administrativas, Suplicy lança-se à campanha.

#### O PT É A ÚNICA SOLUÇÃO PARA O POVO DE SÃO PAULO

No primeiro programa de propaganda eleitoral gratuita pela televisão, a particularidade do PT e de sua candidatura são apresentadas, primeiro por um ator de televisão, depois pelo próprio candidato, da seguinte forma:

apresentador: "Você já tá careca de saber que a maioria dos políticos promete e não cumpre o que diz. Mas agora, nós vamos falar de um que nem parece político, mas é! É o Eduardo Suplicy, candidato do PT à Prefeitura de São Paulo."

candidato: "Olha, muitos de vocês podem não me conhecer. Claro! Porque o Partido dos Trabalhadores não teve tantos recursos para colocar cartazes por aí, empastelando as ruas. Eu sou o candidato do Partido dos Trabalhadores a prefeito. E eu espero, até quinze de novembro, poder conversar muito com vocês através da garantia que os meios de comunicação, agora, possibilitaram a nós transmitirmos a nossa mensagem."<sup>(130)</sup>

Na fala do apresentador o candidato do PT é introduzido ao público sem que nada de afirmativo se diga sobre a sua pessoa. Diz apenas que Suplicy é um político diferente da maioria e que é o candidato do PT. A afirmação da diferença é feita na seqüência

130. Primeiro programa de propaganda eleitoral gratuita pela televisão que foi ao ar dia catorze de setembro às 13h e às 20h30.



de uma sentença anterior, segundo a qual "a maioria dos políticos promete e não cumpre o que diz". Esta imagem de político mentiroso constitui um dos tantos esteriótipos que compõem o senso comum, o qual será reforçado num primeiro momento do discurso.

Pôr-se de acordo com o público antes de tentar transmitir-lhe uma idéia que lhe é estranha é um princípio de oratória conhecido que foi habilmente utilizado neste caso<sup>(131)</sup>. A idéia de que os políticos só prometem e não cumprem é compartilhada pelo locutor ao ponto deste afirmar que o candidato do PT - que não é assim - "nem parece político". Portanto, a exceção representada por Suplicy, ao invés de negar a regra do senso comum, a confirma.

Além de tática de oratória, a reafirmação desse preconceito contra os políticos é utilizada no sentido de estabelecer uma clivagem entre o candidato do PT de um lado, e os demais candidatos de outro. Esta contraposição entre a candidatura do PT e a dos demais partidos será uma constante no discurso de Eduardo Suplicy. Todas as diferenças entre a sua candidatura e dos seus adversários serão realçadas, e todas as afinidades entre os seus adversários exploradas. Mostrar que o PT é o único partido diferente, e portanto, a única esperança para São Paulo, será a preocupação central do candidato.

131. "C'est un principe connu de tout orateur public qu'on ne contredit pas de front une foule, mais qu'on commence par se déclarer d'accord avec elle, par se plier dans son courant avant de l'infléchir." (DOMENACH, 1979, 62)

Na primeira faixa do candidato pela televisão a contraposição "PT x outros partidos" aparece de imediato. Seu candidato não é tão conhecido quanto os demais porque seu partido não teve tantos recursos para afixar cartazes de propaganda nas ruas da cidade como os outros tiveram. Esta diferença de recursos para financiar as campanhas eleitorais será um dos principais pontos de clivagem entre o PT e os demais partidos, e receberá grande destaque no discurso de Suplicy. Observe-se que dois meses depois do primeiro programa eleitoral pela televisão, no encerramento de sua campanha em comício realizado no centro da cidade, Suplicy começa seu discurso salientando esta mesma diferença:

"Trabalhadores e trabalhadoras,  
 "O Partido dos Trabalhadores apresentou-se com extraordinária dignidade nesta campanha. Nós apenas gastamos os recursos que foram coletados por simpatizantes e populares, que foram comprando nossas camisetas, nossas estrelinhas e nossos broches. Chegamos a gastar cerca de mil vezes menos do que as grandes potências, como o PTB e o PMDB, que sempre foram assessorados pelos grandes empresários destes país."<sup>132</sup>

Neste enunciado a mesma diferença de recursos vem demonstrar outra diferença maior: a de dignidade que existe entre seu partido e os demais. Seu partido fez sua campanha com uma quantidade de recursos financeiros bastante inferior ("cerca de mil vezes menos") a dos adversários Jânio Quadros e Fernando Henrique Cardoso. Esta dignidade não derivaria apenas da quantidade de recursos empregada na campanha, mas sobretudo da

132. Discurso feito no comício de encerramento da campanha realizado na Praça da Sé, centro de São Paulo.

origem desses recursos. Os recursos que financiaram sua campanha são apresentados como claros e legais: resultaram da venda de broches e camisetas, conseguida com o esforço dos militantes do partido. São portanto recursos dignos. Os dos seus adversários, ao contrário, são insinuados como escusos, pois resultariam da "assessoria" que os grandes empresários do país sempre lhes prestaram, isto é, do financiamento empresarial de suas campanhas, o que é ilegal e indigno.

As candidaturas dos seus adversários, portanto, aparecem apresentadas em bloco. Ambas contaram com campanhas milionárias; ambas foram financiadas pelos grandes empresários do país; ambas, por fim, são candidaturas que representam os grandes ("as grandes potências como o PTB e o PMDB"). A candidatura do PT, ao contrário, é a única que foi financiada pelos simpatizantes e populares, que não contou com o apoio dos grandes empresários e que não representa os grandes. A candidatura do PT, portanto, é a única realmente alternativa, sendo as outras marcadas pelos mesmos vícios.

Ao apresentar o PT como o único diferente entre todos os partidos, o discurso de Suplicy procura dar expressão ao já referido desejo de mudança presente na população e no eleitorado. A reafirmação desse desejo de mudança faz-se, entretanto, através da negação ou desconsideração de qualquer mudança promovida pelo novo governo. A análise da última frase da fala do candidato no

primeiro programa eleitoral pela televisão, revela com eloquência o que aqui se está indicando:

"Eu espero, até quinze de novembro, poder conversar muito com vocês através da garantia que os meios de comunicação, agora, possibilitarão a nós transmitirmos a nossa mensagem."

Neste enunciado, o sujeito real da ação - o governo que promulgou a lei que garante o livre acesso dos partidos aos meios de comunicação - é substituído pelo objeto da ação - os meios de comunicação. No discurso de Suplicy, tudo se passa como se fossem os meios de comunicação que garantissem o seu acesso à televisão, e não a legislação eleitoral, que não beneficiava apenas o PT, mas todos os partidos.

Omitir as diferenças existentes entre o governo da Nova República e os governos militares, e salientar as afinidades entre as candidaturas do PTB e do PMDB, foi a forma encontrada por Eduardo Suplicy para defender-se do assédio de Fernando Henrique. Desde o início de sua campanha, o candidato do PMDB mostrara-se interessado no apoio do PT. Embora Fernando Henrique tivesse tentado fazer um acordo com o PFL, e não com o PT, o peemedebista considerava o PT um aliado "natural" frente ao risco de um "retrocesso". A princípio, o candidato do PT respondia às pretensões de Fernando Henrique acenando com a possibilidade de um acordo caso a eleição fosse em dois turnos e o PT fosse eliminado da disputa no primeiro. Um projeto de lei nesse sentido tramitava no Congresso Nacional, mas acabou sendo derrotado ao

ser votado. A partir de então, Suplicy fechou-se a qualquer acordo com o PMDB e empenhou-se em negar as afinidades que antes reconhecia ter com esse partido<sup>(133)</sup> e a salientar as semelhanças entre seus dois maiores adversários.

Há apenas um mês das eleições, Suplicy definiu os partidos que apoiavam Fernando Henrique (PMDB) e Jânio Quadros (PFL) com as seguintes palavras:

"São dois braços de um mesmo corpo."<sup>(134)</sup>

Definições concisas e claras como esta não eram comuns no discurso do candidato, caracterizado pelo excesso de vocábulos e imprecisão. Talvez também por isso, o impacto dessa tenha sido tão grande. Com habilidade, Suplicy conseguiu estabelecer uma ferina comparação entre as candidaturas de Fernando Henrique e Jânio Quadros sem, contudo, comparar os candidatos. As diferenças pessoais entre um e outro, o candidato do PT não desconsiderava, porém as subordinava à identidade de seus partidos.

"É indiscutível que Fernando Henrique Cardoso pertence a mesma Aliança Democrática da qual participa o Partido da Frente Liberal."<sup>(135)</sup>

Jânio eu considero um perigo para o Brasil, e Fernando Henrique é uma pessoa que eu respeito e que gostaria de ter ao meu lado."<sup>(136)</sup>

133. Em entrevista concedida em junho, antes da derrota do projeto de lei que instituía a votação em dois turnos, Suplicy fez a seguinte declaração: "Vemos tanto no PMDB quanto no PDT áreas afins ao PT, mas tanto num quanto noutro há áreas que não têm tanta afinidade com o PT." (ESP, 23-06-85).

134. FSP, 14-10-85.

135. FSP, 21-10-85.

136. FSP, 30-10-85.

A favor da argumentação de Eduardo Suplicy estava o fato inegável de PMDB e PFL estarem unidos na esfera federal. A transição para a democracia possibilitada pela Aliança Democrática, da qual Fernando Henrique tanto se regozijava em seu discurso, tinha para o candidato do PMDB um aspecto perverso que Suplicy soube explorar muito bem: seus aliados em Brasília apoiavam Jânio Quadros em São Paulo. Portanto, o corpo Aliança Democrática, em Brasília, tinha dois braços em São Paulo: a candidatura de Fernando Henrique, pelo PMDB, e a de Jânio Quadros, pela aliança PTB-PFL.

Privilegiar no seu discurso a candidatura dos partidos adversários em detrimento da apreciação dos seus candidatos, era uma condição vantajosa e coerente para Suplicy. Na sua campanha, Eduardo Suplicy apresentava sua candidatura como candidatura do seu partido. Seu objetivo era consolidar o PT junto ao eleitorado de São Paulo, e não a si próprio, que nunca encontrara dificuldade para se eleger a cargos legislativos. Para afirmar seu partido e fazer sua candidatura crescer junto ao eleitorado, o candidato do PT escolheu contrastar seu partido com os demais.

Quando a estratégia de afirmação escolhida é o contraste, as afinidades e semelhanças são mais incômodas que as oposições e diferenças. Nesse sentido, o adversário peemedebista representava ao candidato do PT um empecilho maior que o petebista. Em função dessa dificuldade, Suplicy centrou seus ataques no candidato do

PMDB explorando o seu lado mais fraco e deixando praticamente de lado o adversário Jânio Quadros. O cavalo de batalha escolhido por Suplicy foram as irregularidades administrativas do governo Montoro, ao qual Fernando Henrique estava umbilicalmente ligado.

#### CONTRA AS IRREGULARIDADES

Denunciar as irregularidades administrativas no governo era uma das especialidades do Deputado Federal Eduardo Suplicy. Em sua campanha para a prefeitura de São Paulo, o candidato do PT continuou sua firme pregação pela moralidade administrativa. Nesta luta, Suplicy não se encontrava sozinho, nem era pioneiro. Inúmeros escândalos financeiros e administrativos nos governos militares vinham chamando a atenção do público e se constituindo em tema de campanhas eleitorais. Em 1985, também Jânio Quadros abordava o tema em sua campanha, propondo-se combater a corrupção. Combater as irregularidades, entretanto, tinha um sentido diferente do que Jânio conferia ao combate a corrupção.

Suplicy não se apresentava ao eleitorado como um exterminador de corruptos, mas enquanto deputado notabilizara-se por ser seu implacável cassador. Apresentava-se, isso sim, como um candidato incorruptível. Suplicy tampouco prometia fazer uma devassa nas contas da prefeitura como Jânio Quadros fazia e como o governador Montoro também fizera, em 1982, na sua campanha eleitoral. Suplicy, entretanto, não perdia nenhuma oportunidade de questionar a regularidade de atos do governo que lhe

parecessem duvidosos. Assim o candidato do PT agiu durante toda a campanha.

Tal como Jânio Quadros, Eduardo Suplicy utilizou-se da frustração do eleitorado com o Governo Montoro. Este, até novembro de 1985, não conseguira promover as mudanças prometidas em campanha, nem apontar nenhum dos responsáveis pelos descalabros administrativos que denunciara no governo anterior. Essa falta de respostas por parte do governo foi interpretada como impunidade, e a impunidade administrativa foi atribuída à conivência do governo do PMDB.

Mostrar que o governo do PMDB não se diferenciava dos governos anteriores em questões substantivas, como a probidade administrativa, foi a principal arma utilizada por Eduardo Suplicy para marcar a diferença entre o PT e o PMDB. A candidatura de um partido marcado pelos mesmos vícios daqueles que foram afastados do poder no estado em 1982, não poderia contar com o apoio do Partido dos Trabalhadores: essa era a mensagem de Suplicy aos eleitores.

A principal acusação que Suplicy fazia ao governo do PMDB era que a máquina administrativa da prefeitura estava sendo indevidamente utilizada na campanha de Fernando Henrique. Além disso, a campanha do candidato do PMDB, assim como o do PTB-PFL, estaria sendo financiada pelos empresários, que mais tarde iriam cobrar seu apoio.



Durante sua campanha, Suplicy acusou o governo do estado e a prefeitura da capital de estarem pondo suas máquinas administrativas a serviço da campanha de Fernando Henrique. Esta prática irregular, tão utilizada pelos governos anteriores, estaria então sendo mantida pelo PMDB, que antes prometera por fim a esse estado de coisas. Em função disso, no final do mês de agosto, Suplicy veio a público sugerir que se criasse uma Comissão Especial de Inquérito para investigar "o uso e abuso da máquina do governo do estado em campanhas políticas dos secretários e do candidato do PMDB a prefeito de São Paulo."<sup>(137)</sup> As acusações de Suplicy ficaram sem comprovação até que, há um mês das eleições, um carro oficial da prefeitura foi fotografado transportando material de campanha de Fernando Henrique. Neste momento, Suplicy conseguiu a prova que lhe faltava. E embora o candidato do PMDB dissesse que o funcionário responsável por tal ato tivesse sido punido com a demissão "por ter feito coisa que não estava na orientação da campanha"<sup>(138)</sup>, não podia mais negar o ocorrido.

Paralelamente a isso, Eduardo Suplicy fazia nova investida para comprometer o partido de Fernando Henrique com irregularidades administrativas. Enquanto o candidato do PMDB procurava Suplicy para um acordo de última hora, este se dizia disposto a conversar "sobre certos aspectos de sua campanha, como o uso indevido de recursos." Quanto a isso afirmava: "Tenho

---

137. FSP, 01-09-85.

138. FSP, 24-10-85.

informações sérias e preciso conversar com Fernando Henrique"<sup>(139)</sup>. Diante da negativa de Fernando Henrique de ter um encontro com Suplicy com essa finalidade, o candidato do PT enviou-lhe por escrito as denúncias que queria fazer pessoalmente. Tratavam-se de informações que o petista tinha sobre irregularidades na compra de equipamentos por parte da ELETROPAULO, companhia de energia elétrica do estado. A essas denúncias, Fernando Henrique deu pouca importância, aconselhando Suplicy a procurar o Presidente da companhia para obter maiores esclarecimentos. Essa reação de Fernando Henrique permitiu que o candidato do PT fizesse as seguintes observações:

"Fernando deu a impressão de que julga o caso pouco importante."<sup>(140)</sup>

"Fico surpreendido ao ver Fernando Henrique considerar um problema de fraude uma questão menor."<sup>(141)</sup>

Insistindo sempre num mesmo ponto e acumulando pequenas informações e evidências, Eduardo Suplicy constrói seu libelo de acusação contra Fernando Henrique. As irregularidades ocorrem, mas o candidato do PMDB dá-lhes pouca importância. A distância que medeia a candidatura do PT e a do PMDB é, portanto, intransponível. Com esse argumento, Eduardo Suplicy encerra sua campanha marcando a diferença entre o PT e os demais partidos.

---

139. JT, 28-10-85.

140. FSP, 02-11-85.

141. JT, 04-11-85.

No último comício da campanha de Suplicy, realizado no centro de São Paulo, o candidato do PT explica porque não pode retirar sua candidatura para apoiar Fernando Henrique, e porque, dias antes, no último debate entre os candidatos pela televisão, deu-lhe uma lupa de presente:

"Nós resolvemos dar uma lupa para o candidato Fernando Henrique, para que ele pudesse ver as irregularidades que acontecem diante do seu nariz. Isso porque ele - como o seu partido - passou a conviver com as irregularidades em nome da defesa da democracia. Nós não podemos aceitar que em nome dessa defesa recebam o apoio dos empresários, que depois irão cobrá-los."<sup>(142)</sup>

Além das inaceitáveis irregularidades administrativas, Suplicy aponta na candidatura de Fernando Henrique outro problema: o apoio dos empresários. Esse apoio seria condenável por dois motivos. O primeiro deles é que o financiamento empresarial de campanhas eleitorais é ilegal e imoral, como já foi observado anteriormente. O segundo, é que o empresariado ocupa no discurso de Suplicy o lugar de oponente. Como se verá a seguir, a estratégia de interpelação do eleitorado adotada pelo candidato do PT era dirigida exclusivamente aos trabalhadores, o que era coerente com a estratégia de seu partido. O intuito da campanha de Eduardo Suplicy para a prefeitura não era eleger-se prefeito, mas consolidar seu partido através da constituição de um novo interlocutor: os trabalhadores.

## O CANDIDATO E SEUS INTERLOCUTORES

Ao contrário dos demais candidatos, que nos seus discursos constroem mais de um interlocutor, Eduardo Suplicy constrói apenas um desde o início até o final da sua campanha: os trabalhadores. Essa escolha se mostrou bastante coerente com o espírito que presidiu a formação do seu partido - o PT. PT significa Partido dos Trabalhadores - e não Partido Trabalhista - e a escolha desse nome não foi gratuita. O intuito dos fundadores do PT era criar uma agremiação partidária diferente das anteriores. Segundo o seu raciocínio, todos os partidos anteriores que se propuseram defender os interesses dos trabalhadores eram partidos onde estes serviam apenas como massa de manobra, e não onde se faziam representar efetivamente. Na melhor das hipóteses, aqueles partidos teriam sido partidos para os trabalhadores, mas nunca dos trabalhadores. Daí a opção por substantivar o novo partido inserindo no seu nome "dos trabalhadores", e a rejeição em adjetivá-lo com "trabalhista", que se remetia ao Partido Trabalhista Brasileiro, que existira no país entre 1946 e 1966, cuja história encontra-se diretamente ligada à história do populismo no Brasil.

Em quase todos os momentos da campanha, Suplicy falou em nome do Partido dos Trabalhadores e raramente expressou-se em nome próprio. A fusão entre o partido e o candidato - desejável para um partido cuja base pretende fazer-se efetivamente representada por seus candidatos, e que condena toda manifestação

de personalismo - torna-se bastante necessária no caso de um candidato como Suplicy, cuja história de vida em nada se assemelha a da classe trabalhadora. Para tornar-se legítimo representante dos trabalhadores, Suplicy, então, funde-se inteiramente com seu partido.

Nas diversas propostas que Eduardo Suplicy formula para combater os diferentes problemas da cidade, os interesses dos trabalhadores figuram em destaque. Observe-se, nos enunciados a seguir, como o candidato do PT relaciona as questões de segurança, política econômica e cultura com os interesses dos trabalhadores:

"Os trabalhadores, e a população em geral, precisam ter um convívio diferente com os responsáveis pela segurança."<sup>(143)</sup>

"Apoiar a política econômica de acordo com os interesses dos trabalhadores, e não dos credores."<sup>(144)</sup>

"O cinema, embora não seja tão caro para a classe média, é inacessível para a classe trabalhadora - que envolve a classe média e também a que obtém níveis de renda mais baixos. Seria importante que o teatro fosse até essa população e houvesse uma programação de atividades culturais."

(definindo a classe trabalhadora para a qual sua proposta para a área da cultura se dirige) "É a maior parte dela, que hoje está marginalizada de acesso às condições adequadas de moradia, habitação, educação, saúde, lazer, cultura, esporte, segurança. Até mesmo para a classe trabalhadora mais aquinhoada, ou para os que estão melhor na sociedade brasileira, particularmente em São Paulo, possam viver num país com uma saúde mais adequada, há a necessidade de pensar nos

143. ESP, 23-04-85.

144. JT, 28-10-85.

que estão marginalizados, de pensar nas transformações em profundidade que se fazem necessárias." (145)

No primeiro enunciado, embora o candidato dê destaque aos trabalhadores no conjunto da sociedade, não aparece nenhuma indicação de quais seriam os traços específicos da relação da polícia com os trabalhadores. Ao contrário, o candidato afirma necessitarem, os trabalhadores, uma relação diversa com as autoridades incumbidas da segurança pública, assim como o restante da sociedade. A menção específica aos trabalhadores, portanto, vem apenas no sentido de marcar o interlocutor do candidato, e não de determinar seus interesses específicos quanto à questão da segurança.

No segundo enunciado, o locutor contrapõe os interesses dos trabalhadores aos dos credores. No entanto, nesta contraposição algumas mediações restariam por ser feitas, pois uma relação imediata entre credores e trabalhadores inexiste. Pode-se, certamente, contrapor os interesses dos trabalhadores aos dos empregadores, assim como podem-se opor os interesses dos devedores aos dos credores. Um e outro par de oposições possuem dinâmicas internas específicas que não se confundem. Portanto, não se pode substituir um dos elementos que compõe cada par de opostos sem lhes alterar sua lógica particular. Nesse sentido, só se pode entender a contraposição estabelecida por Suplicy entre

trabalhadores e credores se se abrir mão dos critérios oferecidos pela lógica e utilizar-se os critérios de oportunidade.

A oportunidade consistia em contrapor aos interesses dos interlocutores do PT, os interesses daqueles que vinham sendo considerados os responsáveis por todos os males e vicissitudes da economia brasileira nos últimos anos: os credores externos. As oposições no Brasil vinham, desde final de 1982, denunciando o acordo que o governo Brasileiro assinara com o Fundo Monetário Internacional (FMI) como sendo contrário aos interesses nacionais. Esse acordo implicou numa política econômica que levou o país à recessão, da qual só saiu no final de 1984. Uma recessão econômica não atinge apenas os trabalhadores, mas os penaliza diretamente com a redução da taxa de emprego que necessariamente provoca. Portanto, opor uma política econômica recessiva aos interesses dos trabalhadores era bastante lógico.

No entanto, no ano da campanha, o país já havia saído da recessão: a taxa de emprego voltara a crescer e uma progressiva recuperação do poder de compra dos salários teve início. As novas condições da economia brasileira associadas a política econômica do novo governo não eram, então, tão adversas aos trabalhadores. No entanto, uma nova negociação da dívida externa ainda não havia sido conseguida, e o país seguia pagando os juros da dívida nos mesmos termos negociados anos atrás. Os credores seguiam, assim, sendo alvo dos ataques tanto de parte da oposição quanto do próprio governo. Quanto ao pagamento da dívida externa, o

Presidente Sarney chegara a afirmar: "Temos que crescer para pagar o que devemos com dinheiro, não com sacrifícios"<sup>(146)</sup>.

Em 1985 a rejeição do acordo com os bancos credores e com o FMI, se não era consensual, era compartilhada por diversos setores da sociedade. Portanto, opor-se a uma política econômica favorável aos credores não era posição exclusiva do PT. A peculiaridade do PT, expressa por seu candidato, era que a política econômica a ser apoiada deveria estar de acordo com os interesses dos trabalhadores. No entanto, nada foi dito sobre o que consistiria uma tal política. Portanto, no enunciado em análise, a negação (contra os interesses dos credores) prepondera sobre a afirmação (de acordo com os interesses dos trabalhadores). Nesse sentido, a contraposição trabalhadores/credores é oportuna, pois reafirma o interlocutor do candidato às custas da fácil rejeição dos opositores.

No terceiro enunciado, que trata dos interesses dos trabalhadores quanto a uma política cultural, encontram-se algumas indicações para se compreender quem é de fato o interlocutor que o candidato chama classe trabalhadora.

Em primeiro lugar percebe-se que, para Suplicy, a classe trabalhadora não é homogênea. Existiria uma classe trabalhadora "mais aquinhoadada" e outra "marginalizada". O que diferenciaria

---

146. VEJA 17-07-85.



uma da outra não seriam, então, as condições de trabalho a que estão submetidas, mas o acesso que têm a renda, bens e serviços.

Em segundo lugar, percebe-se que a atenção maior do candidato do PT recai sobre a classe trabalhadora marginalizada, isto é sobre a parcela mais pobre da população. No entanto, em nenhum momento Suplicy chama seu interlocutor de pobre - como fez Fernando Henrique no final da campanha. Para Suplicy - tal como para Jânio Quadros - pobres e carentes são as regiões da cidade onde a classe trabalhadora, sua interlocutora, habita. Será, pois, nessas regiões da cidade que o candidato do PT priorizará as ações da prefeitura, como os enunciados a seguir indicam:

"Desenvolver esforços para que o metrô se expanda o mais rapidamente, em particular nas áreas carentes".<sup>(147)</sup>

"Necessário será desenvolver um policiamento preventivo, particularmente nas áreas mais pobres. (...) Instalação de posto ou cabines policiais perto de áreas carentes de qualquer assistência."<sup>(148)</sup>

É notável que no discurso de Eduardo Suplicy seu interlocutor - o trabalhador - seja construído a partir elementos que dizem respeito às suas condições de vida na cidade, e não às suas condições de trabalho. Esta, logicamente, poderia ter sido a opção do candidato do PT, uma vez que o Partido dos Trabalhadores surgiu da iniciativa de lideranças sindicais que representavam o setor de ponta da economia brasileira. A opção de Suplicy, no

147. FSP, 05-08-85.

148. FSP, 22-08-85.

entanto, foi outra: privilegiar, no seu discurso, as condições de vida comuns à maior parte da população da cidade, ainda que essas não fossem predominantes entre os trabalhadores dos sindicatos mais fortes e combativos ligados ao PT. Apesar disso, essa era uma opção coerente com o programa do seu partido, de conteúdo marcadamente social, e com as possibilidades de ação no âmbito restrito de uma cidade.

Ao dirigir-se ao eleitorado pobre chamando-o de trabalhador, Eduardo Suplicy eleva a população pobre de uma condição vexatória a uma posição da qual tem do que se orgulhar e porque reclamar: a de quem participa na formação da riqueza social sem usufruir dela. No discurso de Suplicy, os pobres são incluídos num grupo social com identidade própria, e retirados da condição de parte de uma massa amorfa e dependente dos setores mais ricos da sociedade.

Os resultados eleitorais indicam que o discurso de Eduardo Suplicy conseguiu interpelar com eficiência o eleitorado pobre da capital. Seus 19,8% dos votos foram conseguidos, em boa parte na periferia da cidade, apesar das fortes pressões que o PMDB e seu candidato exerceram sobre o PT e o eleitorado. Afirmar o direito à pluralidade e à diversidade - isto é, à participação dos trabalhadores na política, organizados de forma independente dos demais grupos sociais - num país que vinha vivendo seus embates eleitorais organizado em frentes e de forma plebiscitária, foi um desafio que o PT enfrentou e venceu.

No final da campanha, quando a candidatura de Suplicy crescia e a de Fernando Henrique encontrava-se estagnada, as pressões para que o candidato do PT retirasse sua candidatura e apoiasse Fernando Henrique, a fim de evitar que Jânio Quadros vencesse as eleições, foram enormes. As respostas, dadas por Suplicy, a essas pressões foram no sentido de mostrar aos eleitores que o PMDB não defendia, nem tampouco respeitava, os direitos dos trabalhadores, e que, por isso, o candidato não poderia retirar-se da disputa e apoiar Fernando Henrique. Assim como o PT tinha um único interlocutor - os trabalhadores - estes também só teriam o PT como interlocutor no quadro partidário.

Para se afirmar como única alternativa dos trabalhadores, vencer as pressões de Fernando Henrique e consolidar sua candidatura, Suplicy opõe o PMDB e seu candidato a prefeito de São Paulo aos interesses dos trabalhadores da seguinte forma:

"O PMDB e o PT tem propostas e procedimentos muito diferentes. Para consolidar sua candidatura, Fernando Henrique procurou mais os empresários do que os trabalhadores."<sup>(149)</sup>

"Eles (o PMDB) nunca fizeram nada em favor do trabalhador. Só reprimem a ação daqueles que lutam por melhores salários."<sup>(150)</sup>

O argumento de Suplicy no primeiro enunciado fundamentava-se, inequivocamente, nos fatos. Conforme foi demonstrado ao se analisar o discurso de Fernando Henrique, o candidato do PMDB dava grande destaque ao apoio que recebia dos empresários. Além

149. FT, 10-10-85.

150. ESP, 07-11-85.

disso, no seu discurso a identidade "trabalhador" inexistia, ocupando seu lugar ora "assalariado", ora "pobre", que são coisas bastante diversas. Portanto, ao afirmar que Fernando Henrique tivesse procurado mais os empresários que os trabalhadores, Suplicy não falseava em nenhum momento a realidade, além aproveitar a crítica ao seu adversário para reafirmar seu interlocutor.

O segundo enunciado, embora implique numa deformação da realidade, ao simplificar de forma maniqueísta a ação do PMDB no governo<sup>(151)</sup>, revela a determinação do candidato de se constituir no único interlocutor legítimo dos trabalhadores. Como salientado anteriormente, na estratégia de interpelação do eleitorado utilizada pelo PT nessa campanha, o contraste entre as posições prevaleceu sobre a clareza delas. Acima de tudo estava o objetivo de consolidar o partido na Cidade de São Paulo, e nesse sentido, a campanha de Suplicy foi um sucesso.

151. Não obstante o maniqueísmo, casos de repressão a manifestações de trabalhadores pela polícia do estado, de fato, ocorreram.

## CAPÍTULO III

## OS DISCURSO DE CAMPANHA COMPARADOS

Este capítulo propõe-se comparar os discursos analisados no capítulo anterior, considerando as diversas partes que os compõem. O intuito dessa comparação é determinar as diferenças nas leituras da realidade política e social veiculadas em cada discurso. No capítulo II, mostrou-se como cada candidato, lançando mão de diferentes elementos dos universos discursivo e não-discursivo, formula apelos eleitorais específicos que se inserem dentro de um discurso singular. Neste capítulo, trata-se de comparar os discursos dos candidatos considerando dois aspectos: a interação dos diferentes apelos lançados pelos candidatos aos eleitores; e a interação dos diferentes discursos, considerados na sua totalidade, através do tempo de campanha.

Na comparação dos diferentes apelos, busca-se mostrar como cada candidato procura desarticular os discursos dos adversários sobre uma determinada questão de relevância eleitoral. Com esse intuito, analisa-se, em primeiro lugar, as interfaces existentes entre a questão da corrupção no discurso de Jânio Quadros, e a questão das irregularidades administrativas no discurso de Eduardo Suplicy, tema central de sua campanha. Em seguida, examina-se como a questão da democracia - que, como foi mostrado no capítulo anterior, ocupou lugar de destaque no discurso de Fernando Henrique Cardoso - figura nos discursos de Jânio Quadros

e Eduardo Suplicy. Por fim, analisa-se as respostas que Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy oferecem como contrapartida ao tratamento dado por Jânio Quadros ao problema da violência e da segurança pública.

Ao se compara os diferentes discursos através do tempo de campanha, procura-se mostrar quais foram as modificações mais significativas introduzidas nos discursos dos candidatos e quais foram suas motivações.

Com a comparação dos discursos considerando os aspectos acima expostos, encerra-se a análise iniciada no capítulo anterior.

#### A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E CONTRA AS IRREGULARIDADES NOS DISCURSOS DE JÂNIO QUADROS E EDUARDO SUPLICY

A questão da corrupção na Prefeitura de São Paulo e das irregularidades cometidas nas administrações do PMDB, ocuparam lugar de destaque nos discursos dos adversários de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, cada candidato utiliza-se de um termo diverso para tratar do mesma questão: para Jânio, trata-se de corrupção; para Suplicy, de irregularidade. Esta diferença terminológica merece atenção, pois embora corrupção e irregularidade sejam termos que, nos discursos dos candidatos, denotem um mesmo fato, conotam-no de forma diversa.

O termo corrupção, além de significar "suborno" e "prevaricação", significa também "putrefação, decomposição, devassidão"<sup>(152)</sup>, "depravação, perversão e desmoralização"<sup>(153)</sup>. Corrupção, portanto, é um termo que, ao mesmo tempo, define certas práticas ilícitas e evoca uma série de imagens e sentimentos. Irregularidades, por outro lado, significa apenas "qualidade do que é irregular", isto é, "contrário às regras gerais do direito ou da moral"<sup>(154)</sup>. Irregularidade, portanto, é uma definição conceitual, fria, sem capacidade evocativa. O fato de Jânio ter utilizado em seu discurso o termo corrupção, e Suplicy o termo irregularidade - e não o contrário - é bastante significativo.

Embora tanto Jânio quanto Suplicy tenham notabilizado-se na vida pública por suas lutas moralizadoras, já referidas nas biografias dos candidatos no capítulo anterior, seus estilos de apresentação e linguagem são bastante distintos.

Jânio é teatral nos gestos, na expressão facial e oral; seus discursos são recheados de simbolismos e analogias bíblicas, e seu tom sempre enfático. A retórica do candidato, além disso, é bastante particular. Apesar do uso freqüente de êncleses e mesóclises e de, por vezes, utilizar-se de palavras pouco comuns na linguagem cotidiana - o que dá um tom empolado à sua oratória - a estrutura de seu discurso é bastante simples. Suas frases são

152. Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa. Laudelino Freire, 1954.

153. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Caldas Aulete, 1958.

154. Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa. Laudelino Freire, 1954. e Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Caldas Aulete, 1958.

curtas, e nelas, sujeito, verbo e objeto encontram-se na seqüência padrão claramente identificáveis. A compreensão de sua mensagem, portanto, não apresenta qualquer dificuldade ao receptor. Além disso, o uso freqüente de analogias e palavras ricas em conteúdo simbólico possibilitam a produção, no receptor, de uma série de associações e imagens, permitindo ao emissor ser econômico nas palavras e eficiente na propagação de sua mensagem. O emprego do termo corrupção enquadra-se perfeitamente na estrutura do discurso de Jânio. Corrupção é uma palavra que possui todas as acepções acima expostas, estimula a produção de um grande número de imagens e de sentimentos, além de ser comum na linguagem ordinária. Por isso, o uso do vocábulo corrupção dispensa explicações e adjectivações.

Suplicy, ao contrário de Jânio, é parcimonioso em gestos, expressões faciais e inflexões vocais. Seu discurso é construído numa seqüência de frases longas destituídas de arroubos retóricos. Sua terminologia é pouco evocatória, donde a prolixidade e o recurso constante a explicações.

O termo irregularidade, utilizado na crítica às ações do Governo, marca o sentido do apelo de Suplicy. Sem suscitar imagens e sentimentos, a palavra irregularidade determina uma fria e desapaixonada separação entre o que é normal, legal e aceitável e o que não o é. O intuito do candidato do PT parece ter sido justamente esse: marcar a diferença entre as formas de ação do Governo e as de seu partido. Assim, às irregularidades



cometidas pelo partido de Fernando Henrique, Suplicy contrapunha a retidão do PT.

Nos apelos dos candidatos oposicionistas, as diferenças de conotação dos termos corrupção e irregularidade se fazem acompanhar de outra diferença: a de postura de Jânio Quadros e Eduardo Suplicy frente ao que denunciavam. Observe-se os enunciados a seguir:

Jânio  
Quadros:

"Nenhum corrupto, nenhum, e nenhum incapaz, nenhum, estará a meu lado sem que eu, ao primeiro, ponha na cadeia, e, ao segundo, ponha na rua."<sup>(155)</sup>

"Os funcionários preguiçosos que nada fazem serão varridos".<sup>(156)</sup>

"Se os senhores me derem o instrumento da Prefeitura, que tem o quarto orçamento da República, não sei quantos filisteus irei exterminar. Do trabalho eu me encarrego, meus patrícios."<sup>(157)</sup>

"(A situação para o PMDB) está ficando preta! E ficará mais preta ainda quando, empunhando a vassoura, levantarmos os tapetes varrendo a corrupção que ela (administração do PMDB) acumulou nesses anos."<sup>(158)</sup>

Eduardo  
Suplicy:

"Toda vez que tenho conhecimento de irregularidades procuro esclarecer a população."<sup>(159)</sup>

"Trabalhadores e trabalhadoras,

"O Partido dos Trabalhadores apresentou-se com extraordinária dignidade nesta campanha.

155. FSP, 05-08-85.

156. JT, 02-09-85.

157. FSP, 01-10-85.

158. FSP, 27-10-85.

159. FSP, 28-10-85.

Nós apenas gastamos os recursos que foram coletados por simpatizantes e populares, que foram comprando nossas camisetas, nossas estrelinhas e nossos broches. Chegamos a gastar cerca de mil vezes menos do que as grandes potências, como o PTB e o PMDB, que sempre foram assessorados pelos grandes empresários destes país.

"Não caímos nas tentações. Não aceitamos as ofertas, pois chegaram a nos oferecer até quatro secretarias, mas nós não aceitamos.

"O PT vem se afirmando e nós podemos verificar isso em nossas visitas".<sup>(160)</sup>

Da análise dos enunciados acima depreende-se que frente a corrupção, o candidato Jânio Quadros assume a postura de seu implacável exterminador. Jânio não apenas declara não tolerá-la, mas promete puni-la e eliminá-la. O candidato promete prender corruptos, demitir preguiçosos e exterminar filisteus: promete, enfim, varrer a cidade de seus males, ser seu libertador, e, também, seu vingador. Ao referir-se à corrupção e demais males da cidade, Jânio assume uma postura visceral, onde a ameaça e a vingança são ingredientes constantes.

Frente às irregularidades, Suplicy assume a postura de seu sereno, mas também implacável, denunciador. Ao contrário de Jânio, Suplicy não promete exterminá-las, mas jamais ser conivente com elas e denunciá-las sempre. Ao assim proceder durante a campanha, o candidato do PT não se oferece ao eleitorado como solução para as irregularidades, mas como alternativa a elas. A estrofe do "jingle" de campanha do candidato revela com nitidez essa perspectiva: "Experimente

160. Discurso feito no início de encerramento da campanha realizado na Praça da Sé, centro de São Paulo. (JT, 13-11-85).

Suplicy: é diferente de tudo que tá aí." Suplicy seria diferente dos demais candidatos porque sua campanha teria sido financiada exclusivamente pelos simpatizantes, e não pelos empresários. Suplicy e seu partido tampouco teriam caído em tentações, apesar das ofertas que lhes teriam sido feitas. Enfim, nas atitudes do PT e de seu candidato, tudo seria regular. Por isso seriam exemplares.

No discurso de Jânio Quadros, as prometidas ações punitivas teriam um objetivo depurativo e restaurador. A Prefeitura seria depurada dos "funcionários preguiçosos" e da corrupção acumulada nos anos de administração peemedebista. Enfim, a cidade seria limpa, varrida de seus males, e a normalidade e moralidade pública restauradas.

No discurso de Eduardo Suplicy, a exemplaridade do PT viria representar um ruptura com tudo o que até então se conhecia em política. A situação em que se encontravam a administração do Estado e da Cidade de São Paulo no ano de 1985, que Jânio Quadros reputava anormal, para Suplicy, seria o estado constante da política brasileira. Não haveria, pois, nada a ser restaurado, mas a ser inovado. O exemplo do PT representaria essa inovação. No discurso de Eduardo Suplicy, a inovação dar-se-ia através de uma ruptura. Ruptura com práticas políticas viciadas que estariam sendo reproduzidas pelos governos do PMDB. Por isso, o PT seria a única alternativa.

Aos ataques de Jânio, seguidos de suas ameaças, e às investidas de Suplicy, acompanhadas por seu exemplo, Fernando Henrique responde da seguinte forma:

"Ninguém prova que estamos usando a máquina (administrativa). Qual o panfleto meu, ou do PMDB, que foi feito pelo Governo? Qual a chapa branca que anda comigo pelas ruas? "Ele (Jânio Quadros) esqueceu da Imprensa Oficial? Esqueceu do abuso que houve com a impressão de material para a campanha de Reynaldo de Barros?"<sup>(161)</sup>

"Quem souber de alguma coisa concreta, que diga e comprove."<sup>(162)</sup>

"Estou tranquilo, vou ganhar a eleição. Vou ganhar bem e não tenho pressa nem estou insistindo para que o PT desista de sua candidatura. Nunca pedi isso ao PT.

"O que peço ao PT são outras coisas:

"que ele seja um partido que colabore para a consolidação da democracia;

"que ele não ponha as idéias sectárias de partido acima dos interesses da população;

"que ele faça críticas com base, mas não as que não tem base.

"Que não faça coro ao Jânio, ao difundir idéias ou versões que não correspondem à realidade.

"Não é correto um partido sério distorcer a realidade como uma técnica de propaganda. "Eu não faço isso.

"Um homem como o Eduardo, que pensa que tem o monopólio da virtude, deveria cuidar mais das palavras, antes de dizer inverdades."<sup>(163)</sup>

Nos enunciados acima, observa-se que Fernando Henrique, ao negar peremptoriamente a veracidade das acusações que são feitas contra seu partido e contra o Governo, transmite mensagens diferentes, de acordo com o adversário.

161. FT, 07-09-85.

162. ESP, 22-10-85.

163. FSP, 27-10-85.

Ao responder às acusações vindas de Jânio Quadros, o revide é a tática utilizada. Para Fernando Henrique, essas acusações não só seriam falsas como também viriam de uma pessoa de idoneidade moral questionável. Jânio Quadros estaria recebendo o apoio de pessoas que, no passado recente, teriam se envolvido em casos notórios de corrupção, como o muitas vezes referido escândalo da Cobal e o acima mencionado caso da Imprensa Oficial do Estado, quando, na campanha eleitoral de 1982, aquela foi utilizada para imprimir panfletos do candidato a Governador pelo PDS. A resposta de Fernando Henrique a Jânio Quadros resume-se, portanto, à devolução da acusação.

Bem outra é a resposta do candidato, quando as mesmas acusações partem do candidato do PT. Neste caso, o revide puro e simples mostra-se impossível, pois o PT não possuía experiência administrativa que lhe pudesse incriminar, nem tampouco recebia o apoio de qualquer grupo que pudesse macular sua candidatura com irregularidades cometidas no passado. Além disso, durante toda sua campanha, a estratégia de Fernando Henrique foi poupar o PT de ataques violentos, uma vez que pretendia obter seu apoio - se não explícito, ao menos tácito - para garantir sua vitória sobre Jânio. Diante disso, a tática utilizada por Fernando Henrique foi desqualificar as investidas de Suplicy sob a alegação de que seus argumentos não seriam petistas, mas janistas. Segundo o candidato do PMDB, fazer acusações sem fundamento seria característica de Jânio Quadros, e não do PT, que seria um partido sério e interessado na democracia.

Assim, ao responder às acusações de corrupção e irregularidades, Fernando Henrique Cardoso procura desconsiderar inteiramente seu fundamento<sup>(164)</sup>, deslocando o foco das atenções para o candidato que acusa. Paralelamente a isso, o candidato do PMDB trata de situar seus adversários frente ao seu próprio apelo: a defesa da democracia. Observe-se como Fernando Henrique reafirma seu apelo ao apreciar a candidatura de seus adversários:

"Os dois partidos ( PMDB e PT) estão na mesma trincheira; lutaram juntos para que o Brasil saísse da ditadura e não se irão separar no momento em que é necessária a confirmação do caminho democrático.

"Respeito as definições adotadas pelo PT em termos de participação eleitoral. O PT quer afirmar-se como partido, mas tenho certeza de que os simpatizantes e a direção desse partido são, também, sensíveis à análise política. E a análise política indica que, neste momento, há uma conspiração direitista em São Paulo, capitaneada pelo Ministro Delfim Netto e pelo antigo Governador Paulo Maluf. Estão usando o candidato Jânio Quadros daquele jeito que ele se fantasiou no Bairro da Liberdade: como um títere."<sup>(165)</sup>

Segundo o discurso de Fernando Henrique, o PT e seu candidato estariam, incontestavelmente, do lado das forças democráticas. Portanto, nada de grave haveria em desabono à sua candidatura. Suas pretensões seriam, inclusive, justas, não fosse o risco da vitória de Jânio Quadros. Este, em si mesmo, não

164. Quando a imprensa publicou foto de carro oficial da Prefeitura transportando material da campanha de Fernando Henrique, e não mais foi possível negar o uso irregular da máquina administrativa, o candidato do PMDB tentou diminuir a importância do fato, comparando-o com as irregularidades cometidas nas campanhas de alguns de seus adversários: "O Administrador (Regional) de Vila Prudente foi demitido por usar carro oficial para transportar panfletos. Agora, comparem com as campanhas que foram feitas por Reynaldo de Barros e Maluf. Há muita gente podre, eu não sou podre." (JT, 26-10-85.). "Nunca houve isso no Brasil! Nunca um homem foi demitido porque usou um carro para pegar folhetos." (FSP, 26-10-85.).

165. JT, 27-09-85.

passaria de um títere manipulado pelas forças anti-democráticas, donde o risco de sua vitória.

Note-se que a figura de Jânio Quadros aparece, no discurso de Fernando Henrique, diminuída em sua importância, e que outras personalidades não diretamente envolvidas na campanha do candidato petebista, como o ex-Ministro Delfim Netto e o ex-Governador Paulo Maluf, destacadas. Essa inversão na ordem de importância, resulta do contraste que o candidato do PMDB queria estabelecer entre as forças políticas envolvidas no pleito: democratas, de um lado; anti-democratas, de outro.

Para estabelecer esse contraste, era necessário que se pusesse a figura do candidato do PTB em segundo plano, pois a biografia política de Jânio não era nem mais nem menos maculada do que a de muitos peemedebistas. Jânio trilhara sua carreira política sempre calcado no voto popular. Apesar de ter apoiado inicialmente o golpe militar de 1964, fora punido pelo governo dos generais com a cassação de seus direitos políticos. Contra Jânio, portanto, pouca coisa haveria: apenas o apoio que dera ao movimento militar que pôs fim ao Governo constitucional de João Goulart, e os elogios que fizera ao General Geisel enquanto Presidente.

Do lado do PMDB, havia, também, os que tinham colaborado com o Regime Militar em diversos momentos e que, posteriormente, por motivos diversos, aderiram à oposição. Entre estes, figurava

o então Senador paulista Severo Gomes, que fora Ministro de Estado no Governo Geisel.

Assim, para caracterizar a candidatura de Jânio Quadros como um risco à democracia e afirmar seu apelo, era necessário que Fernando Henrique destacasse mais os apoios que Jânio recebia do que o candidato mesmo.

Como já foi ressaltado no segundo capítulo, o apelo de Fernando Henrique na defesa da democracia, em si mesmo, era um apelo forte. Tão forte e incontestável, naquele momento, que nenhuma força política ousava questionar publicamente a excelência da forma democrática de governo. Este consenso em torno da democracia fez com que os adversários de Fernando Henrique dessem, de alguma forma, uma resposta ao apelo do candidato. Examine-se, pois, como Jânio Quadros e Eduardo Suplicy contestam o apelo de Fernando Henrique Cardoso na defesa da transição para a democracia.

#### A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NOS DISCURSOS DE JÂNIO QUADROS E EDUARDO SUP LICY

Na análise do discurso de Fernando Henrique Cardoso, no capítulo anterior, mostrou-se que a questão da democracia nele ocupa lugar central. Neste item, tratar-se-á de analisar as respostas que os adversários do candidato do PMDB ofereceram aos



apelos de Fernando Henrique pela democracia. Embora a questão da democracia não fosse importante no discurso de todos os candidatos, o fato de ser o carro-chefe da campanha de um dos principais concorrentes obrigou os demais a se pronunciarem sobre ela. Por possuir importância distinta nos diferentes discursos, a questão da democracia receberá conteúdos e tratamento diferenciados de cada candidato.

Para Jânio Quadros, a democracia era um questão secundária. Apenas em poucos momentos de sua campanha, o candidato do PTB faz referências a ela, quase sempre no intuito de investir contra seu principal adversário. Jânio Quadros não participou da luta pela redemocratização do país nem pôs-se contra ela, mantendo-se ao largo do processo. Talvez por isso, as referências à democracia no seu discurso sejam tão escassas e esparsas. Contudo, isso não impede que de sua análise se possa apreender o conteúdo específico que o candidato do PTB a ela atribui na tentativa de desarticular o discurso de Fernando Henrique.

No discurso de Eduardo Suplicy, a questão da democracia ocupa lugar importante, embora não seja central. Suplicy, assim como seu partido, teve participação ativa na luta contra a ditadura. Por isso, é compreensível que o tema ocupe certo espaço em seu discurso na tentativa de contestar os apelos de Fernando Henrique de dentro da "trincheira" democrática.

Examine-se, inicialmente, como a questão da democracia aparece conotada no discurso de Jânio Quadros, e como o candidato procura desmontar o discurso de Fernando Henrique que, durante toda campanha, insiste em contrapô-lo à democracia.

Em entrevista concedida à imprensa logo após o lançamento oficial de sua candidatura para a Prefeitura de São Paulo em fevereiro de 1985, Jânio Quadros, ao fazer considerações sobre a conjuntura política nacional, tangencia a questão da democracia dando a seguinte resposta a uma pergunta sobre a futura Constituinte:

"Essa é a minha grande tentação (candidatar-se a membro da Assembléia Nacional Constituinte), porque este país, sem uma carta atual que incorpore realmente os sentimentos do povo, não se tornará uma democracia efetiva."<sup>(166)</sup>

Neste enunciado, a democracia aparece conotada positivamente, assim como nos discursos dos seus adversários. Em 1985, a democracia era um valor compartilhado por todos. Ninguém, de público, ousaria contestar sua excelência: tampouco Jânio o faria. O que Jânio faz é conotar democracia com os conteúdos do seu próprio discurso e adjetivá-la de efetiva.

A democracia efetiva seria aquela que possuísse uma constituição representativa dos sentimentos do povo. Como foi demonstrado na análise do discurso do candidato do PTB no capítulo anterior, Jânio apresenta-se ao eleitorado como fiel

166. JT, 28-02-85.

representante desses sentimentos<sup>(167)</sup>. Por isso, como deputado constituinte imbuído dos anseios do povo, Jânio trabalharia para que a futura constituição do país trouxesse a marca dos sentimentos populares - única forma de fazer do Brasil uma democracia efetiva. Observe-se aqui que, para Jânio Quadros, o que caracteriza uma democracia efetiva são elementos de ordem subjetiva: a inscrição dos sentimentos populares na constituição.

No mês de setembro, já em plena campanha, Jânio oferece ao público uma outra concepção de democracia, com outros conteúdos e com o claro objetivo de atacar seu adversário do PMDB. Desta vez, Jânio não se refere apenas à democracia, como no enunciado anteriormente analisado, mas a define nos seguintes termos:

"(Democracia é) O governo da autoridade. é o governo no qual a decisão tomada é implantada em todos os níveis e ninguém discute.  
"A decisão errada pode ser reparada, mas a falta de decisão nunca será reparada. O que caracteriza o nosso governo (Governo Montoro) é a falta de decisão; é como se não existisse." <sup>(168)</sup>

Nessa definição de democracia, nenhuma referência é feita a relações povo-governo ou Estado-Sociedade. Democracia seria, simplesmente, o governo em que a decisão governamental se transformaria em ação administrativa. Democracia diria respeito a uma relação intra-governamental, onde o titular do governo manteria controle quase total sobre os diversos escalões administrativos a ele subordinados (onde "ninguém discute").

167. Ver o enunciado transcrito na página 68.

168. Jânio Quadros. ESP, 01-09-05.

Se no primeiro enunciado analisado, Jânio confere à democracia um conteúdo específico que a aproxima da sua candidatura, no segundo, os conteúdos a ela atribuídos a distanciam do seu adversário Fernando Henrique. Este representaria um partido, que no governo, estaria tendo um desempenho oposto ao definido como democrático. Segundo Jânio, as marcas do Governo Montoro seriam a falta de autoridade e a indecisão. Conseqüentemente, o Governo Montoro seria a antítese de um governo democrático. Definindo democracia dessa forma, Jânio, ao mesmo tempo que a valoriza positivamente, a contrapõe à candidatura do PMDB.

No primeiro programa de propaganda eleitoral pela televisão, Jânio volta a reafirmar seu apego à democracia, atacando indiretamente o Governo Montoro - sem, contudo, contrapô-lo à democracia - e salientando nela os elementos subjetivos presentes no primeiro enunciado analisado. Jânio apresenta sua candidatura à Prefeitura de São Paulo com o seguinte propósito:

"Eu quero provar a juventude que um governo democrático pode ser honrado, eficiente e, sobretudo, um governo ligado ao povo e aos interesses do povo."<sup>(149)</sup>

No ataque indireto que neste enunciado Jânio faz ao Governo Montoro, este não mais aparece contraposto à democracia de forma antitética como no enunciado anterior. Aqui, Jânio afirma que um

149. Propaganda eleitoral gratuita pela televisão, 14-09-85, 13h.

governo democrático pode ser honrado e eficiente, mas não necessariamente o é. Essa mudança na conotação de democracia deriva do fato do termo não possuir importância no discurso do candidato. Para Jânio, a definição exata de democracia é secundária. O que realmente lhe importa, é aproveitar as oportunidades, que nos diversos momentos da campanha lhe surgem, de contrapor o termo à candidatura do PMDB, e de aproximá-lo à sua.

Com o mesmo intuito de atacar o PMDB, o termo democracia aparece no discurso de Jânio Quadros em outro contexto e ainda com outra adjetivação. Observe-se, no enunciado a seguir, as relações que Jânio estabelece entre democracia e os comunistas:

"...um deles (o adversário Fernando Henrique Cardoso) ainda tem o apoio do Partido Comunista do Brasil, do partido que quer instalar entre nós uma ditadura, a ditadura do proletariado, que é uma mentira, porque o proletariado é que sofre a ditadura. "O que os marxistas-leninistas pregam é a escravidão. Eles se valem da democracia, ou desta falsa democracia em que vivemos, para querer implantar o autoritarismo do Estado - o socialismo - que não permite a ninguém cuidar da própria vida, porque o Estado impõe um estilo de vida a cada um, um profissão a cada um e obrigação a cada um, goste ou não goste o cidadão." (176)

Neste enunciado, em que o candidato do PMDB é atacado pelo apoio que recebe dos comunistas, a democracia vivida aparece qualificada como falsa. Os porquês dessa qualificação, entretanto, não aparecem indicados no enunciado, o que

impossibilita qualquer afirmação peremptória a esse respeito. Contudo é possível supor que a democracia vigente seja denegrida porque na sua defesa coloca-se Fernando Henrique e dela se beneficiam os comunistas, que "querem implantar o autoritarismo de Estado". Seja qual for a razão, claro está que Jânio resguarda a democracia verdadeira de suas críticas, qualificando de falsa aquela associada a seus adversários.

No discurso de Jânio Quadros, o conteúdo conferido à democracia depende da sua adequação à oportunidade. Hora a democracia efetiva é aquela onde os sentimentos do povo se encontram representados, hora é o governo da autoridade contraposto ao da indecisão. Em outros momentos a democracia existente é falsa, e em outros ainda é uma forma de governo que pode, ou não, ser "honrada e eficiente". Em todos os casos, porém, a democracia de Jânio aparece direta ou indiretamente contraposta a de Fernando Henrique.

A democracia de Jânio se distinguiria da de Fernando Henrique em seus componentes objetivos e subjetivos. A democracia de Jânio seria a do governo da autoridade; a de Fernando Henrique seria a de um governo sem autoridade. O governo democrático de Jânio seria honrado e eficiente; o do PMDB, de Fernando Henrique, seria corrupto e ineficiente. A democracia de Jânio seria efetiva, porque ligada ao povo e aos seus interesses; a de Fernando Henrique seria falsa, distante do povo e próxima dos

comunistas. A democracia de um e de outro seria em tudo distintas.

Bem outra posição ocupa a democracia no discurso de Eduardo Suplicy. Para o candidato do PT, a democracia seria importantíssima, tanto que manifesta seu desejo e empenho em aperfeiçoá-la. Por isso, em seu discurso, a questão da democracia não aparece apenas como resposta às investidas de Fernando Henrique, mas como proposta e como ataques a Jânio Quadros. Segundo Suplicy, a democracia seria composta por dois elementos: um comportamental, e outro legal, sendo este último o decisivo. O elemento comportamental aparece quando Suplicy investe contra seu adversário Jânio Quadros, e o legal quando defende a superioridade de suas propostas, desarticulando o discurso de Fernando Henrique.

No discurso do candidato do PT, o comportamento do adversário Jânio Quadros indicaria que sua candidatura seria infensa à democracia. Neste ponto, as acusações de Suplicy ao candidato do PTB faziam coro às de Fernando Henrique. Para o petista, assim como para o candidato do PMDB, Jânio Quadros representaria o risco do retrocesso político no país e o comprometimento da democracia. Atente-se para a as oposições que Eduardo Suplicy estabelece entre Jânio Quadros e democracia:

"Ao dizer que não quer um debate entre os candidatos, (Jânio) está tomando uma atitude anti-democrática."

"(Jânio) está se tornando a última esperança dos que apoiavam o regime militar e que são contra qualquer transformação do país."

"Ele procura eximir-se das responsabilidades de fatos que são consequência da sua ação. Ele é um enxadrista no tabuleiro da política brasileira que tem se dado bem enquanto as regras não são suficientemente democráticas, e luta para não torná-las democráticas."<sup>(171)</sup>

"(Jânio) significa a última esperança do regime autoritário da ditadura militar, já que recebe o apoio do ex-Ministro Delfim Netto e de Paulo Maluf."<sup>(172)</sup>

"O PT procurará mostrar o que o Jânio Quadros representa em termos de autoritarismo. A sua atitude recusando-se a falar com a imprensa mostra o que se poderia esperar se ele chegasse ao poder."<sup>(173)</sup>

Em primeiro lugar, a candidatura de Jânio Quadros representaria um perigo para a democracia porque sua conduta apresentaria traços autoritários. Um político democrata não se negaria a debater em público com seus adversários, nem tampouco se recusaria a dar declarações à imprensa. Em segundo lugar, os apoios oferecidos à candidatura de Jânio também seriam desabonadores. Políticos ligados ao regime militar, como o ex-Ministro do Planejamento do último governo militar e o ex-Governador de São Paulo e candidato derrotado à Presidência da República no Colégio Eleitoral, estariam por trás de sua candidatura. Em terceiro lugar, Jânio seria um político que, em sua trajetória, teria se beneficiado em períodos pouco democráticos e que, por isso, lutaria contra a democratização do país.

171. FT, 10-07-85.

172. FSP, 27-09-85.

173. FSP, 26-10-85.



Se os rompantes ditatoriais do comportamento de Jânio Quadros e o apoio recebido de políticos ligados aos governos da ditadura eram inegáveis, o argumento de que o candidato teria se beneficiado à sombra do regime militar - como foi mostrado no item anterior - não encontra respaldo na biografia do candidato. Esse flagrante exagero cometido por Suplicy, talvez possa ser atribuído à intenção do candidato de estabelecer um contraste entre as forças em disputa. Assim como Suplicy se esforça em estabelecer um contraste entre sua candidatura e a de seus adversários, definindo-os como "dois braços de um mesmo corpo" - extremo exagero retórico - o candidato do PT também força a demarcação do então chamado campo democrático ao comprometer Jânio, de forma falaciosas, com a ditadura militar.

No discurso de Suplicy, a criação de instrumentos legais para o aperfeiçoamento da democracia são apresentados como questão de princípio, e não de oportunidade. Para o candidato do PT, certos procedimentos legais seriam fundamentais para a democracia, como a eleição em dois turnos e a participação de representantes da comunidade nas tomadas de decisão do governo.

Durante toda campanha, Suplicy mostrou-se ferrenho defensor da alteração da legislação eleitoral que previa a eleição dos prefeitos em um turno único por maioria simples. Para o candidato do PT esse sistema deveria ser substituído, imediatamente, pelo de eleição em dois turnos. Um projeto nesse sentido tramitava no

Congresso Nacional, e em torno de sua aprovação, Suplicy fechava questão:

"Venho defendendo o sistema de eleições em dois escrutínios desde quando era Deputado Estadual por estar convencido de que se trata da maneira mais democrática de escolha dos governantes.

"Não sou a favor de a esquerda ganhar o governo por qualquer método, mas sim pela forma mais democrática, desde que apresente um programa que faça sentido para a maioria da população." (174)

"Aqui na Cidade (de São Paulo), e também no Estado, o PT se sente suficientemente forte para apresentar seu candidato. Se a eleição fosse em dois escrutínios, acho que uma coligação poderia se dar - caso não obtivéssemos 50% dos votos no primeiro escrutínio - com o partido que tiver maior afinidade conosco. Vemos tanto no PMDB quanto no PDT áreas afins ao PT, mas tanto num quanto noutro há áreas que não tem tanta afinidade com o PT. O PT está aberto às conversas com os outros partidos." (175)

Para Suplicy, a eleição em dois escrutínios seria mais democrática que em um turno só. Esta seria a razão fundamental de sua defesa. O PT não estaria preocupado apenas em eleger um governante de esquerda, mas em elegê-lo da forma mais democrática possível. Para o PT, o processo de escolha predominaria sobre seu resultado. Por isso, Suplicy condiciona a discussão de seu eventual apoio à candidatura de Fernando Henrique à realização de eleições em dois turnos.

174. FSP, 10-06-85.

175. ESP, 26-06-85.

Ao colocar a questão dessa forma, Suplicy oferece ao apelo de Fernando Henrique pela democracia uma resposta radical: regras mais democráticas para defender a democracia. Com essa resposta, Suplicy invalidava, de ante-mão, a posterior formalização do apelo de Fernando Henrique pelo voto útil<sup>(176)</sup>, já esboçado desde o início de sua campanha<sup>(177)</sup>. Segundo o candidato do PT, essas regras mais democráticas não seriam um sonho e dependeriam da ação dos democratas no Congresso Nacional. Para Suplicy, Fernando Henrique teria enorme responsabilidade na aprovação dos dois turnos. Como democrata e como Líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique deveria mobilizar os deputados da Aliança Democrática para votarem a favor da eleição em dois escrutínios. Da sua ação dependeria o resultado.

O Projeto de Lei que instituíra eleições em dois turnos acabou sendo rejeito na Câmara. A partir deste fato, Suplicy fechou-se a qualquer possibilidade de acordo com Fernando Henrique, passando a responsabilizar o PMDB por aquela derrota. Afinal, a forma mais democrática de eleição não teria sido instituída por negligência de Fernando Henrique<sup>(178)</sup>. Não haveria, portanto, porquê seduzir-se por seu apelo na defesa da

176. A expressão voto útil foi cunhada pelo PMDB na campanha eleitoral de 1982. Voto útil seria aquele voto dado ao candidato de oposição que tivesse maiores chances de derrotar o candidato do governo.

177. No discurso de Lançamento de sua campanha, Fernando Henrique acena com o apelo do voto útil com as seguintes palavras: "Não pedimos aos militantes do PT e do PDT - assim como aos do PSB - que deixem ao desamparo a candidatura de seus partidos. Mas apelamos à sensibilidade política das direções partidárias e à intuição de sobrevivência democrática de seus eleitores para que - em caso de perigo - não permitam que a desunião das forças progressistas enseje o retorno dos fantasmas de ontem e de antontem." (FSP, 21-07-85)

178. Suplicy culpa Fernando Henrique pela não aprovação das eleições em dois turnos nos seguintes termos: "Ele (Fernando Henrique) continua sendo o Líder do Governo no Congresso, e deveria mobilizar os parlamentares da Aliança Democrática, em lugar de viajar para Brasília apenas para posar em fotografias ao lado do Presidente Sarney." (FSP, 12-09-85).

democracia. Utilizando-se desse argumento, Suplicy desarticulava o apelo de Fernando Henrique, que no final da campanha, chegou a reconhecer publicamente sua procedência<sup>(179)</sup>.

No discurso do candidato do PT, Além da eleição em dois turnos, a participação popular seria um outro ingrediente da democracia. Ao contrário de Fernando Henrique, para quem participação significaria interlocução com o Governo, para Suplicy participar seria tomar parte nas decisões do Governo.

"Os anseios de maior participação popular, descentralização e democratização das decisões poderão ser em grande parte atendidos com a eleição direta dos administradores regionais e de um conselho de representantes do povo em cada Região Administrativa do Município de São Paulo. Esses não serão remunerados, reunir-se-ão tantas vezes quantas julgarem necessário e auxiliarão os administradores regionais, a Câmara de Vereadores e a própria Prefeitura a definirem as prioridades do que fazer com os recursos públicos."<sup>(180)</sup>

"Nossa proposta para São Paulo é a eleição direta dos administradores regionais e de um Conselho Popular em cada área. Na administração aberta que proponho para São Paulo, os vereadores e representantes nos Conselhos Populares serão convidados a participar na elaboração do orçamento municipal, que não será feito apenas em gabinete e enviado à Câmara, sem possibilidade de alteração, como ocorre hoje."<sup>(181)</sup>

179. Nas vésperas da eleição, em tom de desabafo, Fernando Henrique afirma reconhecer "até a crítica de que PMDB não se esforçou demais para aprovar os dois turnos." E acrescenta: "Mas não adianta dizer que a culpa é só PMDB. Não tem sentido centrar a campanha do PT contra mim." (ESP, 14-11-85)

180. FSP, 05-09-85

181. FSP, 06-10-85.

"Todos querem uma administração democrática, aqui em São Paulo - para valer - onde a participação popular é o principal objetivo."<sup>(182)</sup>

A idéia de uma administração participativa não era uma inovação do candidato do PT. Antes dele, a questão da vinculação entre participação popular e democracia já havia aparecido em outros discursos. Algumas experiências nesse sentido em administrações municipais, como as de Lages (SC) e Piracicaba (SP) a partir do final dos anos 70, suscitaram debate em torno da questão, que em 1982, reapareceu no programa de Franco Montoro para o Governo do Estado sob o lema "Descentralização e Participação"<sup>(183)</sup>.

Ao colocar a questão da participação em seu programa, Suplicy se apropria de uma bandeira que fora do MDB e PMDB e que, naquele momento, era um dos pontos vulneráveis do Governo Montoro, que encontrava dificuldades em implementá-la. Para o candidato do PT, a questão da descentralização e da participação poderia ser resolvida, no caso da Prefeitura de São Paulo, através da eleição direta dos administradores regionais e da criação de conselhos populares. Essa alternativa oferecida pelo candidato petista era rejeitada pelo candidato do PMDB da seguinte forma:

182. JT, 19-11-85.

183. SOUZA (1985) analisa as dificuldades e limites das estratégias participativas de administração considerando seus pressupostos ideológicos. Em HERRMANN NETO (1984) encontra-se reunida uma série de artigos que discutem a relação entre democracia e participação popular.

"Acho que a Prefeitura é um órgão muito centralizado, com estrutura administrativa deficiente, porque tudo se despeja, realmente, no Ibirapuera, em cima do gabinete do Prefeito, que estoura de demandas.

"Então, sou favorável à descentralização. Não sou favorável à eleição dos administradores regionais, que é uma proposta que anda por aí, e não tem base na realidade.

"Acho que o Prefeito é eleito pelo voto para cumprir um programa, e ele é responsável perante a sociedade - por ter recebido esse voto - pelo cumprimento daquele programa. Então, ele tem que assumir a responsabilidade de designar os seus administradores regionais e seu secretariado.

"Eu concordo com a criação de conselhos locais nos quais as Sociedades Amigos de Bairro - as lideranças políticas locais - estejam presentes; e até por representação - delegação; e que possam discutir as prioridades. Mas a responsabilidade da execução administrativa, eu assumo por intermédio de quem eu designe para essas funções."<sup>(194)</sup>

No discurso de Fernando Henrique Cardoso, a questão da descentralização aparece desvinculada de princípios e associada a conveniências. Valeria a pena descentralizar a administração da Prefeitura, não porque fosse mais democrático, mas porque seria mais eficiente. O candidato do PMDB, a rigor, não aceitaria descentralizar o poder da Prefeitura, mas apenas desconcentrá-lo. O candidato do PT, ao contrário, propõe efetiva descentralização do poder. Com a eleição dos administradores regionais, a autoridade do Prefeito ver-se-ia diminuída na mesma medida que a dos administradores regionais seria aumentada. As administrações regionais transformar-se-iam em efetivos centros de poder fundados democraticamente (isto é, advindos do voto popular),

substituindo as antigas esferas de poder delegado da autoridade do Prefeito.

Apesar da proposta de Suplicy se constituir em uma inovação ao prever a instituição de novas esferas de poder, a conotação de democracia nela imbutida, não apresentava ao eleitor nenhum traço novo. No discurso do candidato do PT, a palavra democracia possui a mesma conotação que possuía durante a luta contra a ditadura: Democracia significaria eleições diretas em todos os níveis. Eleição em dois turnos para a escolha do Prefeito; eleição para a escolha dos administradores regionais; e eleição para a formação dos conselhos regionais.

Ao contrário de Fernando Henrique, que agrega à democracia um conteúdo social, como foi mostrado no capítulo II, para Suplicy a democracia teria apenas conteúdo comportamental e legal, isto é, político-representativo. Em seu discurso, Suplicy radicaliza essa concepção ao estendê-la a esferas de poder delegado. Nessa medida, sua concepção nada tem de inovadora, mas é, apenas, radical. Suplicy desarticula o apelo de Fernando Henrique na defesa da democracia oferecendo ao eleitorado uma definição simples. O PT teria sempre se esforçado por aperfeiçoá-la. O PMDB de Fernando Henrique não.

## A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA E DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS DISCURSOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E EDUARDO SUPLICY

O problema da violência e da segurança pública na Cidade de São Paulo não poderia deixar de aparecer nos discursos dos adversários do candidato do PTB. Além de ser um tema muito debatido e se constituir na principal preocupação da população da cidade, a questão ocupou lugar central no discurso de Jânio Quadros. Ao contestarem o discurso de Jânio sobre a segurança e violência, Fernando Henrique e Suplicy utilizaram-se de estratégias semelhantes. Ambos apontam em Jânio um estímulo a violência em São Paulo, e ambos, também, apresentaram propostas alternativas para equacionar o problema da segurança na cidade. Neste ítem, examina-se o tratamento dado a questão da violência e segurança pelos adversários de Jânio Quadros atentando para dois aspectos: as relações que cada candidato estabelece entre seu(s) adversário(s) e a violência; e as formas de combatê-la.

O episódio dos distúrbios do Bixiga, onde a Juventude Janista entrou em confronto físico com manifestantes que celebravam a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República 24 anos antes, prestou-se para que o tema da violência fosse abordado. Fernando Henrique aproveitou-se da oportunidade para qualificar o ocorrido da seguinte forma:

"São episódios muito negativos que lembram Paulo Maluf; lembram os episódios da Freguesia do Ó.



"A campanha de Jânio se assemelha cada vez mais à candidatura de Maluf à Presidência. Há um elemento de violência indisfarçado."<sup>(185)</sup>

Associar a candidatura de Jânio ao ex-Governador Paulo Maluf foi um recurso insistentemente utilizado por Fernando Henrique<sup>(186)</sup>. No caso dos distúrbios do Bixiga, Fernando Henrique aproveitou-se para lembrar o ocorrido durante o Governo Maluf, quando uma manifestação contra o Governador, no Bairro da Freguesia do Ó, foi brutalmente reprimida por grupos paramilitares. Com a associação entre os dois eventos, Fernando Henrique procura descaracterizar os apelos de Jânio pela segurança comparando seus métodos com os do então mal-afamado Paulo Maluf.

Como foi mostrado no capítulo anterior, Jânio não hesitou em justificar os atos de seus correligionários, o que contribuiu para aumentar a polêmica. Observe-se, no enunciado a seguir, que Jânio utiliza-se da mesma estratégia de Fernando Henrique para tratar do tema: atacar o adversário pelo aliado mais vulnerável.

"(A reação da Juventude Janista) foi um basta a essa presença de comunistas em nossa vida pública."<sup>(187)</sup>

Da mesma maneira que Fernando Henrique trata de relacionar o episódio do Bixiga com Maluf, Jânio justifica o ocorrido como uma punição aos comunistas. Ao atacar ou ao defender o incidente, acusador e defensor recorrem a atores que, na realidade, não

185. FT, 26-08-85.

186. Ver no Anexo II Fernando Henrique Cardoso, "Apelo de Maluf a Jânio".

187. FT, 27-08-85.

tiveram nenhum envolvimento no ocorrido. Nesta polêmica, mais do que discutir a violência em si, interessava aos contendores atingir a imagem do adversário investindo contra seus aliados.

As acusações aos comunistas, feitas por Jânio, e às comparações com Maluf, feitas por Fernando Henrique, são dadas as seguintes respostas:

(Fernando Henrique Cardoso)

"Os foliões da Bela Vista não tem foice nem martelo. Eles só tem humor e a direita não concorda com humor.

"(Jânio) está batendo em uma tecla bastante velha, e também não está dizendo a verdade. Não vejo sinceridade em quem zigzagueou a vida inteira entre a esquerda e a direita.

"É uma repetição da mesma técnica usada por Maluf na Freguesia do Ó, e que também vai fracassar."<sup>(188)</sup>

(Jânio Quadros)

"A violência não precisa ser física. A palavra pode ser mais violenta. Se a ação for violenta, a reação é violenta, pois não há polícia."

"Na Freguesia do Ó, foi o Governo que cometeu a violência. Aqui foi a oposição que sofreu a violência. Violência moral."<sup>(189)</sup>

Eduardo Suplicy também se manifesta sobre o ocorrido, embora com menos entusiasmo que o candidato do PMDB. Este, por ser candidato do partido do Governo, era diretamente afetado pelas acusações de Jânio, que reponsabilizavam Montoro pelo grau de violência na cidade. Portanto, é compreensível que Fernando Henrique tentasse tirar do episódio todo proveito possível. Suplicy, ao contrário, era imune a esse tipo de ataque, pois nada

188. FT, 27-08-85.

189. FT, 29-08-85.

tinha a ver com o Governo do Estado. Talvez por isso, tenha restringido-se a repreender o ex-Presidente por "insuflar maior violência por parte de seus correligionários, levando-os a se comportarem de maneira semelhante às Juventudes fascistas e nazistas"<sup>(190)</sup>. Neste curta repreensão, Suplicy introduz na discussão uma nova comparação (com o nazi-fascismo) da qual Fernando Henrique também irá servir-se.

"Isto lembra a cervejaria da Baviera, onde Hitler discursava e justificava a violência em nome de uma ofensa moral.

"Eu acho que esse posicionamento de Jânio não é um risco para a campanha eleitoral, é um risco para a democracia no Brasil.

"Nós levamos vinte anos para nos livrar do autoritarismo, e não podemos em dois meses permitir que os impulsos ditatoriais de uma pessoa se transformem em justificativa para a violência. Especialmente porque São Paulo precisa é de segurança. E segurança implica em líderes equilibrados e democratas.

"Jânio, infelizmente, está usando os mesmos métodos de Maluf.

"Isto é um fator adicional de insegurança para São Paulo, que tem que ficar alerta para impedir esse novo ciclo de insegurança, que é preocupante."<sup>(191)</sup>

Fernando Henrique aproveita o episódio para reafirmar o mote de sua campanha: a defesa da democracia. No enunciado transcrito, Fernando Henrique compara a relação de Jânio com a Juventude Janista com a de Hitler e a Juventude nazista. Imediatamente, o candidato do PMDB depreende dessa semelhança um risco para a democracia no Brasil, da mesma forma que Hitler acabou com a democracia da República de Weimar. Em seguida,

190. FSP, 30-08-85.

191. FT, 30-08-85.

relaciona a violência pregada por Jânio à insegurança na cidade, concluindo que, com Jânio, a insegurança aumentaria.

Essa relação que Fernando Henrique estabelece entre violência e segurança pública é completamente oposta à que Jânio estabelece entre os mesmos elementos em seu discurso. Como foi mostrado no capítulo anterior, para Jânio, o uso da violência seria complementar à segurança pública, e não oposto a ela. Fernando Henrique inverte a equação de Jânio através de um silogismo impecável, mas de eficácia eleitoral duvidosa. Num momento em que havia uma orquestração dramatizando o problema da segurança pública e clamando por uma ação mais enérgica do Estado contra os bandidos<sup>(192)</sup>, isto é, manipulando os sentimentos da população, Fernando Henrique, isoladamente, recorre a argumentos iluminados pela razão, que nem sempre são facilmente compreendidos pelas massas.

Se, por um lado, Fernando Henrique se mostra contrário ao uso da violência, por outro evita manifestar-se sobre aquilo que era o verdadeiro alvo dos ataques de Jânio *et cetera* quando abordavam o problema da violência e segurança pública: a política de direitos humanos de Montoro. Defendê-la publicamente naquele momento, poderia lhe trazer prejuízos eleitorais. Para Suplicy, que não era atingido por aqueles ataques, tratar da questão não parecia tão problemático. Sem fazer dos direitos humanos sua

192. Agradeço a Guita Debert a indicação da leitura do artigo de Teresa Caldeira, "Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'", que mostra como, em São Paulo, os problemas ligados à criminalidade vem servindo a diferentes discursos que pregam, entre outras coisas, o uso da força.

bandeira de luta, mas não deixando de marcar posição a seu respeito, o candidato do PT, no início de sua campanha, visitou uma delegacia da capital para se certificar, pessoalmente, da situação dos presos. Ao final da visita, Suplicy deu a seguinte declaração à imprensa:

"Quero que ele (Jânio Quadros) vá visitar algumas delegacias comigo para deixar de falar que os direitos humanos e a filosofia da libertação, do Padre Leonardo Boff, estão fazendo com que os presos tenham regalias."<sup>(193)</sup>

Mais de dois meses após essa declaração, já no meio da campanha e em meio a crise provocada pelo lançamento da Carta dos Delegados, Suplicy volta ao tema dizendo que:

"não é a falta de direitos humanos que torna a polícia menos eficiente"<sup>(194)</sup>. O respeito aos direitos humanos é obrigação de qualquer governo."<sup>(195)</sup>

Na medida em que o grande adversário de Jânio Quadros não era o candidato do PT, mas sim o do PMDB, o recado enviado por Suplicy a Jânio pela imprensa, e sua defesa pública dos direitos humanos, não suscitaram nenhuma reação. Ao candidato do PTB, não interessava atacar quem tirasse votos de Fernando Henrique, e esse era exatamente o caso da candidatura de Suplicy.

Se as declarações de Suplicy sobre os direitos humanos não suscitavam em Jânio senão silêncio, o silêncio de Fernando

193. FSP, 26-07-85.

194. O candidato certamente quis dizer: "não é a falta de direitos humanos que torna a polícia mais eficiente", e não "menos eficiente".

195. FSP, 04-10-85.

Henrique suscitava em Suplicy protestos. O candidato do PT não perdeu a oportunidade de denunciar a omissão de Fernando Henrique, quando este participou do programa radiofônico de Afanásio Jazadji, que diariamente investia contra os direitos humanos. Comparando-se ao candidato do PMDB quanto à defesa pública dos direitos humanos, Suplicy declarou:

"Ao contrário de Fernando Henrique, eu exprimirei pelos microfones meu desacordo pela maneira com que Afanásio incita à violência e enfoca a criminalidade sem uma argumentação social.

"Fernando Henrique Cardoso não deveria deixar em brancas nuvens sua passagem pelo programa. Afinal, foi ele, Fernando Henrique, que coordenou, em 1975, a pesquisa 'São Paulo: crescimento e pobreza', na qual a violência é apontada como fruto da desigualdade. Trata-se de um ponto de vista perfeitamente oposto ao defendido por Afanásio."<sup>(196)</sup>

Ao criticar Fernando Henrique, Suplicy reafirma para o público que é um homem de princípios e que não transige diante das conveniências. Fernando Henrique, ao contrário, por uma questão de oportunidade teria abandonado seus princípios. Ao tratar da questão da violência e da segurança pública, Eduardo Suplicy aproveita para marcar suas diferenças com os adversários. O PT não apoiaria o uso da violência, como Jânio Quadros, nem hesitaria em denunciá-la, como Fernando Henrique. Também neste questão a candidatura do PT seria diferente.

Além de eventos episódicos que catalizaram o debate sobre a violência, a questão da segurança pública foi abordada, durante a

campanha, como objeto de política de governo. A Proposta de Jânio para a área da segurança era simples e clara: criar uma guarda municipal para combater com rigor a criminalidade. Em torno dessa proposta, girou boa parte do debate entre os candidatos. Examine-se como os adversários de Jânio apresentaram a questão ao eleitorado.

No primeiro programa de propaganda eleitoral gratuita pela televisão, Fernando Henrique aborda a questão da segurança pública formulando uma proposta alternativa à de Jânio Quadros. A fala de Fernando Henrique é antecedida pela seguinte apresentação: "A violência em São Paulo preocupa muito Fernando Henrique. Ele quer mais polícia na rua, e explica porque é importante iluminar e asfaltar ruas:"

"Com asfalto e iluminação, tudo é mais fácil! A polícia entra depressa, ambulância. Agora, (apontando para uma rua sem calçamento) uma rua esburacada, é só chover, que não tem como entrar a polícia, como entrar a assistência. "Então, a Prefeitura tem que fazer mais mutirões, mais ação enérgica para calçar, para iluminar; só assim se dá segurança, especialmente nessa zona, como a que estou, na Zona Leste. Precisa de muita segurança!"(177)

Ao fazer propostas para a área da segurança, Fernando Henrique procura mostrar que está preocupado com o problema e que tentará contribuir para solucioná-lo dentro das estritas competências de um prefeito. Observe-se que a "ação enérgica" do Prefeito quanto a segurança, deve ser "para calçar e iluminar", e

não para reprimir. O efeito dessa ação não ficaria restrito à segurança, mas atingiria também o setor saúde. No entanto, a forma como essa proposta simples, exequível e de fácil compreensão foi apresentada, causou descontentamento e protestos entre membros do Governo Municipal. Afinal, calçar e iluminar ruas nada mais seria do que função do Prefeito, e ao mostrar ruas esburacadas na cidade, Fernando Henrique estaria denunciando que o Prefeito Mário covas não estaria cumprindo suas funções. Fernando Henrique tentou argumentar dizendo:

"Mostramos os problemas, e não é possível ignorá-los. Acontece que não foi o Governador e tampouco o Prefeito que inventaram esses problemas. Eles já existiam, e todo o empenho é para solucioná-los." (198)

As repercussões negativas do primeiro programa de Fernando Henrique não se restringiram apenas à Prefeitura. Seu adversário, Jânio Quadros, aproveitou-se para recolher o material apresentado pelo candidato do PMDB, e transformá-lo em munição para seus ataques. Observe-se como Jânio Quadros reverte a seu favor o programa do adversário:

"Vou continuar, juntamente com o Senhor Fernando Henrique Cardoso, a criticar o Governo Municipal. As ambulâncias, realmente, não podem entrar nas ruas esburacadas. Os trombadinhas estão soltos, realmente." (199)  
 "Quem faz a prova não sou eu, é ele. Apanha dois desgovernos: o do Professor Doutor André Franco Montoro e o do Prefeito biônico Mário Covas."

198. ESP, 17-09-85.

199. Durante a apresentação que antecede a fala de Fernando Henrique, é mostrada uma cena onde um "trombadinha" rouba a carteira de um transeunte na Praça da Sé.



"Fico muito agradecido quando percebo que o candidato do Governo ratifica o que venho afirmando há muito tempo."<sup>(200)</sup>

À tentativa de Fernando Henrique - ao que tudo indica, fracassada - de colocar a discussão do problema da segurança pública em outras bases, expondo, de forma direta e sucinta, as possibilidades de enfrentamento do problema, seguiram-se longas considerações sobre o tema, que o candidato passou a fazer em suas entrevistas. Neste ponto, os candidatos do PMDB e PT também agiram de forma semelhante.

Durante a campanha, Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy concederam diversas entrevistas e escreveram artigos publicados nos jornais, abordando temas específicos da administração municipal<sup>(201)</sup>. O tema da segurança pública foi, nesses espaços, extensamente abordado pelos candidatos. O mesmo não aconteceu com Jânio Quadros. Este raramente concedeu entrevistas e não escreveu artigos. Por isso, o material encontrado para a análise do discurso de Fernando Henrique e Suplicy sobre o problema da segurança é incomparavelmente mais extenso e detalhado que o de Jânio. Isto, contudo, não impossibilita uma análise comparativa dos seus discursos sobre esta questão.

200. FSP, 19-07-85.

201. Todas as quintas-feiras, o jornal Folha de S. Paulo publicava numa seção chamada Palanque, artigos dos candidatos respondendo a uma pergunta, formulada pelo jornal, referente a uma taxa da administração municipal. Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy utilizaram-se desse espaço todas as semanas, o mesmo não acontecendo com Jânio Quadros, que nunca enviou ao jornal nenhum dos artigos solicitados.

Já foi observado que Jânio, quando aborda, em seu discurso, a questão da violência e da segurança pública, procura interpelar os eleitores tratando do problema de forma visceral. Jânio não procura explicar as causas da delinqüência, mas mostrar que quanto a ela tem uma reação idêntica a do homem comum, que se indigna, sente raiva e deseja vingança<sup>202</sup>. Jânio procura a adesão do eleitor pela identificação com seus sentimentos. Por isso, Jânio é breve na sua mensagem. Fernando Henrique e Suplicy, ao contrário, põem-se contra à tendência da massa a agir movida pelos sentimentos. Os candidatos do PMDB e PT procuram assumir uma postura racional, fria e desapaixonada frente ao problema da violência e da segurança pública. Por isso, argumentam longamente a respeito.

Na análise das propostas dos candidatos petista e peemedebista para a área da segurança pública, considerou-se o conjunto dos seus pronunciamentos, sem se eleger qualquer enunciado específico. Como suas propostas aparecem no meio de longas entrevistas e extensos artigos, os textos que servem de

202. "O. Mannoni étudiant les réactions des peuples colonisés, a dégagé dans une perspective freudienne une loi qui n'est pas seulement valable pour des peuples 'primitifs', mais qui inspire la propagande politique dans les nations les plus évoluées: 'Le chef n'est vraiment reconnu comme tel que si le sujet a le sentiment (illusoire, peu importe) qu'il le comprend, qu'il devine ce qu'il va faire, qu'il agirait de même à sa place (...). Un gouvernement peut avoir certaines qualités - être honnête, clairvoyant, capable - il ne donne satisfaction qu'à la fraction de la population qui possède les mêmes qualités. Il ne devient populaire que du jour où l'homme de la masse, incapable de juger de cette manière, mais poussé par des sentiments beaucoup plus puissants et beaucoup plus obscurs, réussit à se mettre inconsciemment à sa place, jusqu'à s'illusionner et à croire que le gouvernement agit pour des sentiments identiques aux siens. Si cette identification est impossible, bien qu'elle soit assez facile à réaliser en temps normal, alors le gouvernement devient l'objet de la projection de tous les mauvais sentiments, et il ne peut plus agir, pense la masse, que par méchanceté, bas intérêt, trahison, imbécillité.'" DOMENACH (1977, 88-89)

base para sua análise não são transcritos aqui, mas encontram-se reproduzidos no Anexo II<sup>(263)</sup>.

Nas suas entrevistas e artigos, Fernando Henrique explica que existem uma série de razões técnicas, de ordem operacional, organizacional, financeira, e jurídica que desaconselham a criação de uma polícia municipal.

Em primeiro lugar, uma polícia municipal nos moldes da antiga Guarda Civil seria inócua no combate ao crime. Uma guarda civil serviria para ajudar crianças a atravessarem as ruas, a guardar os prédios públicos etc., que seriam funções relevantes, mas não se prestaria para enfrentar o grande problema da cidade que seria os assaltos. Segundo o candidato do PMDB, "dado o grau de violência da bandidagem" (sic), o combate ao crime exigiria um treinamento específico, e este apenas a Polícia Militar do Estado teria.

Em segundo lugar, com a criação de uma polícia municipal surgiria um problema de ordem hierárquica: como esse novo corpo policial se situaria frente às demais corporações policiais existentes, as Polícias Civil e Militar?

Em terceiro lugar, haveria ainda um empecilho de ordem econômica. Com que recursos - pergunta o candidato - a Prefeitura criaria e manteria uma guarda municipal? Os custos de manutenção

263. Ver, no Anexo II, em Fernando Henrique Cardoso e em Eduardo Suplicy: "Propostas para a segurança pública"

de uma guarda de 5 mil homens - argumenta Fernando Henrique - equivaleriam ao custo de um programa social que distribuisse, gratuitamente, um litro de leite por dia para cada criança de família pobre da cidade.

Finalmente, haveria o problema jurídico. Mesmo que uma polícia municipal tivesse treinamento adequado para combater o crime, os problemas hierárquicos fossem resolvidos e a Prefeitura dispusesse de recursos abundantes, mesmo assim, a Constituição reservaria ao poder público estadual a competência de exercer as atividades repressivas, podendo, os municípios, formar guardas civis apenas para proteger o patrimônio público municipal. Portanto, em qualquer hipótese, a proposta de criação de uma guarda municipal seria descabida.

Para Fernando Henrique, criar ou não uma polícia municipal para combater o crime na cidade, não seria uma questão de vontade política, mas de viabilidade técnica. A alternativa, então, seria celebrar com o Governo do Estado um convênio no sentido de dotar a cidade de um policiamento ostensivo mais efetivo, capaz de conter o avanço da criminalidade<sup>204</sup>. Sobre esse ponto, Fernando Henrique discorre longamente, fazendo considerações várias. Além disso, não se poderia esquecer que a violência teria raízes sociais. No problema do menor abandonado residiria seu principal foco gerador. Por isso, a criança seria a prioridade do seu governo.

204. A par disso, Fernando Henrique desenvolve toda uma argumentação baseada em dados, mostrando que o Governo Montoro estaria tomando medidas efetivas para enfrentar o problema da segurança pública em São Paulo.

Ao contrário de Fernando Henrique, Suplicy não entre em considerações de ordem técnica, nem tampouco se contrapõe à proposta de Jânio Quadros. O que o candidato do PT, mais uma vez, faz é marcar sua posição frente à questão. Mais importante do que se discurtir a criação, ou não, de uma polícia municipal, seria atentar para as causas geradoras da violência<sup>(205)</sup>.

Em seu discurso, o candidato do PT dá ênfase ao estado calamitoso em que se encontrariam as delegacias, penitenciárias, FEBEM e outras instituições. Estas seriam o ambiente propício para a proliferação da violência. A promiscuidade e a falta de critério com que os autores dos mais diferentes tipos de delito eram encarcerados, representariam um agravamento da violência. Além disso, o problema do menor abandonado, bastante grave na Cidade de São Paulo, deveria ser atacado em primeira prioridade. Somente com um tratamento adequado da questão da infância se poderia evitar, naquele momento, o surgimento de futuros delinqüentes. Por isso, a administração do PT iria atacar as raízes do problema investindo nas áreas sociais.

Não obstante as reais causas da violência, que seriam enfrentadas pelo PT, um policiamento preventivo (e não ostensivo, como no discurso de Fernando Henrique), se faria necessário. Este deveria ficar por conta do Estado. No entanto, a possibilidade de

---

205. No discurso de Fernando Henrique Cardoso as causas da violência urbana são apreciadas, e propostas para o seu enfrentamento também são apresentadas. Neste ponto, portanto, os candidatos do PMDB e PT não possuem divergências. A diferença reside no fato de no discurso de Fernando Henrique a consideração das formas de combate à criminalidade preponderar sobre a consideração das suas causas, ocorrendo o contrário no discurso de Suplicy.

criação de uma polícia municipal não deveria ser descartada. Mesmo estando consciente de que, segundo a Constituição, caberia aos estados a função de prover segurança aos cidadãos, o candidato do PT não se furtaria de cogitar a possibilidade do município atuar nessa área, ao constatar o aumento significativo do número de empresas de segurança privadas. Portanto, a criação de uma polícia municipal seria uma questão a ser estudada, já tendo sido, inclusive, debatida dentro do PT.

É notável o quanto as posições de Eduardo Suplicy e Fernando Henrique Cardoso se aproximam em substância e se distanciam na forma de apresentação. No que, aparentemente, poderia parecer apenas uma filigrana, reside a grande diferença nos seus discursos sobre a violência. A diferença fundamental não se encontra na ordem de exposição dos problemas e soluções, mas na ênfase de sua apresentação.

Fernando Henrique e Suplicy compartilham da idéia de que a violência urbana tem causas sociais, e que seria preciso combatê-las para previni-la. Ambos também concordam que paralelamente ao combate das causas da violência, o Estado deveria combater seus efeitos, através de um policiamento ostensivo, para Fernando Henrique, e preventivo, para Suplicy - o que significa, rigorosamente, a mesma coisa. No provimento da segurança pública, ambos também estão de acordo que o Estado não poderia ser arbitrário, devendo agir dentro da lei e sem violência. Apesar dessas concordâncias fundamentais, os candidatos desenvolvem

argumentações que, por partirem de pressupostos diferentes, os levam a se posicionar de forma distinta frente à proposta de criação de uma guarda municipal, formulada por Jânio Quadros.

O discurso de Fernando Henrique supõe que eficiência ao combate da violência é o principal argumento para a aceitação ou rejeição da proposta de criação de uma guarda municipal. Por isso, o candidato do PMDB expõe toda uma série de motivos pelos quais a proposta deveria ser rejeitada. Assim procedendo, Fernando Henrique põe-se frontalmente contra a proposta de Jânio, ao mesmo tempo em que confere todo o poder de defender a população da cidade ao Governador Franco Montoro.

No discurso de Eduardo Suplicy, a discussão das causas da violência prepondera sobre a da melhor forma de combatê-la. Por isso, a questão da criação, ou não, de uma guarda municipal, fica relegada a segundo plano. Ao contrário de Fernando Henrique que estrutura toda sua argumentação para rejeitar a proposta de Jânio (reconhecendo assim, implicitamente, sua centralidade), Eduardo Suplicy desenvolve sua argumentação a partir da exposição de outras questões que considera relevantes. Se, por um lado, o candidato do PT demonstra não dar grande importância à proposta de Jânio, por outro, não se põe contra a ela, evitando, assim, entrar em conflito direto com o candidato do PTB.

Nesta questão crucial da campanha eleitoral em São Paulo, o discurso de Fernando Henrique assume a posição de confronto com o

de Jânio Quadros, sendo construído para ser sua antítese. O discurso de Suplicy, por sua vez, constrói-se de forma independente e apresenta-se enquanto tal. Apesar de possuírem conteúdos semelhantes, sua organização e forma de contraposição aos discursos adversários são bastante diferentes, revelando as oposições e disputas existentes entre os candidatos durante a campanha.

#### OS DISCURSOS NO TEMPO

Ao longo de uma campanha, os discursos dos candidatos sofrem inevitavelmente certas modificações. Algumas resultam do confronto com os discursos adversários, que, por vezes, obrigam um candidato a modificar seu próprio discurso em determinados pontos; outras derivam de mudanças na estratégia ou nas táticas de campanha.

Quando se considera os discursos dos candidatos em estudo através do tempo, observa-se que os de Jânio Quadros e Eduardo Suplicy poucas variações sofreram, se comparados ao discurso de Fernando Henrique Cardoso. Essas variações explicam-se pelas maiores ou menores vicissitudes por que passaram suas candidaturas. A candidatura do PMDB era o principal alvo de ataques dos candidatos concorrentes, pela razão óbvia de representar o partido do governo. Contra ela convergiam tanto os ataques de Jânio Quadros quanto os de Eduardo Suplicy. Neste sentido, a candidatura e o discurso de Fernando Henrique ocuparam



lugar central na campanha. Dos ataques a ele dirigidos e das respostas por ele oferecidas dependeram os rumos da campanha. Por isso, na consideração das variações dos discursos dos candidatos durante a campanha, que encerra a análise comparativa proposta neste capítulo, toma-se por eixo o discurso de Fernando Henrique Cardoso.

Fernando Henrique iniciou sua campanha assumindo uma postura ofensiva. Da mesma forma que nas eleições anteriores o PMDB vinha ocupando espaço criticando os governos militares e reivindicando democracia, Fernando Henrique pretendeu avançar eleitoralmente estruturando sua campanha na defesa da democracia e na luta contra o retrocesso, este último sendo representado pela candidatura de Jânio Quadros. No curso da campanha, entretanto, a candidatura do PMDB começa a assumir uma postura cada vez menos ofensiva e mais defensiva.

A estratégia do discurso de Fernando Henrique consistia em centrar os ataques num inimigo único e poupar todos os demais concorrentes com vistas a cooptá-los. Essa estratégia era coerente com a tradição emedebista, segundo a qual o inimigo único era a ditadura e os aliados potenciais todas as forças democráticas. No discurso de Fernando Henrique, a candidatura de Jânio Quadros ocupa o lugar de inimigo único, e a dos demais concorrentes e forças políticas a eles ligadas, o lugar de aliados potenciais. Por isso, Fernando Henrique poupou esses últimos de ataques frontais.

Com relação aos pequenos partidos progressistas, cujos integrantes estiveram nas fileiras do MDB no tempo do bipartidarismo, a expectativa demonstrada por Fernando Henrique era a de que eles, naturalmente, lhe apoiariam diante do risco da vitória de Jânio Quadros. Mesmo após a negativa de Suplicy em apoiá-lo, e de ter se tornado o alvo privilegiado das acusações do PT, o candidato do PMDB não foi agressivo com a candidatura petista. Fernando Henrique, em nenhum momento da campanha, demonstrou a intenção de disputar o voto com o PT, mas de acabar obtendo seu apoio.

O mesmo não aconteceu com aqueles grupos que o candidato do PMDB julgava serem aliados potenciais que acabaram apoiando seu adversário Jânio Quadros. Com relação a esses, o discurso de Fernando Henrique experimentou um alteração radical. O caso mais exemplar foi o do então Ministro das Relações Exteriores do Governo Sarney, Olavo Setúbal.

Embora a reedição da Aliança Democrática em São Paulo já tivesse fracassado pelas razões expostas no capítulo I, Fernando Henrique, no início de sua campanha, ainda procurava poupar o PFL de seus ataques. Para o candidato do PMDB, o apoio dado pelo PFL paulista à candidatura de Jânio não passaria de uma decisão tomada a nível regional sem conseqüências nacionais. A nível federal, a Aliança Democrática seguiria intacta, não tendo tido os líderes nacionais do PFL nenhum envolvimento com a decisão tomada pelo diretório regional paulista. Na tentativa de

salvaguardar sua imagem de legítimo representante da Aliança Democrática e obter o apoio das lideranças nacionais do PFL, Fernando Henrique explica o apoio de Aureliano Chaves e Olavo Setúbal a Jânio Quadros da seguinte forma:

"É um apoio puramente formal, não efetivo. Aureliano Chaves diz que apoia Jânio, mas não subirá aos palanques com ele.

"Olavo Setúbal, que está sendo um excelente Ministro do Exterior, tem tantas viagens marcadas que só poderá fazer propaganda de Jânio na Bolívia e na Colômbia.

"O apoio que deram a Jânio Quadros foi arrancado: perguntaram-lhes, e eles só poderiam dizer que apoiam o candidato de seu partido.

"Não é nada mais do que isso."

"Lamento o apoio que setores do PFL de São Paulo dão a Paulo Maluf e Jânio Quadros, mas acredito que o eleitorado liberal de São Paulo votará em mim.

"E não contribuirei para agravar tendências que propõem a ruptura da Aliança Democrática. Desempenhei um papel importante na formação da Aliança, com Tancredo Neves, e não vou jogá-lo fora.

"O que permitiu a transição democrática no Brasil foi o equilíbrio. Não vou perder esse equilíbrio por uma questão municipal."<sup>(206)</sup>

No final da campanha, quando Aureliano Chaves e Olavo Setúbal sobem aos palanques de Jânio Quadros e vão à televisão defender sua candidatura<sup>(207)</sup>, o discurso de Fernando Henrique muda. Olavo Setúbal, antes elogiado como Ministro do Governo Sarney, passa a ser referido, em tom pejorativo, por banqueiro<sup>(208)</sup>, e identificado como inimigo. Paralelamente a isso, surge no discurso de Fernando Henrique o pobre como interlocutor

206. FSP, 16-08-85. Ver, também, no Anexo II, Fernando Henrique Cardoso, "Apoio do PFL a Jânio."

207. Programa de propaganda eleitoral gratuita pela televisão de 05-11-85.

208. Ver a esse respeito, no Anexo II, Fernando Henrique Cardoso, "Programa de propaganda eleitoral gratuita pela televisão.- 05-11-85."

privilegiado, o que já foi indicado e analisado no capítulo II. Assim, no final da campanha, o discurso de Fernando Henrique ganha mais um inimigo, além de Jânio Quadros, e um interlocutor novo: os banqueiros e os pobres. Essa alteração não tirou, contudo, o caráter frentista com que Fernando Henrique vinha apresentando sua candidatura desde o início de sua campanha<sup>(209)</sup>. A inclusão, no seu discurso, de um novo interlocutor e um novo inimigo, representou apenas a tentativa do candidato de penetrar no seio do eleitorado de mais baixa renda da Capital através da identificação Jânio Quadros/banqueiros, Fernando Henrique/pobres. Esta mudança resultou, claramente, das dificuldades de crescimento de sua candidatura junto a setores sociais específicos, e indica uma mudança tática, mas não estratégica, de interpelação eleitoral.

Além de apelar para a contraposição entre Jânio Quadros e banqueiros, de um lado, e Fernando Henrique e pobres, de outro - apelo que tinha como endereço claro o eleitorado janista - no final de sua campanha, Fernando Henrique intensifica seus apelos sobre o eleitorado petista. A candidatura de Suplicy vinha tendo um crescimento vertiginoso, enquanto a sua mantinha-se estacionada. Como o bastião janista vinha mostrando-se inexpugnável, como reconheceu o candidato<sup>(210)</sup>, a solução encontrada por Fernando Henrique para crescer junto ao eleitorado

209. No discurso de seu último comício de campanha, esse caráter frentista de sua candidatura é reafirmado. Ver no Anexo II, Fernando Henrique Cardoso. "Discurso do último comício da campanha na Praça da República, 12-11-85."

210. "Eu acho que não devo concentrar esforços para quebrar o bastião janista. Basta cercá-lo e não deixá-lo crescer." (JT, 17-10-85)

e garantir sua vitória, foi apelar para que o PT lhe apoiasse. Os recursos utilizados foram vários. O principal deles foi mostrar que outros candidatos progressistas estariam desistindo em seu favor, e que alguns petistas estariam passando a apoiar sua candidatura, diante do risco da vitória de Jânio<sup>(211)</sup>.

Diante dessas investidas, Eduardo Suplicy, que havia cogitado apoiar Fernando Henrique no caso de haver eleição em dois turnos, passou a intensificar suas críticas contra Fernando Henrique. Os pontos criticados seguiram sendo os mesmos: Fernando Henrique estaria usando a máquina do governo na sua campanha e estaria recebendo o apoio (financeiro) dos empresários. Por isso, o PT não poderia, em hipótese alguma, apoiar uma candidatura que estava caracterizando-se pelas irregularidades<sup>(212)</sup>.

Ao intensificar suas investidas contra Fernando Henrique, Suplicy não acrescenta nenhum apelo novo ao seu discurso, reafirmando os mesmos pontos com que iniciou sua campanha. Além disso, a intensificação dos seus ataques surgem como resposta às ofensivas do candidato do PMDB sobre o eleitorado petista, e não como desafio à sua candidatura. O mesmo não pode ser dito com relação às investidas de Jânio Quadros contra Fernando Henrique Cardoso.

211. Em final de outubro, Rogê Ferreira (PSB) retira sua candidatura, e em início de novembro, Adhemar de Barros Filho (PDT) faz o mesmo. Paralelamente a esses acontecimentos, o PMDB divulga uma lista de 234 supostos petistas que teriam aderido a candidatura de Fernando Henrique.

212. A progressão desse apelo de Eduardo Suplicy contra o apoio de Fernando Henrique Cardoso foi analisada no capítulo II.

Jânio manteve-se na ofensiva durante toda campanha utilizando-se de diversos recursos para veicular uma mesma mensagem: acabar com a corrupção e eliminar a criminalidade das ruas da cidade derrotando o candidato do pior governador que São Paulo já teve, que também era o candidato dos comunistas. Paralelamente a essa proposta, insistentemente reiterada do início ao fim da campanha, o candidato do PTB acresce seu discurso com questões paralelas aos temas em discussão. Três dessas questões devem ser mencionadas: a dos processos criminais, que Jânio estaria movendo contra Fernando Henrique por calúnias e difamações; a das pesquisas eleitorais, que seriam tendenciosas e favoráveis a Fernando Henrique; e a do papel da imprensa durante a cobertura da campanha, que não estaria tendo a necessária isenção jornalística e que estaria tomando o partido do candidato do PMDB.

As questões dos processos judiciais e das pesquisas eleitorais surgiram no discurso de Jânio Quadros em início de setembro. Num dos seus frequentes ataques a Jânio, em que o candidato do PMDB relacionava o ex-Presidente a políticos envolvidos em escândalos durante a ditadura, Fernando Henrique afirmou estar Jânio Quadros "de braços com o sistema que gerou os escândalos da Coroa-Brastel, das polonetas, das pedras preciosas e tantos outros"<sup>(213)</sup>. O escândalo das pedras preciosas havia surgido recentemente. Tratava-se de um caso de contrabando de pedras preciosas para o exterior, envolvendo o ex-Ministro da

---

213. FSP, 30-08-85.

Justiça do Governo Figueiredo, Ibraim Abi-Ackel. Jânio aproveitou a referência de Fernando Henrique ao caso, para interpretar que o candidato o estaria acusado de estar nele envolvido. Diante desta infâmia, Jânio Quadros teria decidido processá-lo. A partir de então, boa parte das declarações de Jânio aos jornais passa a versar sobre o processo que estaria movendo contra o candidato do PMDB<sup>(214)</sup>.

Paralelamente a isso, Jânio começa a acusar os institutos de pesquisa de estarem manipulando os dados em seus levantamentos. Esta acusação, que permanecerá no discurso de Jânio Quadros até o final de sua campanha<sup>(215)</sup>, surge quando é publicada uma pesquisa do Instituto Gallup em que Jânio Quadros e Fernando Henrique Cardoso aparecem em empate técnico (32% e 29% respectivamente). Jânio repudia com veemência essas pesquisas, fazendo delas tema para declarações à imprensa, a qual começa a acusar de ser, também, hostil à sua candidatura<sup>(216)</sup>.

Assim, Jânio Quadros passa a dividir sua campanha entre a reafirmação do anti-comunismo, do anti-governismo e da dramatização do problema da segurança, nos seus comícios e encontros políticos, com ameaças de processos contra Fernando Henrique, ataques às pesquisas e vociferações contra a imprensa, nas suas declarações aos jornais. Depois de um mês utilizando-se dessa tática, Jânio rompe com a imprensa em início de outubro.

214. Ver no Anexo II, Jânio Quadros "A questão dos processos contra Fernando Henrique Cardoso."

215. Ver no Anexo II, Jânio Quadros "A questão das pesquisas eleitorais."

216. Ver no Anexo II, Jânio Quadros "Acusações à imprensa."

acusando a todos de estarem mancomunados contra sua candidatura - o governo, os comunistas, os institutos de pesquisa (que estavam apontando Fernando Henrique com ligeira vantagem sobre Jânio Quadros na preferência do eleitorado) e a imprensa (que publicava essas pesquisas). A partir de então, Jânio se nega a fazer declarações à imprensa.

Sem conseguir declarações diretas de Jânio Quadros, a imprensa seguiu cobrindo seus comícios e encontros, registrando sempre a reafirmação do anti-comunismo, do anti-montorismo e da questão da segurança. Enquanto isso, a candidatura de Suplicy crescia e a de Fernando Henrique seguia estacionada: Fernando Henrique intensificava seus apelos ao PT e o PT intensificava suas críticas a Fernando Henrique. E Jânio Quadros seguia não tendo nada a declarar à imprensa. Em meio ao "silêncio" de Jânio, outras acusações vão surgindo contra o candidato do PMDB.

No início de novembro, há duas semanas da eleição, foi feita a apreensão de 400 mil exemplares de um jornal chamado A Voz de São Paulo, editado por Alcides Marronzinho de Oliveira que iriam ser distribuídos como propaganda de Jânio Quadros<sup>(217)</sup>. Nesta publicação, que ainda que não tenha circulado teve seu conteúdo sobejamente divulgado pela imprensa, Fernando Henrique era acusado de ser maconheiro e estar cercado de "gays" e viciados, como os cantores e compositores que participavam de sua campanha,

217. Na véspera da apreensão dos 400 mil exemplares, 1500 outros já haviam sido recolhidos pela Polícia Federal no comitê de campanha de Jânio Quadros por determinação judicial, acatando representação feita pelo Presidente do PMDB de São Paulo, Waldemar Chubaci, por fazer "menções desairosas" a Fernando Henrique Cardoso.



Gaetano Veloso e Gilberto Gil, enquadrados na primeira categoria, e Chico Buarque de Hollanda, classificado na segunda. Essa acusação, advinda não de Jânio Quadros, viria, em seguida, a ser incorporada em seu discurso.

À acusação de ser maconheiro, acrescentou-se outra na última semana de campanha: a de que Fernando Henrique seria ateu. Essa última resultou de uma resposta evasiva, dada pelo candidato no último debate entre os candidatos pela televisão, a uma pergunta bastante objetiva: "O senhor é ateu?". A partir desse momento, os ataques, que antes eram desfechados contra Fernando Henrique por causa de suas ligações com o Governador do Estado e do apoio comunista, passam a ser centrados na sua pessoa<sup>(210)</sup>: "Fernando Henrique é maconheiro e ateu." Observe-se como Fernando Henrique tenta responder a essas acusações no seu último programa de propaganda eleitoral gratuita pela televisão:

"Recordo, pungentemente, o dia em que rezamos juntos: o Rabino Sobel, Dom. Paulo, Dom Angélico e o Pastor Wright, na Igreja da Sé. Chorávamos todos, pedindo a infinita misericórdia de Deus, porque matavam com a torutra brasileiros, aqui em São Paulo. "E ali, o desespero, a idéia infinita de um poder; de um poder mais alto que viria a ter...  
"É a mim que vão chamar de ateu? É a mim, esses mesmos que foram os algozes, direta ou indiretamente, de todo um povo?  
"Não."

210. No último comício de sua campanha, na Praça da Sé, dia 12 de novembro, Jânio Quadros assim define Fernando Henrique: "Ele só sabe experimentar maconha e beber champanha. Não conhece os bairros dos trabalhadores, nem conhece os problemas da segurança. Os direitos humanos, na sua opinião, só existem para os criminosos." (ESP, 13-11-85)

"(disseram) que poria maconha na merenda das crianças. Eu, que fui professor a vida toda, e que nem fumo cigarro, que tenho horror do cheiro de cigarro."<sup>(219)</sup>

Essa resposta oferecida por Fernando Henrique contrasta enormemente com o estilo mantido pelo candidato durante quase toda campanha. O Fernando Henrique, que se apresentava como um homem objetivo, portador de um saber técnico, que tudo explicava através do recurso à razão, aparece no seu último programa apelando para um tom dramático que lhe era estranho. "Recordo, pungentemente", "rezamos juntos", "chorávamos todos", "tenho horror do cheiro de cigarro", foram os apelos utilizados na tentativa de desmentir as acusações de que seria ateu e maconheiro. Ao fazê-lo, o candidato do PMDB abandona seu próprio estilo, construído durante a campanha, para assumir, momentaneamente, o estilo dramático de seu adversário.

A candidatura e o discurso de Fernando Henrique, portanto, marcam os diferentes momentos da campanha. Na qualidade do principal alvo de ataque dos adversários, Fernando Henrique constrói um discurso que vai se amoldando de acordo com as investidas que recebe, às vezes, mesmo à custa do sacrifício de sua coerência interna. Suas alterações operam-se na mesma medida em que os discursos de seus adversários avançam em detrimento da sua candidatura.

As alterações num discurso não são, necessariamente, indicadores de dificuldades no processo de interpelação. Algumas modificações podem resultar, simplesmente, do surgimento de variáveis até então não consideradas ou inexistentes. No caso dos discursos analisados, as alterações indicam os diferentes momentos de uma campanha que foi das mais disputadas entre todas as capitais do país. A relativa constância dos discursos de Jânio Quadros e Eduardo Suplicy, associada à estabilidade da candidatura do primeiro e ao crescimento da do segundo, indicam que as mensagens neles contidas desde o início da campanha foram suficientes para manter e conquistar a adesão de considerável número de eleitores. As alterações ocorridas no discurso de Fernando Henrique, porém, não indicam seu fracasso. Afinal, Fernando Henrique perdeu a eleição para Jânio Quadros por pouco, e ficou muito à frente de Suplicy. O que as modificações em seu discurso indicam é a tentativa, às vezes desesperada, do candidato romper certas resistências que encontrava em determinadas parcelas do eleitorado - o que não foi conseguido.

Finalmente, se a análise dos diferentes recursos discursivos utilizados pelos candidatos e da sua interação ao longo da campanha não explica, por si só, os resultados das eleições, ao menos ajuda a compreender como as principais idéias e interpretações da realidade política vivida naquele momento disputaram a adesão do eleitorado da Cidade de São Paulo.

## CONCLUSÃO

Na campanha eleitoral para a Prefeitura de São Paulo de 1985, os três candidatos mais votados apresentaram-se ao eleitorado utilizando-se de discursos bastantes distintos. Essas diferenças residem, fundamentalmente, na forma através da qual cada candidato significa para o eleitorado a realidade política e social na qual ambos, candidato e eleitor, encontram-se inseridos no intuito de conquistar-lhe o voto.

Os discursos dos candidatos diferem, inicialmente, nos temas que os compõem. Cada candidato lança, ao eleitorado, apelos diferentes na tentativa de interpelá-lo.

Jânio Quadros constrói um discurso bastante conservador marcado pelos temas da segurança, da corrupção, do anti-comunismo e do anti-montorismo. O discurso de Jânio não é inteiramente novo. Desde as eleições da década de 50, Jânio vinha, reiteradas vezes, apelando contra a corrupção e contra o comunismo. Em 1985, Jânio agrega a esses antigos apelos temas atuais. Aproveitando-se do período de baixa popularidade pelo qual passava o Governo Montoro, e de um discurso veiculado diariamente em alguns programas de rádio, que dramatizava a questão da falta de segurança na cidade Jânio erige o anti-montorismo e o problema da segurança em temas centrais do seu discurso.

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, constrói um discurso baseado nas questões que desde 1974 vinham garantindo ao MDB, e depois ao PMDB, significativas vitórias eleitorais sobre o partido do governo: a luta contra a ditadura e pela democracia. Em 1985, embora já não houvesse mais ditadura militar e o seu partido se encontrasse nos Governos Municipal, Estadual e Federal, e não mais na oposição, Fernando Henrique Cardoso procura adaptar as tradicionais questões do seu partido ao novo momento político. No lugar da luta contra a ditadura, o candidato do PMDB coloca a luta contra o retrocesso político, isto é, o risco de volta da ditadura que estaria sendo representado por Jânio Quadros. E no lugar da luta pela conquista da democracia, Fernando Henrique coloca a luta pela defesa do processo de transição democrática, então recém iniciado.

Eduardo Suplicy fundamenta seu discurso nas críticas às irregularidades administrativas cometidas pelo PMDB no governo, e na afirmação da proposta do seu partido como a única, realmente, alternativa. Em todas as forças políticas em disputa, apenas o PT não padeceria dos vícios de práticas político-administrativas reprováveis. Além disso, o candidato do PT procura, insistentemente, apresentar-se como único interlocutor de um ator político em constituição: os trabalhadores.

A construção dos interlocutores dos candidatos, isto é, a identificação do eleitor enquanto um agente político e social, também difere bastante nos seus discursos.

Suplicy procura erigir os trabalhadores como um agente político autônomo e independente das demais forças políticas. Os trabalhadores possuiriam interesses específicos no que tange à administração da cidade, e a esses interesses encontrar-se-iam contrapostos os interesses dos empresários. Ao construir seu interlocutor como trabalhador, Suplicy não vai buscar os traços que o identificam no mundo do trabalho, mas no mundo urbano. No discurso do candidato do PT, o que identifica o trabalhador são as condições de sua vida na cidade, e não as condições de trabalho às quais se encontra submetido. Na construção do seu interlocutor, uma certa relação do indivíduo com a cidade emerge como fator importante de constituição de sua identidade.

No discurso de Jânio Quadros, o eleitor também é construído com conteúdos que o identificam na cidade. Jânio interpela o eleitor enquanto pai, mãe, filha, irmã etc., habitantes dos bairros da periferia da cidade. Dessa forma, o candidato do PTB confere ao seu eleitor uma identidade que, a um só tempo, localiza o indivíduo pelo papel desempenhado no seio da família, e pelo bairro onde habita. Em seu discurso, Jânio insiste em mostrar que conhece bem a cidade e seus bairros, nominando-os com freqüência, e que para seu adversário Fernando Henrique, ao contrário, a realidade dos bairros seria completamente estranha.

Ao contrário de Jânio e Suplicy, cujos interlocutores possuem uma relação específica com a cidade onde habitam, o interlocutor contruído por Fernando Henrique não se identifica

pelo espaço em que habita. O eleitor de Fernando Henrique é, antes de tudo, o democrata, que rejeita o retrocesso político, e que quer a instituição de uma democracia plena no Brasil. O objetivo principal do eleitor de Fernando Henrique não se circunscreveria aos limites da cidade, mas teria abrangência nacional. Da mesma forma que Fernando Henrique coloca, em seu discurso, os temas da política nacional acima dos da administração municipal, seu interlocutor também é construído a partir dos seus interesses para com a Nação, e não para com a cidade. Mesmo quando Fernando Henrique destaca, num determinado momento da campanha, os pobres como interlocutores privilegiados, a eles o candidato não confere nenhum fator que os identifique com a cidade onde habitam e votam.

Entre os interlocutores dos candidatos, os de Jânio Quadros são os construídos com as categorias mais simples e objetivas: o papel familiar e o local de moradia bastam para identificá-los. Os interlocutores de Fernando Henrique, diferentemente, são construídos com categorias mais complexas e subjetivas que os dos demais candidatos. O que os define é uma postura frente ao processo político nacional (no caso dos democratas), e uma posição social, concebida a partir de critérios de renda, e não de localização espacial (no caso dos pobres). Os interlocutores de Suplicy, por sua vez, são construídos com categorias de complexidade intermediária. Se por um lado são nominados por trabalhadores (o que é uma categoria abstrata), por outro, são

suas condições de vida na cidade que os identificam (que são bastante objetivas).

Ao apresentarem-se aos eleitores, os candidatos constroem suas imagens se auto-atribuindo diferentes qualidades pessoais. Jânio Quadros procura passar a imagem de homem experiente, severo e incorruptível; Fernando Henrique a de um homem moderno, dinâmico e pragmático; e Suplicy a de um homem honesto, sincero e de princípios. Esses tipos distintos harmonizam-se perfeitamente com as mensagens que os candidatos procuram transmitir.

No discurso de Jânio Quadros, a Cidade de São Paulo estaria necessitando de um governante com as suas características: um administrador comprovadamente experiente; um prefeito trabalhador, que fizesse os funcionários públicos trabalhar, não transigindo com a indolência; e um administrador probo, que pusesse fim à corrupção. No seu discurso, todos os problemas da cidade adviriam das más qualidades dos governantes, e todas as soluções da escolha de um bom governante.

Para Fernando Henrique, a solução dos enormes problemas da cidade já estariam sendo encaminhados pela administração de então. A administração de uma cidade grande e moderna como São Paulo, exigiria um prefeito dinâmico, pragmático, que implementasse as medidas necessárias pautado em rigorosos critérios técnicos. No discurso de Fernando Henrique, a questão da administração municipal aparece despolitizada, sendo,



entretanto, a eleição para a Prefeitura de São Paulo politicamente relevante pela importância da cidade no conjunto do País.

No discurso de Eduardo Suplicy, a necessidade de se romper com antigas práticas políticas e administrativas pouco recomendáveis seria imperativa. Os acordos e negociações políticos baseados nas conveniências dos grupos envolvidos, deveriam ser substituídos por acordos baseados em princípios. Por isso, Suplicy criticava seus adversários, Fernando Henrique e Jânio Quadros, pelo recurso freqüente a práticas ilícitas e a acordos escusos. O candidato do PT mostra-se ao eleitorado como portador de qualidades diversas de seus concorrentes: Suplicy seria diferente dos demais políticos porque seria íntegro, sincero nas suas declarações, e fortemente apegados aos seus princípios, os quais o candidato torna de conhecimento público.

Essas três formas distintas de apresentar a disputa eleitoral, revelam diferentes percepções da sensibilidade, necessidades e expectativas do eleitorado naquele momento. Para Fernando Henrique Cardoso, o eleitorado seguiria comportando-se na eleição para Prefeito de São Paulo como se estivesse num plebiscito, onde não há terceira alternativa. Por isso, contrapôs, durante toda a campanha, a sua candidatura à candidatura de Jânio Quadros, não dando a devida atenção ao adversário Eduardo Suplicy. Para o candidato do PMDB, o eleitorado também seria mais sensível às questões da política

nacional. Daí que tenha centrado seus apelos na importância de vencer as eleições em São Paulo para assegurar o processo de transição para a democracia, e relegado os problemas da cidade ao plano técnico-administrativo. Em seu discurso, Fernando Henrique demonstrou acreditar que poderia reeditar, em 1985, a nível local, as disputas que durante a ditadura travaram-se entre as forças democráticas e as que apoiavam o regime de exceção.

Jânio Quadros, por outro lado, demonstrou acreditar que os velhos temas de suas campanhas anteriores teriam capacidade de aglutinação eleitoral se combinados com temas da atualidade. Por isso, associou a luta contra o comunismo ateu e contra a corrupção, ao combate ao, então, desgastado Governo Montoro e a exploração do tema da segurança. O candidato do PTB, ao contrário de Fernando Henrique, apostou que o eleitorado da Capital fosse mais sensível a apelos referentes à realidade local que a nacional. Daí que tenha insistido no seu conhecimento dos bairros e explorado os casos de violência nas ruas, praças e cemitérios da cidade.

O discurso de Jânio também revela que o candidato acreditava que temas referentes à conduta moral individual pudessem ter reflexos eleitorais. Suas acusações a Fernando Henrique, qualificando-o de ateu e maconheiro, vão no sentido de desqualificar o homem público, junto ao eleitorado, por seu comportamento na vida privada. Essas percepções de Jânio Quadros

quanto às reações do eleitorado, mostraram-se acuradas, e renderam-lhe bons frutos.

Eduardo Suplicy demonstrou acreditar que o eleitorado estaria sensível ao surgimento de um tertius no quadro político, e que a consolidação desse dar-se-ia pela afirmação da diferença. O candidato do PT partiu da suposição de que o eleitorado, em geral, rejeitaria os políticos por seu comportamento - suposição essa, compartilhada por Jânio Quadros. Por isso, Suplicy apresenta-se como o político diferente dos demais. No comportamento dos políticos, a falta de sinceridade e o recurso freqüente à mentira teriam levado o eleitorado a ter para com eles uma atitude de desconfiança. Daí a insistência do candidato do PT em mostrar-se sincero, posicionando-se sobre todas as questões e cobrando coerência de seus adversários.

Ao erigir em interlocutor os trabalhadores, e ao identificá-los por sua condição de vida na cidade, Suplicy demonstrou atenção à necessidade de adaptar o interlocutor de seu partido às especificidades de uma eleição municipal. Sem restringir tanto quanto Jânio Quadros, seus apelos aos limites da cidade, Suplicy tratou de aplicar os princípios de conduta política que pautaram seu discurso a suas propostas de administração da cidade.

Jânio Quadros e Eduardo Suplicy usaram mais que Fernando Henrique Cardoso em seus discursos. O primeiro ao combinar velhos e novos apelos; o segundo ao afirmar-se como alternativa a um

Jogo bipolarizado. Fernando Henrique não ousou romper com a lógica eleitoral binária, poupando o PT de seus ataques. O candidato do PMDB tampouco decidiu-se a romper com os temas nacionais para dar maior atenção aos locais. Seu discurso, entretanto, encontrou grande acolhida junto ao eleitorado, mas não lhe assegurou a vitória. Os discursos de Jânio e Suplicy alcançaram seus objetivos; o de Fernando Henrique não. Os candidatos do PTB e PMDB entraram na disputa para vencer, mas a vitória, necessariamente, só cabe a um. O candidato do PT, não concorreu para ganhar a Prefeitura da Capital, mas para conquistar espaço e marcar posição, o que foi conseguido. Neste sentido, na eleição para a Prefeitura de São Paulo de 1985 houve dois vitoriosos e apenas um perdedor.

## BIBLIOGRAFIA

- BOBBIO, Norberto  
1984 "O significado da política" in: Curso de introdução à Ciência Política. Brasília, UnB. 1984. V.1, pp.5-19.
- BOURDIEU, Pierre  
1983 Questões de sociologia. Trad. Jeni Veitsman. Paris, Editions de Minuit; Rio de Janeiro, Marco Zero. 208p.
- BRASIL. Senado Federal  
1980 Eleições e partidos políticos. Brasília, Prodasen. 88p.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio  
1984 "A luta pelo voto em um bairro da periferia." Cadernos CEBRAP nº1. São Paulo, CEBRAP. 34p.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio  
1980 "Para que serve o voto?: as eleições e o cotidiano na periferia de São Paulo" in: LAMOUNIER, Bolívar (org). Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Petrópolis/São Paulo, Vozes/CEBRAP, 1980. pp.81-115.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio  
1991 "Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'?" Novos Estudos CEBRAP Nº30. São Paulo, CEBRAP. Julho. pp.162-174.
- CARDOSO, Fernando Henrique  
1978 Democracia para Mudar; Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevista. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 108p. (Documentos da democracia brasileira nº4)
- CARDOSO, Fernando Henrique & LAMOUNIER, Bolívar (orgs.)  
1975 Partidos políticos e eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 262p.
- CARDOSO, Fernando Henrique  
1975 "Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política" in: LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique (orgs). Partidos políticos e eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEBRAP, 1975. pp.45-75.
- CARDOSO, Ruth  
1983 "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico" in: ALMEIDA, M. H. T. de & SORJ, B., Sociedade e Estado no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense. pp.215-239.
- CHAIA, Vera Lúcia Michalany  
1991 A liderança política de Jânio Quadros: 1947-1980. São Paulo. USP. 484p. (Tese de doutoramento)

- DEBERT, Guita Grin  
1979 Ideologia e populismo. São Paulo, T.A. Queiroz Editora.
- DEBERT, Guita Grin  
1986 A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG). São Paulo. 513p. (tese de doutoramento)
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO: 1930-1983.  
1984 Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983. Coord. Israel Beloch & Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense-Universitária: FGV/CPDOC: FINEP.
- DINIZ, Eli  
1983 Voto e realinhamento eleitoral no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IUPERJ, (Série Estudos, 12), fev.. 20p.
- DOMENACH, Jean-Marie  
1979 La propagande politique. 8a ed., Vendôme, Presses Universitaires de France. (Que sais-je?) 127p.
- DUARTE, Celina Rabello  
1980 "A Lei Falcão : antecedentes e impacto" in: LAMOUNIER, Bolívar (org) . Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Petrópolis/São Paulo, Vozes/CEBRAP, 1980. pp.173-216.
- FARIA, Vilmar E.  
1975 "As eleições de 1974 no Estado de São Paulo: uma análise das variações inter-regionais" in: LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique (orgs). Partidos políticos e eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEBRAP, 1975. pp.205-242.
- FERRARI, Levi Bucalem  
1986 "Guerra é guerra: aspectos da campanha" in: LAMOUNIER, Bolívar (org.). 1985: o voto em São Paulo. São Paulo, IDESP, 1986. PP.34-63.
- FERREIRA, Oliveira S.  
1964 "A Crise do Poder do "Sistema" e as Eleições Paulistas de 1962". Revista Brasileira de Estudos Políticos no 16. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais. Janeiro. pp. 179- 226.
- FERREIRA DE CAMARGO, Candido Procópio et alii  
1976 São Paulo 1975: Crescimento e pobreza. São Paulo, Loyola.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima  
1977 Os militares e a democracia: análise estrutural de uma ideologia. Rio de Janeiro, IUPERJ. 106p. (tese de mestrado)

- GRAEFF, Eduardo  
1984 "Montoro, dois anos" in: Novos Estudos nº10. São Paulo, CEBRAP, out.. pp.8-12.
- GARCIA, Marco Aurélio  
1984 "Dezoito meses de Governo Montoro" in: Novos Estudos nº10. São Paulo, CEBRAP, out.. pp.2-7.
- HERRMANN NETO, João (Org.)  
1984 Democracia feita em casa. Brasília, Câmara dos Deputados. 377p.
- JACOBI, Pedro Roberto  
1985 Políticas públicas de saneamento básico e saúde e reivindicações sociais no município de São Paulo 1974-1984. São Paulo, USP. 499p. (Tese de doutoramento)
- KINZO, Maria D'Alva Gil  
1980a Representação política e sistema eleitoral no Brasil. São Paulo, Símbolo. 139p. (Coleção Ensaio e Memória nº25)
- KINZO, Maria D'Alva Gil  
1980b "Novos partidos: o início do debate" in: LAMOUNIER, Bolívar (org). Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Petrópolis/São Paulo, Vozes/CEBRAP, 1980. pp.217-259.
- KOCH, Ingedore G. Villaça  
1984 Argumentação e linguagem. São Paulo, Cortez. 240p.
- KRISCHE, Paulo (org.)  
1984 Terra de habitação x terra de espolição. São Paulo, Cortez.
- LAFER, Celso  
1975 O sistema político brasileiro. São Paulo, Perspectiva.
- LAMOUNIER, Bolívar & MUSZYNSKI, Judith  
1983 São Paulo, 1982: a vitória do PMDB. São Paulo, IDESP. 47p. (textos nº2)
- LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique (orgs)  
1975 Partidos políticos e eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEBRAP. 269p.
- LAMOUNIER, Bolívar  
1975 "Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente" in: LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique (orgs) Partidos políticos e eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEBRAP, 1975. pp.15-44.

LAMOUNIER, Bolívar

1978 "Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista" In: REIS, Fábio Wanderley (org). Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo, Símbolo, 1978. pp.1-89.

LAMOUNIER, Bolívar (org)

1980 Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Petrópolis/São Paulo, Vozes/CEBRAP. 265p.

LAMOUNIER, Bolívar

1980 "O voto em São Paulo, 1970-1978" In: LAMOUNIER, Bolívar (org). Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Petrópolis/São Paulo, Vozes/CEBRAP, 1980. pp.15-80.

LAMOUNIER, Bolívar (org.)

1986 1985: o voto em São Paulo. São Paulo, IDESP. 140p. (História Eleitoral, nº1)

LAMOUNIER, Bolívar & MUSZYNSKI, Maria Judith Brito

1986 "A eleição de Jânio Quadros" In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). 1985: o voto em São Paulo. São Paulo, IDESP, 1986. pp.1-31.

LASSWELL, Harold

1978 A linguagem da política. Brasília, UnB. 410p. (Pensamento Político nº4)

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil

1982 Pluralism, Authoritarianism and political participation: parties and elections in Brazil 1945-1978. Rio de Janeiro, IUPERJ. 55p. (mimeo)

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil

1978 "Articulação de interesses, posição sócio-econômica e Ideologia: as eleições de 1976 no antigo Estado do Rio" In: REIS, Fábio Wanderley (org). Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo, Símbolo. 1978, pp.91-144.

MARTINS, Carlos Estevam

1975 "O balanço da campanha" In: LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique (orgs). Partidos políticos e eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEBRAP, 1975. pp.77-125.

MELLÃO NETO, João

1982 Jânio Quadros: três histórias para uma História. São Paulo, Renovação Ltda. 200p.



- MENEGUELLO, Raquel & ALVES, Ricardo Marcio Martins  
 1986 "Tendências eleitorais em São Paulo" in: LAMOUNIER, Bolívar (org.). 1985: o voto em São Paulo. São Paulo, IDESP, 1986. PP.91-136.
- MIYAMOTO, Shiguenoli  
 1980 "Eleições de 1978 em São Paulo: a campanha" in: LAMOUNIER, Bolívar (org.). Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Petrópolis/São Paulo, Vozes/CEBRAP, 1980. pp.117-172.
- MONTENEGRO, João Alfredo  
 1982 O discurso autoritário de Calru. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Brasília, PROED. 274p.
- MORAZÉ, Charles  
 sd "études de sociologie électorale" in: Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences n91. Paris, Colin. 89p.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena  
 1985 Estado e oposição no Brasil: 1964-1984. Petrópolis, Vozes. 337p.
- OLIVEIRA, Francisco  
 1985 "Além da transição, aquém da imaginação" in: Novos Estudos n912. São Paulo, CEBRAP. Junho. pp.2-15.
- OSAKABE, Haquira  
 1975 O componente subjetivo no discurso político. Campinas. 236p. (tese de doutoramento)
- PINTO, Céli Regina Jardim  
 1989 Com a palavra o senhor presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo, Hucitec. 193p.
- REIS, Fábio Wanderley (org)  
 1978 Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo, Símbolo. 315p.
- REIS, Fábio Wanderley  
 1975 "As eleições em Minas Gerais" in: LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique (orgs). Partidos políticos e eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEBRAP, 1975. pp.127-151.
- REIS, Fábio Wanderley  
 1978 "Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora" in: REIS, Fábio Wanderley (org). Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo, Símbolo, 1978. pp.213-287.

SARTORI, Giovanni

1981 A Política: lógica e método nas Ciências Sociais. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Ed. UnB. 257p. (coleção Pensamento Político nº36)

SOUZA, Isabel Gómez de

1985 Pressupostos ideológicos da estratégia participativa de administração pública. IX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS. Águas de São Pedro. 22 a 26 out. 21p. (mimeo)

SOUZA, M.C.C. & KUGELMAS, Eduardo

1983 "Eleições 82" in: Novos Estudos CEBRAP, v.2, nº1, abr.. pp.2-7.

SOUZA, Maria Tereza Sadek de

1986 "A trajetória de Jânio Quadros" in: LAMOUNIER, Bolívar (org.). 1985: o voto em São Paulo. São Paulo, IDESP, 1986. PP.66-88.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de

1977 Filosofia da linguagem e discurso político: uma aplicação do método da análise da linguagem ordinária a uma questão de Filosofia Política. Rio de Janeiro. (tese de mestrado)

THIOLLENT, Michel (org.)

1983 Opinião pública e debates políticos: subsídios metodológicos. São Paulo, Polis. 129p. (Teoria e História nº12)

TRINDADE, Hélgio

1975 "Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul" in: LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique (orgs). Partidos políticos e eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEBRAP, 1975. pp.153-204.

TRINDADE, Hélgio & CEW, Judson de

1978 "Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul" in: REIS, Fábio Wanderley (org). Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo, Símbolo.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah

1985 Políticas e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982. São Paulo, FFLCH/USP. 207p. (Antropologia nº6)

WEFFORT, Francisco Correa

1980 O populismo na política brasileira. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 181p.

## ANEXO I

TABELA I

 CRIMES POR TIPOS REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
 1981-1985

|      | contra a<br>pessoa * | contra o<br>patrimônio | contra os<br>costumes | total * |
|------|----------------------|------------------------|-----------------------|---------|
| 1981 | 48.406               | 134.270                | 4.277                 | 186.953 |
| 1982 | 47.582               | 132.632                | 4.005                 | 184.219 |
| 1983 | 52.557               | 167.720                | 3.888                 | 224.165 |
| 1984 | 51.305               | 226.837                | 3.368                 | 281.510 |
| 1985 | 49.989               | 285.102                | 3.191                 | 258.282 |

\* Excluídos os homicídios culposos e as lesões corporais culposas causados por acidente de trânsito.  
 Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1984 e 1985. SEADE

TABELA II

 CRIMES CONTRA A PESSOA\* POR TIPOS MAIS VIOLENTOS REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
 1981-1985

| ano  | homicídios<br>dolosos | lesões corporais<br>dolosas | outros | total  |
|------|-----------------------|-----------------------------|--------|--------|
| 1981 | 1.251                 | 29.254                      | 17.901 | 48.406 |
| 1982 | 1.275                 | 29.762                      | 16.545 | 47.582 |
| 1983 | 2.009                 | 31.624                      | 18.922 | 52.557 |
| 1984 | 2.369                 | 30.276                      | 18.660 | 51.305 |
| 1985 | 2.436                 | 29.111                      | 18.442 | 49.989 |

\* Excluídos os homicídios culposos e as lesões corporais culposas causados por acidente de trânsito.  
 Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1984 e 1985. SEADE

TABELA III

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO POR TIPOS MAIS VIOLENTOS REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
1981-1985

| ano  | furtos<br>qualificados | roubos | homicídio | outros  | total   |
|------|------------------------|--------|-----------|---------|---------|
| 1981 | 36.006                 | 26.821 | 276       | 71.087  | 134.270 |
| 1982 | 36.127                 | 24.680 | 221       | 71.604  | 132.632 |
| 1983 | 40.286                 | 40.952 | 225       | 86.257  | 167.720 |
| 1984 | 36.093                 | 50.370 | 295       | 140.079 | 226.837 |
| 1985 | 29.690                 | 41.684 | 191       | 133.537 | 205.102 |

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1984 e 1985. SEADE

TABELA IV

CRIMES CONTRA OS COSTUMES POR TIPOS MAIS VIOLENTOS REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
1981-1985

| ano  | estupros | outros | total |
|------|----------|--------|-------|
| 1981 | 1.198    | 3.101  | 4.299 |
| 1982 | 1.162    | 2.843  | 4.005 |
| 1983 | 1.066    | 2.742  | 3.808 |
| 1984 | 918      | 2.450  | 3.368 |
| 1985 | 999      | 2.192  | 3.191 |

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1984 e 1985. SEADE

TABELA V

EVOLUÇÃO DAS CANDIDATURAS SEGUNDO PESQUISAS DE INTENÇÃO DE VOTO REALIZADAS PELO GALLUP ENTRE JUNHO E NOVEMBRO DE 1985.

| data da pesquisa | Jânio Quadros<br>% | Fernando Henrique<br>% | Eduardo Suplicy<br>% | outros<br>% | indecisos<br>% | nulos e brancos<br>% | total<br>% |
|------------------|--------------------|------------------------|----------------------|-------------|----------------|----------------------|------------|
| (a) 15-16/86     | 32,0               | 20,0                   | 6,0                  |             |                |                      |            |
| (a) 3-4/88       | 29,0               | 24,0                   | 8,0                  |             |                |                      |            |
| (b) 23-25/88     | 32,0               | 29,0                   | 5,0                  | 14,0        | 13,0           | 5,0                  | 100,0      |
| (b) 13-15/89     | 32,0               | 26,0                   | 10,0                 | 12,0        | 11,0           | 9,0                  | 100,0      |
| (b) 04-6/10      | 32,0               | 35,0                   | 12,0                 | 6,0         | 8,0            | 7,0                  | 100,0      |
| (b) 19-20/10     | 30,0               | 35,0                   | 17,0                 | 5,0         | 8,0            | 5,0                  | 100,0      |
| (b) 26-27/10     | 32,0               | 35,0                   | 17,0                 | 5,0         | 6,0            | 5,0                  | 100,0      |
| (b) 02-03/11     | 31,0               | 36,0                   | 18,0                 | 4,0         | 7,0            | 4,0                  | 100,0      |
| (b) 09-10/11     | 31,0               | 32,0                   | 21,0                 | 4,0         | 7,0            | 5,0                  | 100,0      |
| (b) 11-13/11     | 29,0               | 36,0                   | 19,0                 | 5,0         | 7,0            | 4,0                  | 100,0      |
| (b) 15/11        | 37,0               | 36,0                   | 19,0                 | 6,0         | -              | 2,0                  | 100,0      |
| RESULTADOS TRE   | 37,5               | 34,2                   | 19,8                 | 3,8         | -              | 4,6                  | 100,0      |

fontes: a) Dados extraídos da tabela publicada pela Folha de S. Paulo em 22-09-85.  
b) Dados extraídos da tabela 2 publicada em FIGUEIREDO (1986).

## ANEXO II

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

PROPOSTAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICAEntrevista publicada no jornal O Estado de S. Paulo em 21-07-85.

Pergunta: Como o senhor vê a iniciativa da Prefeitura de apresentar um projeto de criação da Polícia Municipal?

Resposta: Positivamente, desde que se resolva a questão da hierarquia. Hoje, um dos problemas sérios das polícias é a disputa entre elas. A criação de uma terceira tem que ser feita com muito cuidado, para não haver mais uma instância de disputa.

"Mas qual é o problema fundamental? É a polícia na rua, e polícia que conheça o bairro.

"Não tem muito mistério!

"A população sabe quem é o bandido - e a mais sofrida tem medo de "dedá-lo". Ela tem medo do bandido e da polícia. Então, para conquistar essa confiança tem que haver convivência com o policial. Indiscutivelmente, é necessário uma polícia que tenha mais familiaridade com o bairro.

"Alguns falam de uma polícia metropolitana, de uma guarda civil. Mas em que esquema hierárquico? E o salário? Vai ser diferenciado ou não?"

"Então, são soluções que não se pode tirar do bolso do colete. Precisam ser analisadas com competência e seriedade.

"O prefeito deve favorecer a idéia de policiamento ostensivo na rua. Eu acho que a Guarda Municipal tem sentido na medida em que você libere para o policiamento mais repressivo soldados que hoje fazem uma função que pode ser cumprida por algum tipo de guarda metropolitano, ou guarda civil, como a proteção dos prédios públicos. Essa deve ser uma polícia assistencial. Eu acho que, por aí, dá para encarar uma polícia municipal.

"Quanto à subordinação, tenho dúvidas. Talvez fosse melhor deixá-la subordinada a Secretaria de Segurança, com convênio.

"Nesses dois anos de Governo Montoro, fez-se muito mais em termos de segurança do que nos quatro anos anteriores. Houve a criação da "Operação Polo", que deve ser incentivada e aumentada. Pavimentar e iluminar as ruas também tem a ver com segurança. Então acho que a Prefeitura tem que possuir um programa muito intenso nessa direção, e fazer com que a rede capilar de transportes chegue mais perto dessas populações da periferia.

"Agora, vamos ser realistas! O estudo da guarda metropolitana esta em marcha, mas leva tempo para ter uma eficácia. Esse pessoal precisa ser treinado etc.

"Enfim, as idéias estão aí."

Entrevista publicada no Jornal da Tarde em 27-08-85.

"Eu diria que na área social o meu programa se concentra numa preocupação absorvente, que é a criança. Por que a criança? Porque você tem hoje um problema desesperador em São Paulo, que é o da criança abandonada, que é o viveiro da violência, do banditismo futuro e tudo mais.

"A Prefeitura tem que fazer o quê? A creche, a educação pré-primária e primária - e tentar colocar a criança o maior tempo possível dentro das salas de convivência, e dando a ela alimentação."

"Com relação à guarda municipal, eu me informei no plano federal e no plano estadual para verificar qual era a procedência, porque a idéia inicialmente é simpática.

"Todos nós nos lembramos da Guarda Civil, de uniforme azul, e achamos simpático isto. Mas quando você vai ver o problema real de São Paulo, não é mais este, é outro, mais grave. Quando a pessoa fala de segurança, não é simplesmente da criança que, para atravessar a rua, precisa de um guarda que pare o trânsito. Também precisa. Mas aqui é outra coisa, é o assalto. O número de pessoas assaltadas é impressionante. E o assalto, de novo, é mais violento entre os mais pobres. Como resolver isso - quer dizer - como é que se encaminha isso? Eu tenho algumas idéias que não são minhas, são da conversa com as autoridades nessa área.

"Primeiro, tem que ter mais polícia ostensivamente na rua. Isso é uma obviedade, mas tem que ter. Segundo, a polícia treinada para isso, aqui em São Paulo, é a Polícia Militar. Porque dado o grau de violência da bandidagem, a PM é que está mais treinada para isso.

"A PM é uma polícia que está relativamente imune aos focos organizados de corrupção. Então é um setor ao qual você pode dar força.

"Além disso, eu já pedi ao Governador que ponha mais viaturas da Operação Polo. Ele me prometeu que vai pôr - e vai pôr.

"Hoje temos 140 delas, das quais 90 na Capital. Vamos botar mais 250 na Capital nos próximos meses, e lá na periferia. Porque a Polo fica ali andando, dá uma assistência mais rápida.

"É tem que colocar os "Cosme e Danião" na cidade. Em toda cidade do mundo você vê que tem o guardinha andando na rua. Isso, até psicologicamente, dá uma certa garantia de segurança - e assusta também o ladrão.

"Temos, também, de botar o efetivo na rua. Para isso, tem de haver um aumento do efetivo. Não houve aumento desde 79. Quem está fazendo o aumento é o Montoro. Está na Assembléia e vai sair; e vai ter um efeito no futuro. Mais seis mil homens.

"Também é preciso tirar a tropa do serviço burocrático e botar no policiamento.

"Defendo ainda um entrosamento entre a comunidade e a polícia. A polícia mais efetiva é que está mais próxima da população. A população confia nela, então conta onde está o bandido; não tem medo da polícia. é uma polícia que protege o cidadão.

"Dá para fazer isso? Dá.

"Tem de reorganizar o quartelamento da PM; botar próximo da delegacia e, talvez, da autoridade municipal.

"É claro que não é o Prefeito que vai fazer isso. O Prefeito pode pedir isso.

"Acho ainda que precisamos ter esses Conselhos Comunitários de Segurança. Entrosar a população com os comandos da polícia. Estão sendo criados. Na Zona Leste foram criados 11 ou 14, e vão ser criados mais uns 50 em toda a Capital.

"Isso leva algum tempo, mas deve ser feito.

"O prefeito é responsável também pela segurança; vai ter de gritar nesta direção. Por isso eu me informei.

"Agora, eu vou criar polícia municipal com que dinheiro?

"É o Estado que tem que fazer. Eu até sou favorável a que a PM treine batalhões específicos para a grande cidade. Isto está certo. Que fiquem localizados mais aqui, tudo bem! Quer botar um outro uniforme? Põe um outro uniforme! São detalhes. Mas assumir a Prefeitura essa responsabilidade, sem ter recursos, eu não acho que seja senão uma demagogia.

"Agora, acho, também, com respeito a esta questão da segurança, que o Prefeito tem uma função também específica: é iluminar ruas e calçar. Porque os pontos escuros são pontos de aglomeração de bandidos. E tirar os matos e fazer praças que sejam iluminadas. é isto que me pedem na periferia. Não estou inventando! Eu ando por aí; eu vejo - eles pedem isto. Porque isto é uma coisa concreta. Isto é função do Prefeito."

Artigo publicado na seção Palanque do jornal Folha de S. Paulo em 22-08-85.

"Convém dizer primeiro o que não pretendo fazer: não mistificarei, não colocarei panos quentes, mas também não explorarei demagogicamente a aflição da população.

"A Prefeitura pode e deve contribuir para melhorar o policiamento na cidade (sem descuidar de tudo que envolve as causas sociais da violência). Criando a polícia municipal? Não.

"Depois de estudar a questão, estou convencido de que é mais eficaz e econômico somar esforços para reforçar a presença da PM e da Polícia Civil. Proporei ao Governo do Estado um convênio nesse sentido: O Estado entra com os homens e o equipamento básico, a Prefeitura fornece os recursos adicionais e participa das diretrizes - a distribuição dos efetivos e a atuação das duas polícias na capital.

"O contribuinte de São Paulo tem investido muito, através do Estado, na melhoria da polícia. E é testemunha dos primeiros resultados: renovação das viaturas e do armamento, aumento da remuneração dos policiais, combate à corrupção, Operação Polo, Ronda Escolar, Delegacia da Mulher, Conselhos Comunitários de Segurança. Há um projeto na Assembléia aumentando os efetivos da PM em 6 mil homens, e da Polícia Civil em 2500.

"Acaba de ser feito um remanejamento de turnos que aumenta em 20% a presença da PM nas ruas. Dentro de alguns dias, serão entregues mais 1600 novas viaturas, das quais 250 para a Operação Polo.

"E há um programa em andamento para criar 6300 novas vagas nos presídios.

"O convênio que propomos, semelhante ao que existe em relação ao policiamento de trânsito, permitirá ao Prefeito ter voz ativa nessa questão, canalizando melhor os recursos e também as justas demandas da população.

"Com serenidade, sem demagogia. Porque afastar o crime das ruas se faz com muito esforço, competência e cabeça fria - não com bravatas inconsequentes."

FSP, 17-09-85

"Entre salários e encargos sociais, sem falar em equipamentos, cada guarda (municipal) custaria cr\$ 3 bilhões por mês a Prefeitura. Se forem 5 mil, o dispêndio anual será de cr\$180 bilhões.

"Prefiro transformar o OSV, cujos 2.700 homens são hoje especialistas em multar, numa polícia urbana realmente útil. Até porque, com 10% daqueles 180 bilhões, eu poderia dar um litro de leite, todo o dia, para cada uma das 50 mil crianças de até um ano, de famílias que sobrevivem com menos de 3 salários mínimos mensais."

#### APOIO DE MALUF A JÂNIO

FSP, 12-08-85.

"Melhor não poderia ser! Agora, quando se falar de Jânio, fala-se também de Maluf. Evidencia-se uma polarização entre o que é arcaico e reacionário, e as propostas modernas de se fazer política. Jânio ganhou poucos votos, mas perderá muitos outros com o estigma do malufismo."

FSP, 13-08-85.

"A adesão de Paulo Maluf a Jânio Quadros é o abraço da morte. Deixa claro que as forças sombrias do passado se uniram contra o futuro. Isso explica o apoio de Maluf, Golbery e Delfim."

FT, 30-08-85.

"(Jânio) está de braços com o sistema que nós combatemos e que gerou os escândalos da Coroa-Brastel, das polonetas, das pedras preciosas e tantos outros.

"Agora ele já pode ser chamado de Jânio Maluf Netto da Cruz."

FSP, 01-09-85.

"(Jânio Quadros) é apoiado efetivamente pelo Maluf e pelo Delfim, que representam o sistema que gerou tudo isso."

FT, 07-09-85.

"O Jânio me ajudou ao receber o apoio do Paulo Maluf e do Delfim Netto. Foi o beijo da morte"

FSP, 13-09-85.

"Ao apoiar Jânio Quadros, Maluf selou, para ele, o beijo da morte."

#### APOIO DO PFL A JÂNIO

JT, 27-08-85.

"Já declarei, reiteradamente, com relação ao Olavo Setúbal e ao Aureliano Chaves, que eles estão num partido. "Eu acho que quem fez o erro foi a comissão daqui da Frente Liberal, tanto assim que provocou uma dissidência na Frente Liberal. E o voto da Frente Liberal vem para mim.

"Eu também tenho pesquisas sobre isto. Os votos do Olavo Setúbal, 65% vêm para mim, e o resto dispersa.

"Então, eu acho uma pena que a Frente Liberal de São Paulo tivesse caído nos braços do malufismo apoiando o Jânio, que agora está com o Maluf. Quer dizer, confundiu a imagem.

"Agora, eu não vou acusar nem o Olavo nem o Aureliano porque estão no partido; e vão fazer o quê?

"Eles não podem dizer outra coisa. Então, eu tenho compreensão política suficiente para entender isso.

"Eles não estão fazendo campanha aqui. E eu acho que isto não vai abalar - pelo menos o meu relacionamento político com eles, no plano federal, não está abalado."

#### Programa de propaganda eleitoral veiculada pela televisão.- 05-11-85.

"Em 1976, há quase dez anos, eu trabalhava num centro de pesquisas. E nesse centro de pesquisas nós fizemos, publicamos, um livro sobre São Paulo. E esse livro chamava-se: "São Paulo: crescimento e pobreza." Esse livro mostrava o que tinha acontecido aqui em São Paulo.

"Era o auge do crescimento econômico, o chamado milagre econômico brasileiro. Os técnicos estavam felizes; os banqueiros dirigiam o Brasil.



"Na cidade de São Paulo parecia tudo ordenado.

"Pois bem! Nós pesquisamos, saímos pela rua, fomos para a periferia, os bairros pobres, e mostramos o seguinte: havia crescimento em São Paulo, havia riqueza em São Paulo - e muita - mas muita pobreza também.

"E esta é a grande dificuldade de São Paulo: riqueza e pobreza. Nós precisamos fazer realmente um enorme esforço para eliminar a pobreza de São Paulo. Uma espécie de Guerra contra a miséria, em favor daqueles que necessitam.

"Hoje, mudou um pouquinho a situação; mas não necessariamente para melhor.

"Você tem emprego? Não sei. Se você é jovem talvez não consiga emprego; ainda não tem experiência. Se você já passou dos 45 anos, talvez não consiga emprego. Já passou da idade.

"Você tem esgoto na sua casa? 45% da população desta Cidade de São Paulo tem esgoto na sua casa. O resto não. Por quê?

"Porque nos governos passados - aqueles do crescimento, da riqueza, dos banqueiros - o que acontecia? Eles resolveram um grande problema do esgoto de São Paulo. Só que a obra era faraônica, e não deu nunca para terminar; continua na sua casa sem esgoto.

"Não é o prefeito (apontando-se) o culpado, não! É toda uma situação.

"Bom! é o calçamento da sua rua? Agora temos os mutirões, uma experiência democrática para avançar São Paulo. Mas eu sei que tem muita rua sem calçamento ainda.

"Isto é que nós vamos ter que fazer por São Paulo. É aqueles que sabem, aqueles que estudaram, que têm técnica - experiência hoje é técnica, não é idade - é técnica, é saber comandar, motivar.

"Os que estudaram, os que sabem comandar, devem jogar todo o seu esforço para dar uma mão a você. Ajudar você; ajudar a quem precisa; ajudar ao pobre. São Paulo tem muito pobre. Tem muito mendigo na rua - e muito. E às vezes os mais ricos, ficam com raiva dos pobres.

"Não está certo! Ao invés de ter raiva dos pobres, de quererem que tirem os mendigos, que tirem as favelas - não veja a miséria - tem que acabar com a miséria.

"Tem que ajudar; ajudar com planos, objetivamente, organizando. Deixando que você fale; que você fale com o prefeito (apontando-se), como vereador - com quem manda.

"Isto é que é democracia! é permitir a participação real. Quem precisa, encontra o caminho para chegar lá.

"E quem decide e sabe não é...nem tecnocrata, nem banqueiro sabe - os ricos...não!

"Ele vai usar a capacidade dos ricos; a riqueza, o talento dos empresários, mas para ajudar você; para melhorar a sua vida - você que precisa, que é pobre.

"Chegou o momento desta virada aqui, em São Paulo. Nós vamos fazer isso!"

(cenas de um comício num bairro da periferia)"Nós somos gente iguais a você! e por isso, como voto é coisa séria; como é preciso votar - como disse o Quêrcia: Não em banqueiro...não em quem tá apoiando...como é que chama o dono do Banco Itaú? Como é mesmo? É, isso aí...Agora, ele foi prefeito, sabem o que ele propôs? (fazendo falsete imitando a voz de Setúbal) A melhor coisa em São Paulo é fazer controle da natalidade. Assim não nasce mais ninguém; não tem problema para São Paulo."

#### DISCURSO DE LANÇAMENTO DA CANDIDATURA. ESP. 21-02-95.

"Aceito a indicação feita por essa convenção como um chamamento à luta e à consolidação da transição para a democracia.

"Unem-se as forças mais díspares ao redor do passado. Buscam, no desespero que a vitória de Tancredo e do PMDB provocou nos que estavam encarapitados no poder e no controle da economia, encontrar o cimento para alicerçar muralhas que impeçam a mudança de nossa sociedade, a moralização da política e da administração.

"A resposta do PMDB será imediata: venceremos, mais uma vez, as forças do passado. Mas não venceremos sozinhos, nem seremos arrogantes na vitória. Convenceremos para vencermos juntos. Estaremos juntos: o povo, o PMDB, os partidos, as correntes de opinião e personalidades que se aliarem a nós. Temos a humildade de quem é sério. Mudaremos o Brasil com a ajuda dos homens decentes, das mulheres que constroem este país; dos jovens, que não querem retroagir; dos assalariados, que anseiam por melhorias; da classe média, quase sempre esquecida; e dos homens de iniciativa, que não se apegam ao egoísmo do lucro a qualquer preço.

"O PMDB estende as mãos a todos os partidos e setores da população que percebem os riscos da aventura e o seu sentido de um retrocesso.

"Temos ao nosso lado os que, tendo vivido os piores anos da ditadura abrigados em nossa legenda, daqui para frente ostentarão as cores próprias de seus partidos, agora legais.

"Conteremos com setores do PFL que não se esqueceram que foi a ruptura com o malufismo que os fez parte da Nova República. Respeitamos as opções partidárias dos que, na luta passada, criaram partidos de oposição e combateram conosco. Não pedimos aos militantes do PT e do PDT - assim como aos do PSB - que deixem ao desamparo a candidatura de seus partidos. Mas apelamos à sensibilidade política das direções partidárias e à intuição de sobrevivência democrática de seus eleitores para que, em caso de perigo - não permitam que a desunião das forças progressistas enseje o retorno dos fantasmas de ontem e anteontem.

"Administrar São Paulo não é apenas um desafio local, é uma necessidade nacional. São Paulo hoje se abre para o Brasil. Contam-se aos milhões os nordestinos, as centenas de milhares os mineiros, e ultrapassam o milhão os homens e mulheres do interior. Aqui se joga o destino do Brasil moderno, do Brasil do futuro. Cidade aberta ao país, há de espantar o medo, o medo do desemprego, a falta de segurança, o medo da miséria.

"Serei austero e trabalhador como sempre fui. Forei os conhecimentos de que disponho, as relações políticas e administrativas com os governos Estaduais e Federal que mantenho, a serviço da população desta cidade. E usarei a única linguagem que conheço, tanto na campanha como na administração: a da seriedade, sem demagogia, com simplicidade, com equilíbrio e honestidade.

"Dentre os muitos programas sociais, darei prioridade a efetiva atenção ao menor, cujo desamparo econômico e carência cultural, levam à delinqüência. Sem atenção especial à juventude, será vã a perspectiva de um São Paulo grandioso no século XXI.

"Darei às administrações regionais maior autonomia administrativa e orçamentária, mas não abdicarei da escolha do administrador, cuja característica central será a da eficiência e da honestidade.

"Governarei sim, com o PMDB e com as forças que me apoiarem. Sem os preconceitos tão comuns contra os políticos. Governarei com a convicção de que no mundo moderno não basta querer, é preciso saber, mas não basta saber, é preciso organizar, convencer, tendo apoios e abrindo a decisão à participação dos políticos e à crítica da sociedade.

"Mas suas linhas gerais, as políticas urbanas - do transporte (para cujo barateamento me empenharei) à pavimentação; das enchentes à iluminação; da saúde à educação - estão delineadas. Agilizarei as medidas em favor da alimentação popular. Onde faltar recursos, me empenharei para obtê-los, a começar pela reforma tributária que a união deve aos municípios.

"Sem vacilações, valorizarei o funcionário onde ele corresponder com a produção, e não terei receio de ser duro onde faltar o apetite para o trabalho. Pedirei ajuda à iniciativa privada - honesta e competitiva - onde a sociedade julgar necessário.

"Darei a atenção que se impõe ao problema da segurança da população. Sem demagogia, entrosando-me com as autoridades estaduais e federais, levando-as a dotar o sistema policial da cidade dos efetivos mais numerosos de que necessita.

"Exercerei minha autoridade dentro da lei, sem vacilações. Exigirei que o mesmo espírito de respeito ao cidadão anime os servidores civis ou militares."

#### DISCURSO DO ÚLTIMO COMÍCIO DA CAMPANHA NA PRAÇA DA REPÚBLICA. 12-11-85. JT. 13-11-85.

"Recolham as bandeiras por um minuto, para que possamos conversar, para podermos nos ver, cara a cara, olho no olho, sinceridade, cara limpa, fé, coragem, na vitória que é nossa, na vitória de São Paulo pelo Brasil.

"Foi aqui, nesta praça, já faz muitos anos, nesta mesma escola desta praça que eu estudei. Foi nela que durante muitos anos eu tentei entender o Brasil. Foi aqui que, com os meus companheiros de escola, de faculdade, comecei a sonhar com um Brasil melhor. Mas foi também onde vi muita gente desesperada, sentada nos bancos, cansada, à procura de um emprego. Mas foi aqui também que, há três meses, começamos a nossa caminhada rumo a Prefeitura, com o primeiro grande comício do PMDB.

"Dias em que, meu Deus, pensavam que poderiam outra vez infelicitar o Brasil, pois diziam, então, que havia aqui alguém imbatível, e que o PMDB, por estar no governo, sofreria um desgaste.

"Mas foi aqui que começamos a mostrar que o povo de São Paulo tem raça, vergonha na cara, luta, briga e ganha. Hoje esse mar de brasileiros nos acompanha numa caminhada como tantas que já foram feitas pela democracia. Não estamos sozinhos. Me orgulho do apoio dos comunistas, que hoje estão legalizados.

"Não sou comunista, mas sou um democrata, e não um fascista para opinião dos outros.

"Aceitei o voto desses partidos porque o voto hoje é do cidadão que, graças ao esforço do povo, hoje é livre.

"A não somar-se outras forças, como Abreu Sodré, dissidente da Frente Liberal, dos traidores do ideal de Tancredo. Recebi o apoio desse valeroso Rogê Ferreira e Adhemar de Barros Filho. Mas, mais do que isso, São Paulo inteiro se levantou.

"Os trabalhadores de todos os sindicatos sabem, como disse Almir Pazzianotto, que sem democracia vem arrocho salarial. E por isso estamos na praça. Não com ódio, com raiva, com olho saltado, mas com emoção.

"Como o Chico Guarque, que veio aqui cantar "Vai Ganhar", que é o canto da alegria. E ganharemos com vocês na rua.

"Eu hoje represento aqui toda uma tradição do Brasil.

"Quando abracei Sarah Kubitschek, me arrepiei e recordei que foi Juscelino que deu ao Brasil, de novo, a confiança no seu crescimento.

"Sinto um toque de Juscelino, de Teotônio Vilela, com quem tantas vezes respiramos a fumaça das bombas de gás lacrimogêneo em São Bernardo.

"Senti no apoio dos governadores, no abraço de Aécio Neves, de Jorge, o irmão de Tancredo, que se incorpora sobre mim a missão de reviver em São Paulo a saga de Tancredo; juntar todo mundo, sem dispersão, para que possamos fazer aquilo que Tancredo sonhou.

"Em Brasília, quando tenho que interferir nas divergências enormes do Congresso, sinto uma falta enorme de Tancredo. Mas temos também hoje a palavra da experiência de Ulysses Guimarães.

"Aprendi também com Mário Covas que a Prefeitura do PMDB é a Prefeitura do povo.

"Governar hoje é andar pela rua, sentir a necessidade do povo, e transformar em decisão de Estado.

"Agora, quero dizer que a vitória está assegurada pela luta de vocês e dos políticos do PMDB.

"Se alguém disser por aí que eu chamo Fernando Kubitschek Guimarães Montoro Covas Quéricia, este é o meu nome, porque dele me orgulho.

"E assim, todos juntos, serei eleito Prefeito de São Paulo e assumirei, com humildade, a responsabilidade imensa que está sobre os meus ombros.

"Tenho certeza que São Paulo merece o melhor. E o melhor não sou; o melhor somos todos juntos, esta praça, este povo inteiro, ansioso de justiça, e que sabe que dia quinze teremos uma vitória estrondosa em nome do Brasil.

"Em nome do Brasil vencerei."

EDUARDO SUPLICY

DOIS TURNOS

ESP, 23-04-85.

"Nós acreditamos que o PT está em condições de ser eleito por maioria absoluta, e por isso nos empenhamos muito para que fosse aprovado o sistema de eleição em dois escrutínios. A opção do PT pelo processo de eleição em dois escrutínios é a defesa de uma medida mais democrática em favor dos partidos menores como o PT, o PDT e o PTB, que salvo por circunstâncias personalistas, foram prejudicados nas eleições de 1982.

"Há um engano de Leonel Brizola e Jânio Quadros quando argumentam que o processo em dois escrutínios seria um casuísmo contra eles. Acho que o Presidente Jânio Quadros - quando argumenta contra - está demonstrando falta de confiança na sua própria proposição no sentido de convencer a maioria da opinião paulistana com respeito a seu programa."

PROPOSTAS PARA A SEGURANÇA

Entrevista publicada no jornal O Estado de S. Paulo em 22-04-85.

"Eu também considero hoje o problema de segurança prioritário, e sei que é uma preocupação primordial de toda a cidade, dos bairros mais pobres aos de renda mais elevada.

"Falamos sobre o assunto com o Prefeito Mário Covas, e ele nos disse que, no que se refere à segurança pública, a Prefeitura tem mais a ver com o Corpo de Bombeiros e o serviço de trânsito, porque a segurança está mais no âmbito do Estado.

"Acho que o Prefeito deve ter um entrosamento maior com o Governo Estadual em relação à segurança: em especial junto à Polícia Militar e às delegacias de polícia.

"Além disso, o estado calamitosos das delegacias, penitenciárias, FEBEM e outras instituições, é hoje o ambiente propício para que haja mais violência.

"Essa superlotação de todas as delegacias e penitenciárias - e a maneira como são tratados os que estão lá, não se distinguindo nem a natureza da prática ilícita cometida, mas amontoando-se todos como se fossem animais, sem qualquer oportunidade de aprendizado e preparação para a vida em liberdade - significa um agravamento da própria violência.

"Nós pretendemos tratar disso sem infundir maior medo à população. O candidato que usa o símbolo da bruxaria está dizendo que vai colocar o exército nas ruas se for preciso. Aliás, o candidato do PTB está aliado a uma das forças da velha república, o ex-Ministro Delfim Netto. Acho que os trabalhadores e a população em geral precisam ter um convívio diferente com os responsáveis pela segurança. Acho que conselhos comunitários podem colaborar para uma ampla discussão desse problema. A idéia de uma guarda municipal foi discutida no Bixpésio de Políticas Alternativas do PT, em março e abril.

"Precisamos discutir mais isso, mas faz sentido pensar nela, quando se nota o aumento do número de empresas de segurança privadas."

"...não se resolve o problema do menor infrator sem se pensar na condição do menor abandonado, da criança que não tem oportunidade de educação ou de estar numa creche, e seus pais tem de ir ao trabalho. Na FEBEM, o que observo, é que não há orientação adequada ou atividades de formação profissional. É preciso haver uma preocupação fundamentalmente educacional."

Artigo publicado na seção Palanque do jornal Folha de S. Paulo em 15-08-85.

"No primeiro ano de administração, vamos atacar as raízes do problema de tanta insegurança, dando prioridade às áreas sociais, que visam garantir o trabalho, a educação - inclusive do adulto que não teve a oportunidade de aprender a ler, escrever e contar, à saúde, a moradia e o transporte. O direito a creche, de as mães deixarem os seus filhos cuidados com carinho e assistência adequada enquanto vão ao trabalho ou à escola, está inserido no direito à educação."

Artigo publicado na seção Palanque do jornal Folha de S. Paulo em 19-09-85

"O depoimento de Sandra Mara (...) e as continuadas rebeliões e fugas da FEBEM constituem fatos eloquentes para demonstrar a falência das instituições especializadas de natureza fechada para lidar com o problema dos menores abandonados.

"Temos que considerar dois tipos de problema: o do menor abandonado, que não convive mais com a sua família, seja porque perdeu seus pais ou porque - pelos mais variados motivos - com eles não mais convive, nem com outro membro da família que lhe possa dar assistência. De forma alguma devemos manter o menor abandonado, não infrator, em instituição fechada. Devemos procurar dar-lhes alternativas de educação escolar e profissional, oportunidades de desenvolvimento, em múltiplos campos de atividade, que não sejam caminhos rígidos.

"A Pastoral do Menor, da Arquidiocese de São Paulo, e o Movimento em Defesa do Menor têm tido relevantes experiências nessa direção, procurando dar aos menores sem família oportunidades de convivência enriquecedoras, garantindo aos menores, como as mais variadas alternativas de ajuda, locais onde eles possam dormir, se alimentar, terem uma assistência e convívio educacional, permitindo-lhes, entretanto, o convívio com a sociedade e a própria procura de um trabalho adaptado às suas características.

"Com relação ao menor infrator, a solução é mais complexa e difícil. Dependendo do seu grau de periculosidade potencial para a sociedade, ele terá que ser submetido a um controle e assistência maior, o que implica em custos altos para o poder público.

"A Prefeitura de São Paulo, como poder influente em tudo o que ocorre na cidade, deverá entrar em contato direto com os organismos estaduais que tem lidado com o problema, sem propriamente realizar uma duplicação de esforços. O caminho correto será reivindicar do Governo estadual, consistente com a sua diretriz de descentralização, que abra possibilidades para que o município, com os recursos hoje aplicados na FEBEM, venha a criar projetos pilotos de assistência mais direta ao menor, inclusive o infrator, tirando-o da ociosidade em que atualmente vive na FEBEM. Lá, segundo temos observado, o menor quase nada faz senão ficar pensando na fuga e aprendendo com os colegas o seu próximo plano de assalto ou crime ainda mais sério.

"Será muito importante aumentar o horário escolar para todos, pois assim os menores estarão menos tempo na rua. "Se não quisermos punir o adulto, como de há muito ensinou Pitágoras, precisamos investir na criança."

Artigo publicado na seção Palanque do jornal Folha de S. Paulo em 22-09-85.

"Precisamos atacar o problema da insegurança vivida pelos paulistanos em diversas frentes. Dando os passos efetivos rumo à transformação da sociedade na direção de dar, a cada um, a garantia de uma atividade econômica com uma remuneração digna que não leve tantos a atitudes de desespero e ao caminho da delinqüência. Lutando para que a política econômica de responsabilidade do Governo Federal leve em conta a premente necessidade da criação de oportunidades de emprego.

"Vamos exigir que o Governo Estadual cumpra adequadamente a sua responsabilidade de prover segurança, reformulando a forma de atuação da Polícia Civil e Militar. Treinada pelo exército nesses anos de regime militar, a PM tem lidado com os cidadãos como se estivesse em guerra, não os vendo como civis que devem ser tratados com respeito.

"Com freqüência tenho presenciado episódios em que incidentes menores se transformam em casos graves. Será necessário solicitar uma total reformulação do próprio treinamento da PM.

"Criaremos conselhos comunitários ao nível de cada área administrativa e, havendo necessidade, em cada bairro, para que contribuam para a definição das soluções, e para que interajam com os responsáveis pela segurança. As delegacias, que precisam ser redistribuídas, devem estar aparelhadas para dar assistência jurídica, psicológica e social.

"Para maior agilidade do atendimento, as delegacias precisam ter a presença de um promotor, e de pessoas que possam agilizar aquela assistência.

"Necessário será desenvolver um policiamento preventivo, particularmente nas áreas mais pobres, nas escolas, nos trajetos mais comuns realizados por escolares e por adultos, incluindo a instalação de posto ou cabines policiais perto de áreas carentes de qualquer assistência. A criação da Guarda Municipal, por sua vez, depende, em grande parte, de como o Governo Estadual estiver cumprindo o seu dever constitucional em relação às aspirações e necessidades dos paulistanos.

"Infelizmente, o Governo Montoro, que de início procurou reformular o procedimento da Polícia Civil e Militar, acabou cedendo às pressões, desistindo das aulas de democracia e aquartelou a PM para sair nos momentos de repressão aos movimentos sociais."

JÔNIO QUADROS

a questão das recusas contra Fernando Henrique Cardoso

ESP, 01-09-85.

"Jônio Quadros promete processar o candidato do governo, porque ele entendeu de me ligar ao contrabando de jóias. Não poderia haver sujeira maior. Agora ele vai ter que responder perante um juiz de Vars Criminal. Senador ou não."

FSP, 01-09-85

"Ele me associa a jóias e outros contrabandos. Todo o texto das declarações é criminoso...inunidades parlamentares não valem neste caso, porque se trata de um processo por injúria e calúnia. O senador fala demais."

FSP, 02-09-85.

"Recus dele (Fernando Henrique) não me interessa. Ele terá que ir a juízo provar que longinquamente, direta ou indiretamente, eu estive ligado ao contrabando de jóias, por exemplo."

JT, 03-09-85.

"E não adianta recuar. O senador vai ter de pagar o preço de sua língua ferina. Em vez de ele se preocupar com os problemas da cidade, o senador só fala de mim. Bem, isso é natural, porque ninguém atira pedras em laranjeira que não dá frutos."

ESP, 24-09-85.

"(Fernando Henrique) continua fugindo do oficial de justiça, que não consegue encontrá-lo para citá-lo."

FT, 24-09-85.

"Se ele não for citado, responderá como revel."

ESP, 25-09-85.

"Agora o juiz marca o prazo para o oficial da Justiça cumprir o mandato. Ou então, declara o réu revel. Ele não escapa da citação de forma alguma, ou então o processo corre à revelia."

a questão das pesquisas eleitorais

FSP, 02-09-85.

"(A pesquisa Gallup é) pouco representativa do eleitorado. Ouvio oenos de 300 pessoas em um período no qual a renúncia foi explorada da forma mais vil. O Gallup pode ter feito a pesquisa dentro de um comitê do PMDB, pois dá a entender que eu perco as eleições na Lapa."

JT, 02-09-85.

"Vamos admitir que o Professor Cardoso tenha crescido. Mas, ó Deus, ele estava no zero! Então é legítimo que cresça, com dois governos a apoiá-lo e com os bilhões que estão sendo gastos em sua campanha."

"O meu melhor cabo eleitoral, inquestionavelmente, é o Governador Franco Montoro, muito ajudado pelo candidato dele. O Governador, que não pode sequer aparecer em alguns bairros, não está sozinho nesse trabalho que faz por mim."

"Vou ganhar essa eleição com maioria absoluta; metade do eleitorado mais um."

"Façam uma pesquisa no bairro que quiserem e vejam se não tenho mais de 70% dos votos. Por que mudar, se ganho em cada bairro?"

"Não vejo um tão grande número de indecisos. Esse percentual aparece para justificar, depois, o resultado das urnas, isto é, que o grande número de indecisos acabaram votando em Jônio Quadros."

JT, 03-07-85.

(Pesquisa Gallup) "Acho que é uma tentativa para forçar a retirada de sua (de Eduardo Suplicy), candidatura que, no entanto, vem sendo mantida com elegância."

ESP, 03-07-85.

"A amostragem (da pesquisa Gallup) foi muito limitada, envolvendo menos de 800 pessoas para um universo de mais de cinco milhões de eleitores.

"É impossível que com essa campanha gigantesca ele (Fernando Henrique) não aparecesse nas pesquisas. Forrou a cidade com cartazes multicores e faixas; tem abundância de veículos de chapa branca, além do apoio dos dois partidos comunistas. Há de aparecer, sim, mas também vai ter o seu patamar, e desse patamar não subirá.

"(A pesquisa Gallup) deve ser recusa porque não corresponde, de forma alguma, a realidade.

"Esse resultado apenas prova que estou certo, isto é, que vou continuar a fazer minhas visitas, sim, pela manhã, à tarde e à noite. Algumas reservadas, porque com funcionários públicos, municipais ou estaduais. Não quero que a ira do limbo caia sobre a cabeça deles. Não vejo em que eu deva modificar meu comportamento.

"Tenho minhas próprias pesquisas. As de Osvaldo Bettio, da Rádio Capital, em todos os bairros e toda a semana.

"O Gallup desmente o Ibope, que põe o Senhor Fernando Henrique Cardoso à minha frente. Ou não é verdade? O Ibope, que é manifestamente comprometido, vai insistir até o final da campanha em colocar-me em segundo lugar. É até muito possível que se arse uma trama tal que eu apareça aí pelo terceiro, pois pela vontade do Palácio, eu seria um dos últimos candidatos.

"Posso chamar uma pesquisa assia de contundente? Nas pesquisas que o radialista Osvaldo Bettio faz, eu não indago idade, não indago sexo, não indago categoria. Porque para mim, o voto é um só. O voto de um aristocrata é muito semelhante ao voto de um favelado, tem o mesmo peso. Eu não adjetivo a pesquisa. Eu quero saber em quem o cidadão vai votar, já que tem o direito do exercício do voto.

"Em minhas pesquisas tenho encontrado muito mais votos para o senhor Eduardo Suplicy do que os levantamentos desses institutos indicam. Dir-se-ia até que o propósito é o de levá-lo à desistência. Não obstante, ele está afirmando seu partido. Possivelmente seja intenção do governo induzi-lo ao desânimo."

#### A QUESTÃO DA IMPRENSA

FSP, 05-07-85

"Eu quero saber quem vai dar a última gargalhada, se o seu jornal ou eu. E não vou admitir mais nenhum artigo injurioso. Se o fizer, processo-a também, e passo a pedir de bairro em bairro que nem assinem nem comprem a Folha. Injúrias não recebo mais. O juiz da vara Criminal as receberá."

FSP, 05-07-85.

(Pesquisa Folha) "falsa, metirosa e desonesta."

"Eu vou ler essa pesquisa no sábado e no domingo, nos bairros; e convido o senhor a estar presente para que ouça o riso da multidão; e um ou outro epíteto acompanhando o riso mais forte.

"A Folha nao virá publicidade da Prefeitura nem com o telescópio do Monte Palomar.

"A Folha só poderia publicar isso. Eu repto à Folha a indicar alguém; eu indico alguém, e ambos escolhem os bairros. Se eu nao aparecer com cerca de 50%, o jornal tem todo o direito de dizer de mim o que bem entende, à parte o editorial grosseiro que publicou há alguns dias (em 01-07-85).

"Eu quero saber quem vai dar a última gargalhada, se o seu jornal ou eu. E não vou admitir mais nenhum artigo injurioso. Se o fizer, processo-a também e passo a pedir de bairro em bairro que nem assinem, nem comprem a Folha. Injúrias não recebo mais. O juiz da vara Criminal as receberá.

"Esses levantamentos de opinião tornam o jornal sumamente ridículo nos bairros; execrado nos bairros. O senhor muda meu nome se achar 24% para mim. (a pesquisa da folha havia dado 24,7% para Jânio na preferência do eleitorado)

"Que adianta dizer aos senhores que a CMTC vai receber subsídios de 240 bilhões de cruzeiros, ou que 20 mil sepulturas foram estouradas nos cemitérios, ou que crianças de 6 e 8 anos foram violentadas? Não adianta nada. Eu os recebo porque me agrada, mas não porque possam publicar o que diz um oposicionista."

FSP, 19-09-85.

(Quando da chegada do delegado Veronesi para tomar-lhe depoimento sobre os distúrbios do Bixiga) "Se os senhores entrarem, serão convidados a sair. A hostilidade dos senhores não permite a presença quando eu prestar declarações. E passem bem, se o desejarem. E podem até ir embora."

ESP, 25-07-85.

(Jânio na véspera expulsara de sua casa um repórter acusando-o de ter publicado na Folha um artigo que ironizava a homenagem prestada pela Câmara Municipal à D. Elói) "A minha mulher deu mais de um milhão de sopas para pobres. Vestiu milhares de pobres; alimentou milhares de pobres. Ela não pode ser ridicularizada."

Repórter: - "Não foi ridicularizada de jeito nenhum"

"Pois então pegue (o jornal) e leia. E me faça o favor: nunca mais pise na minha casa. Pode sair."

Repórter: - "pois nao." (e retirou-se)

Quando o repórter já estava no portão Jânio gritou: - "Canalha! Atinge uma mulher doente de câncer. Canalha, canalha! Que imprensa nós temos, meu Deus. O que esse cachorro já fez pela pobreza? Quando ergueu um dedo na direção de um desvalido? Agora ele não volta mais aqui. Estou livre."

FSP, 11-10-85.

"Para a imprensa? Pois não tenho nada a declarar."

FT, 15-10-85.

"Somente a 16 de novembro, quando estiverem sendo abertas as primeiras urnas.

ESP, 10-11-85

"Só haverá trégua (com a imprensa) depois das eleições, porque quando as urnas forem abertas, os senhores criarão vergonha na cara."